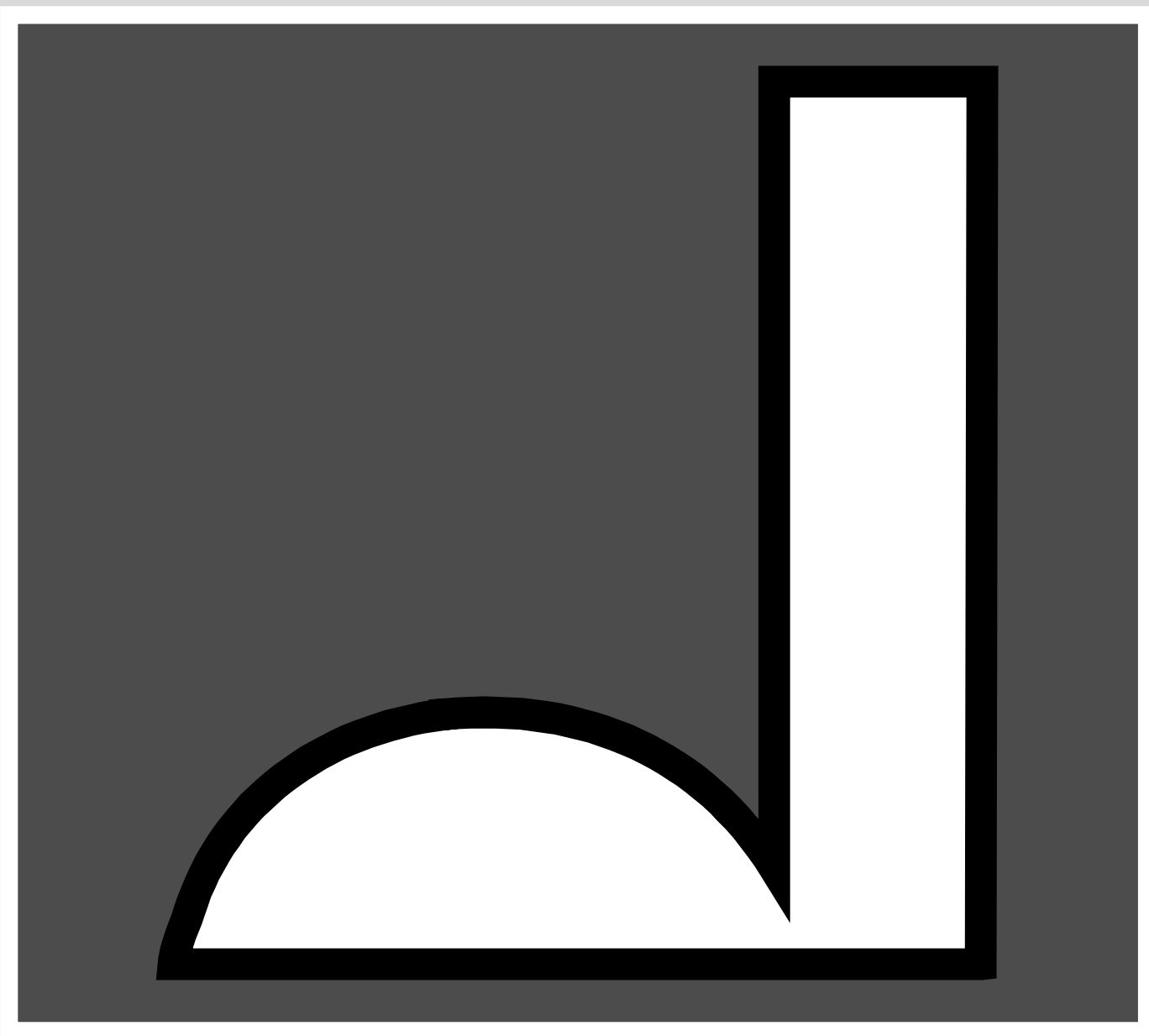




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 032 – SÁBADO, 29 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>		<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shessarenko – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (1) <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> Corregedores Substitutos (1) <i>Hélio Costa – PMDB - MG</i> <i>Delcídio Amaral – PT - MS</i> <i>Teotônio Vilela Filho – PSDB - AL</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana</p> <p>Vice-Líderes Antonio Cartos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> José Jorge</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima <i>Alvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya Gomes</p>

(1) Eleitos em 25/03/2003.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25. 03. 2003

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 28ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MARÇO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Realização, ontem, da sessão especial do Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, oportunidade em que foram premiadas cinco mulheres das mais variadas regiões do País. Definição de prioridades para a restauração emergencial de rodovias no Mato Grosso, em visita do Ministro dos Transportes àquele Estado, bem como da conclusão das BR-163, BR-158, BR-364 e da Ferronorte. Defesa da utilização da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE) para a recuperação da malha viária do País. 05179

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Preocupação com a escassez de água doce no Planeta e com o contingenciamento de recursos orçamentários previstos para a Agência Nacional de Águas. Reconhecimento das ações do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso na preservação de recursos hídricos e no tratamento e distribuição de água. 05182

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Importância de políticas de geração de emprego e renda no País. 05187

SENADOR PAPALÉO PAES – Apelo ao Governo Federal para que implemente medidas de compensação ao Estado do Amapá, em virtude da cessão de extensas áreas destinadas à preservação ambiental. 05191

SENADOR ALBERTO SILVA – Comentários ao aparte do Senador Paulo Paim ao pronunciamento do Senador João Ribeiro. Apreensão com a notícia da construção de um presídio de segurança máxima no Estado do Piauí, que acolheria Fernandinho Beira-Mar. Sugestões para a criação de um quadrilátero de segurança máxima, onde poderiam ser abrigados os presos de alta periculosidade. 05193

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Cobrança da edição de medida provisória, ainda no mês de março, que estabeleça os novos valores do salário mínimo, conforme promessa feita pelo Partido dos Trabalhadores. 05196

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Experiência de S. Exª em programas de assistência social no Estado de Goiás. Comentários sobre audiência com o Ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, José Graziano. Propostas ao aperfeiçoamento do Programa Fome Zero. 05197

SENADOR PAULO PAIM – Elogios ao profissionalismo da Rede Hospitalar Sarah. Proposta de contribuição pecuniária da sociedade brasileira ao Programa Fome Zero. Considerações sobre as propostas de aumento do salário mínimo a partir de abril. Satisfação diante da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Comentários à reforma da Previdência. 05200

SENADOR ALMEIDA LIMA – Homenagem à vice-governadora de Sergipe, Srª Marília Mandarino, que assume interinamente o comando daquele Estado. Transcurso, hoje, do aniversário da Senadora Serys Slhessarenko. Apoio ao pronunciamento do Senador Alberto Silva, que repudia a instalação de penitenciária de segurança máxima no Estado do Piauí. 05205

SENADOR LUIZ OTÁVIO, como Líder – Cumprimentos à empresa Pematec Triegel pela decisão de construir indústria na cidade de Santarém/PA, para beneficiamento da fibra do curauá. 05206

SENADOR MAGNO MALTA – Conclamação da sociedade brasileira a participar do Programa Fome Zero. Defesa da melhoria da estrutura penitenciária do País por ocasião das discussões envolvendo a transferência do narcotraficante Fernandinho Beira-Mar. 05207

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Necessidade de operação emergencial para recuperação de trechos da BR-153, a rodovia Belém-Brasília. 05212

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 235, de 2003, de 27 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a Medida Provisória nº 83, de 2002, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências..... 05212

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Inclusão da Medida Provisória nº 83, de 2002, na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 1º, com a concordância das Lideranças, tendo em vista que a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação. 05212

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 113, de 2003, em 26 de março e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 05234

1.2.4 – Ofícios

Nº 60/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 95, de 2002. Designação dos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão. 05235

Nº 61/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 71, de 2002. Designação dos Senadores Magno Malta e Aelton Freitas para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão. 05235

Nº 62/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 101, de 2002. Designação dos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão..... 05235

Nº 63/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 106, de 2003. Designação dos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão..... 05235

Nº 64/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de

membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 80, de 2002. Designação dos Senadores Aelton Freitas e Marcelo Crivella para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão. 05236

Nº 65/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 83, de 2002. Designação dos Senadores Aelton Freitas e Marcelo Crivella para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão. 05236

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Premiação pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, edição 2002, do Projeto Anike 2002, implantado no Estado Roraima, que visa o fortalecimento da auto-estima e a autonomia dos povos indígenas por meio da capacitação de professores e produção de material didático diferenciado. 05236

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações acerca do discurso de Abertura do Ano Judiciário de 2003, no Tribunal de Justiça do Piauí, feito pelo Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, a respeito do momento por que passa o Poder Judiciário e a escalada da violência no Brasil. 05237

SENADOR AMIR LANDO – Análise sobre a guerra entre o Iraque e os Estados Unidos. Posição do PMDB em relação ao governo Lula. 05250

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Aloizio Mercadante, proferidos na sessão de 27 de março de 2003. 05252

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 18ª Sessão não Deliberativa, realizada em 17 de março de 2003 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente... 05255

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Atas circunstanciadas das 1ª a 3ª Reuniões, realizadas em 18 e 20 de março de 2003... 05256

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata 28ª Sessão Não Deliberativa, em 28 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Ribeiro e Leomar Quintanilha

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Há oradores inscritos.

Passamos à lista de oradores.

Com a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe de até 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de registrar a sessão especial promovida pelo Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, acontecida no dia de ontem, neste plenário.

Foram premiadas, naquela sessão, cinco mulheres das mais variadas regiões do nosso País e mulheres de destaque por suas ações em entidades. Estiveram presentes uma Ministra, a nossa Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, uma quebradeira de coco, uma professora, uma líder das trabalhadoras domésticas, uma defensora dos direitos humanos, enfim, o Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do qual sou Presidente, homenageou essas cinco mulheres que representam todas as mulheres do Brasil: as mulheres da camada popular que, no dia-a-dia, carregam o peso das dificuldades de tentar suprir as necessidades mínimas da criação de seus filhos, as mulheres de todos os patamares socioeconômicos, mulheres que trabalham no meio rural, na área urbana, enfim, mulheres que participam desta sociedade no intuito de melhorá-la e transformá-la, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

O Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi criado com o propósito fundamental de homenagear cinco mulheres por ano e, em nome delas, homenagear as mulheres brasileiras. Mas já estamos buscando modificar a estrutura legal desse Conselho,

porque acreditamos que o Senado da República do nosso País tem uma função maior nesse sentido. Estamos, portanto, encaminhando uma proposta para discussão, na próxima semana, em relação aos objetivos do Conselho.

O Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz é composto de nove membros: sendo quatro Senadores e cinco Senadoras. E os Srs. Senadores não devem ficar preocupados, pois não estão sendo discriminados, uma vez que o Vice-Presidente do Conselho é o Senador Geraldo Mesquita. Saibam todos que iremos tratar questões de gênero com a grande e decisiva participação dos homens, porque acreditamos que tratando essa questão em conjunto, conseguiremos superar a discriminação que existe.

Dito isso, vou me pronunciar sobre a visita do Sr. Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, que esteve no meu Estado de Mato Grosso, no dia 24, segunda-feira, percorrendo todas as regiões do Estado. Estivemos em Barra do Garças, Alto Araguaia, Rondonópolis, Sapezal e Sinope, por onde passam as principais estradas federais do nosso Estado. E não foi uma visita, pois o termo visita dá impressão de passeio, foi uma andança de muito trabalho, e todos nós que acompanhávamos o Ministro, em especial a população de Mato Grosso, ficamos com uma expectativa muito positiva da sua visita.

O Estado do Mato Grosso é reconhecido, hoje, não só no Brasil, mas também no exterior, por estar em primeiro lugar na produção de soja do mundo. É o Estado que mais produz soja no mundo. E é um dos maiores Estados – não gostaria de dizer o maior, parece prepotência – em termos de potencial. Ou seja, já produzimos muito, produtos variados, mas temos um potencial gigantesco de produzir muito mais, e não só soja, algodão, mas também uma extrema e promissora perspectiva na agricultura familiar, que tem que ser estimulada por intermédio de uma política agrícola claramente definida, e isso para qualquer Estado, mas em especial o nosso, porque ainda existe espaço para um avanço muito maior, e mais a nossa criação de gado.

A agricultura familiar do nosso Estado pode se organizar para participar, com alguns produtos, da disputa do mercado. A agricultura familiar já é uma realidade em Mato Grosso, mas ainda pode alcançar um potencial maior. E, nesse sentido, o Ministro ficou bastante empolgado.

Acreditamos nas definições, nas discussões e nas propostas e encaminhamentos feitos com relação às estradas, às formas de escoamento, pois são necessárias decisões emergenciais em curto prazo. No entanto, também precisamos de perspectivas a médio e longo prazos, ou seja, pelo menos o término das estradas da BR – 364, da BR – 163 e da BR – 158, pois são estradas que estão inacabadas e, além disso, apresentam trechos em estado de emergência. São necessários, portanto, muitos recursos para que se possa viabilizar o desenvolvimento de nossa produção.

Precisamos, ainda, da Ferronorte. Essa questão, inclusive, foi tratada lá e abrange outra discussão extremamente importante. Mesmo sendo Senadora representante do Mato Grosso, há determinados momentos em que tenho que ser Senadora em conjunto com vários Estados. No caso do Pará, por exemplo, a BR – 163 é fundamental para aquele Estado e também para o Mato Grosso. Ela está quase pronta no meu Estado, Sr. Presidente, só que, em matéria de pavimentação, ainda não há nada feito no Pará. E, para os dois Estados, o que interessa agora é a construção da BR-163 no Pará, para que a produção saia por Santarém.

Ou tomamos essa decisão e fazemos disso um projeto estratégico, ou então pouca alteração haverá na melhoria do escoamento da produção. É preciso que essa questão seja decidida, pelo menos para a região norte, que é uma das mais promissoras do nosso Estado. Outras regiões são tão importantes quanto ela, mas, infelizmente, não tem sequer a BR-163, como o Nortão do Estado já tem, portanto, as dificuldades se tornam ainda maiores.

Estou nesta tribuna porque acredito que existem saídas. Se dissermos que precisamos de muitos recursos para terminar essas estradas e deixá-las em boas condições, inclusive dando continuidade à Ferronorte, dirão que os recursos são poucos. E isso só para falar em Mato Grosso, porque todos os Senadores que vierem a esta tribuna falar de estradas terão muitas reivindicações a fazer, porque é evidente o estado de abandono em que se encontram. No entanto, tenho uma proposta para que esses recursos surjam com rapidez, mas dependerá, em grande parcela, de nós, Senadores.

Em Mato Grosso, o Sr. Ministro, em discussões sobre planejamento em encontros com a sociedade mato-grossense, definiu como prioridades do Estado as BR-163, BR-158, BR-364 e a Ferronorte. Em primeiro lugar, será realizado o tratamento de emergência, ou seja, serão refeitos os pontos que estão quase sendo cortados. Está chovendo muito no nosso Estado. Ontem à noite, tive a notícia de que a estrada da Baiana, que passa por Tapurah, está em estado de emergência: foi cortada devido à quantidade de chuvas. Esse é um problema sério. Portanto, além das prioridades definidas pelo Sr. Ministro, há as situações de emergência, que deveriam ser resolvidas de imediato, as restaurações e a construção dessas estradas.

Por tudo isso, hoje estamos trazendo para a discussão a questão da Cide, a famosa Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, uma contribuição que o Congresso destinou, por meio de lei, para o financiamento de programas de infra-estrutura. A Cide é uma contribuição perfeita para resolver o problema da recuperação da malha viária no País – não é apenas em Mato Grosso, mas no País. O grande problema que enfrentamos com a Cide é que, embora criada para resolver a questão de infra-estrutura, especialmente da malha viária do País, houve o veto do governo anterior a determinados itens. A Cide está de volta ao Senado, com vetos. Acho que é justo que se pague esse tributo, desde que possamos usufruir os seus benefícios, que seja dirigido para os fins aos quais foi destinado.

Srs. Senadores, o que está acontecendo com a Cide é algo tão exótico! Vejam bem: o tributo foi criado para três finalidades, sendo a principal a recuperação da malha viária do País. Enviamos requerimento ao Sr. Ministro da Fazenda esta semana, portanto ainda não temos a resposta, solicitando informações sobre o total de recolhimentos da Cide. A última informação institucional que temos é a de que já ultrapassa R\$8 bilhões. Hoje, temos informações de que já está se aproximando dos R\$12 bilhões. Por isso, formalizamos o requerimento ao Sr. Ministro para que tenhamos clareza desse valor. Por que precisamos saber disso? Porque o Governo Fernando Henrique vetou justamente os fins a que ela devia atender. Dá para entender isso? A lei é criada, a contribuição está sendo recolhida, mas a sua regulamentação foi vetada. Quer dizer, recolhem-se recursos para serem usados por quem quiser, para o que quiser? De jeito nenhum.

Temos que tomar uma posição. Temos que derubar esse veto, em especial o que desautoriza a utilização para a recuperação da malha viária do País,

que foi um dos fins para o qual ela foi criada. Dessa forma, iremos resolver os problemas das estradas do Brasil. O dinheiro está recolhido e guardado, e o povo brasileiro, em especial o mato-grossense, está sofrendo enormemente com a destruição da malha viária. Não dá para entender essa situação.

Tenho muitos dados comigo, mas o meu tempo não é muito. A Cide é regulamentada pela Lei nº 10.636. Vou insistir, diariamente, neste plenário, nem que eu tenha apenas um minuto para falar, que é determinante para todos os Estados brasileiros derrubarmos o veto. Não acredito que tenha um Estado que não precise de recursos para as suas estradas. Se tiver, ótimo, maravilha, ele fica de fora. Mas a grande maioria precisa e muito. Como disse, teremos condições de reverter totalmente essa situação com a utilização dos recursos da Cide. E não estamos pedindo nada demais, pois está na lei. Independente da coloração partidária, temos que dar apoio a essa questão para resolvermos de vez a situação da malha viária.

O Sr. Teotônio Vilela Filho (PSDB – AL) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Teotônio Vilela Filho.

O Sr. Teotônio Vilela Filho (PSDB – AL) – Senadora, é com muita alegria que presto atenção ao discurso de V. Exª e verifico que, como Senadora do PT, Deputada por muitos anos no seu Estado, com uma linha política marcadamente direcionada em defesa do social, como ficou conhecida em Mato Grosso, V. Exª chega a esta Casa também com a preocupação fundamental com a questão da infra-estrutura – não somente para Mato Grosso como para todo o Brasil –, sobretudo da malha rodoviária, essencial para o escoamento das produções, uma vez que o seu Estado é um dos mais importantes produtores agrícolas do País. Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da qual fazemos parte, estamos propondo uma subcomissão para cuidar especificamente da questão dos transportes. E contamos com a participação de V. Exª para, na Comissão de Infra-Estrutura, fazer um verdadeiro mutirão, porque, como V. Exª disse, essa questão não é importante somente para Mato Grosso, embora em um Estado de dimensões gigantescas seja fundamental uma boa malha viária para escoamento da produção e entrada de riquezas. Mato Grosso tem uma potencialidade imensa, que já começa a se revelar. Cumprimento V. Exª pela oportunidade do pronunciamento e quero dizer que estamos de mãos dadas nesse trabalho em favor da reestruturação viária do Brasil, a fim de que possa-

mos ter um transporte mais barato, que diminua o custo Brasil e possibilite ao País crescer para os brasileiros, com todos desejamos. Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento e também pela passagem de seu aniversário na data de hoje. Em nome dos Senadores, parabênize-a. Que Deus a proteja!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador, pelo seu aparte e pela saudação. O mais complicado é que faço dois aniversários por ano, um, hoje, e outro, na quarta-feira, porque nasci no dia 28 de março e fui registrada no dia 2 de abril. Quando, no dia 2, aparecer a data do meu nascimento, V. Exª vai se espantar: “Como é isso, dois aniversários por ano?!”

Senador, considero muito importante a sua declaração de que temos que estar juntos na proposta de criação de uma Subcomissão de Transportes. Aliás, eu já faço parte da importantíssima Subcomissão de Segurança, que foi instalada ontem.

Todos nós sabemos que a nossa representatividade no Senado tem absolutamente o mesmo peso, pois somos três Senadores, independentemente do colégio eleitoral, seja ele de milhões ou de milhares de eleitores. O peso em termos de poder político é o mesmo. O que faz que as questões que por aqui passam precisem ser decididas em conjunto, a exemplo do problema das estradas. De que adianta o Estado de Mato Grosso ter estradas federais excelentes e, quando chegar nas divisas, como a de Goiás ou a do Pará, não haver mais estradas ou as condições estarem muito precárias?

Temos que trabalhar em conjunto. O problema é complexo, porque não adianta levarmos o produto até a divisa do Estado e ali ficarmos parados, esperando que pessoas dêem outra destinação a ele a partir dali. Não é assim que funciona. O transporte passa de um Estado para o outro; por isso, o interesse é comum de todos os Estados.

É fundamental que a questão dos transportes seja tratada pelo conjunto dos Srs. Senadores, para que possamos ter cada vez mais clareza de que só vamos ter uma solução se resolvermos a questão da malha rodoviária como um todo no País. Do contrário, poderemos até resolver parcialmente, mas isso beneficiará apenas um trecho muito pequeno e a seqüência do transporte ficará prejudicada. Por conseguinte, o problema persistirá.

Srs. Senadores, na área do transporte, precisamos tomar medidas decisivas e determinantes em relação à malha rodoviária do País, ao transporte da produção, de todas as formas, seja individualmente

ou coletivamente. Todos os benefícios para a malha rodoviária dependem fundamentalmente de nós. Se derrubarmos os vetos que foram feitos à Cide, teremos recursos suficientes para a recuperação da malha rodoviária do Brasil, de ponta a ponta.

Afirmo isso e declaro que a responsabilidade é nossa. Vamos tratar dessa questão já, com a derrubada dos vetos. Com isso, teremos a possibilidade de solucionar o problema da malha rodoviária do nosso País, sem mais delonga. Chega de dizer que não temos dinheiro. O dinheiro está aí, depende da derrubada desses vetos. Assim será da minha parte e espero que também seja da parte de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras, do Parlamento brasileiro.

Se a solução existe, por que não buscá-la e rapidamente? Chega de morrer gente. O que tem morrido de gente nas estradas do Estado de Mato Grosso, que estão totalmente destruídas, não é brincadeira. Isso não tem preço. E o dinheiro da Cide está aí, parado. Temos que resolver isso. A solução é fácil: precisamos derrubar os vetos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Teotônio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo viveu neste sábado o Dia Mundial da Água, sem festas, mas com muitas dúvidas, sem comemorações, ao contrário, com muitas inquietações.

Os relatórios mais isentos e consistentes são cruamente incisivos. “Os problemas mais importantes do século XXI são a qualidade e a gestão da água”, diz o relatório das Nações Unidas, oficialmente apresentado neste sábado no III Fórum Internacional de Água, em Kyoto, no Japão.

“De todas as crises sociais e naturais que nós humanos enfrentamos, a crise da água é a que mais afeta a nossa sobrevivência e a sobrevivência do nosso planeta Terra”, emenda o Diretor-Geral da Unesco, Koïchiro Matsuura.

A advertência da Unesco é ainda mais dura: “Nenhuma região será poupada do impacto dessa crise que afeta cada aspecto da vida, desde a saúde das crianças até a capacidade das nações de assegurar comida aos seus cidadãos”.

O cenário atual, pintado pelos técnicos, reconhecido pela ONU e avalizado pelos governos, é de

extrema gravidade: das 20 maiores cidades do mundo, 18 estão em países pobres e nenhuma tem água suficiente, incluindo nessa estatística da escassez São Paulo e Rio de Janeiro.

Um relatório do Banco Mundial de 1995, Sr. Presidente, mostrava que, há dez anos, 250 milhões de pessoas, em 26 países, já sofriam a escassez crônica de água. De lá para cá esse inquietante cenário social mais se tem tornado sombrio. A cada 21 anos tem dobrado a demanda por água – um percentual de crescimento muito superior ao do aumento populacional da terra. O horizonte mais favorável que a ONU enxerga hoje aponta que, na metade do século, dois bilhões de pessoas em 48 países não terão água.

Dependendo de fatores como o crescimento da população e a adoção de políticas duras e corajosas de gestão e preservação da água, o número dos que terão sede poderá ser ainda maior: sete bilhões de pessoas, em 60 países.

Os números chocam, porque, através dos tempos, o mundo se acostumou a ver a Terra como o Planeta Azul, definido pelos primeiros astronautas e cantado por poetas, ou como o Planeta Água, que os cientistas descreveram – um imenso globo, envolto por oceanos e mares, por lagos e rios de volumes aparentemente inesgotáveis.

O equívoco tem custado caro à humanidade, Sr. Presidente. A Terra, de fato, tem 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água, mas, desse total, mais de 97% são de água salgada; menos de 2% são de água doce dos rios e lagos, dos aquíferos subterrâneos e da água presente na atmosfera em forma de vapor. O percentual efetivamente utilizável, dentro dos padrões tecnológicos e dos parâmetros econômicos atuais, é ainda menor: menos de 1%.

Na verdade, de toda a água do mundo, menos de 1% permanece girando em um ciclo hidrológico de precipitação e evaporação que permite o seu retorno à superfície sob a forma de chuva, de granizo e de neve. Sr^{as} e Srs. Senadores, menos de 1%! Esse é o número aflitivo da escassez.

Mesmo assim, a água, como a chuva, é extremamente mal distribuída, o que transforma a escassez estatística em tragédia real para milhões de pessoas. Enquanto a Guiana Francesa tem uma disponibilidade, por habitante/ano, de 812 mil m³, o equivalente a um açude de médio porte, o Kuwait tem apenas 10 m³ por pessoa/ano, cento e cinquenta vezes menos do que propõe a ONU. As Nações Unidas recomendam 1,5 mil m³ por habitante/ano, mas a Faixa de Gaza tem somente 52 m³; os Emirados Árabes

Unidos, somente 58 m³; as Bahamas, 66 m³; e o Catar, somente 94 m³ por cada habitante seu.

Os números da escassez estão nos jornais. Quando abordei esse mesmo tema nesta Casa, Sr. Presidente, há mais de seis anos, relatei que o Japão acabara de comprar da Coreia três formidáveis navios cargueiros de água por um preço três vezes superior ao do petróleo. Nesta semana, os jornais registraram: os árabes estão comprando água da Bulgária a preço sete vezes mais caro que o petróleo. Em poucos anos, o bem estratégico mais precioso já não é o petróleo e, sim, a água, até porque a pesquisa tem descoberto alternativas energéticas para o combustível fóssil. Mas, sem água, a vida não tem saída.

Essa situação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem se confirmando ao longo dos últimos anos. Desde o final do século passado, a água já é o maior foco de disputa entre nações e o maior agente causador de doenças.

Todo ano, 2,2 milhões de pessoas morrem no mundo por causa de água contaminada ou por falta de saneamento. As doenças causadas por vetores desenvolvidos na água são maiores: um milhão de pessoas morrem a cada ano por causa da malária, e 200 milhões sofrem de esquistossomose.

O mesmo equívoco da abundância que o mundo alimenta também ilude o Brasil, que se acostumou a ver as estatísticas da sede como uma tragédia distante, de países saarianos, no máximo como um drama nordestino pontual e passageiro, apesar de cíclico. A natureza, de fato, brindou o Brasil com o maior volume de água doce do mundo: 12% de toda a água da terra, um volume de 36.498 m³ por habitante.

Em nosso País, há a maior bacia hidrográfica de todo o planeta, mas toda essa abundância também é relativa, porque a maior disponibilidade de água no Brasil se registra muito longe dos centros urbanos. Onde sobra água, não há cidades; onde há mais gente, sobra escassez.

A Amazônia concentra 88% de toda a água do Brasil, mas tem apenas 5% da nossa população. No Nordeste, ao contrário, vivem 35% dos brasileiros, mas eles dispõem apenas de 4% da água do País.

Sr. Presidente, 60% das mortes de crianças no Brasil se devem a doenças que resultam da água imprópria ou contaminada.

Um exemplo que ilustra claramente a importância do fornecimento de água tratada nas torneiras se encontra em meu Estado, na cidade de Teotônio Vilela, cujo nome é o do velho Menestrel, o meu saudoso pai. Como resultado das ações implementadas pelo

Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que proporcionaram um abastecimento de água de boa qualidade, o Município observou uma drástica redução no Índice de Mortalidade Infantil. Há cerca de cinco anos, Sr. Presidente, o Município Teotônio Vilela registrou o triste quadro de 106 crianças mortas para cada mil nascidas vivas – um dos maiores índices do Brasil. Foi observada uma drástica redução – os atuais 28 óbitos por mil crianças nascidas –, devido simplesmente a uma água mais limpa, tratada, a serviço dos seus habitantes.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo emite sinais de que ainda estamos muito distantes da solução efetiva desse problema. Na última semana, segundo noticiário dos jornais, o Brasil não assumiu qualquer defesa da proposta das organizações não-governamentais, que pediu que a ONU considerasse como direito o acesso a um mínimo de 50 litros de água por habitante/dia. O Brasil defendeu, numa linha comodamente conceitual, apenas que se considerasse a água como “bem social”, sobre o qual as nações devem exercer a sua soberania – apenas a defesa de um princípio, sem desdobramentos maiores e sem obrigações práticas mínimas que sejam.

Não houve avanço, infelizmente, num setor em que, nos últimos anos, o Brasil se fez ousadamente pioneiro e corajosamente exemplar. Nos últimos anos, o Brasil se destacou no cenário internacional pelo seu discernimento corajoso em reformar leis e introduzir no seu cotidiano as formas mais modernas de gestão das águas.

Por iniciativa do Governo Fernando Henrique, mas com a decidida colaboração e participação do Congresso Nacional – desta Casa, o Senado Federal, que participou ativamente –, criou-se, em 1997, a Lei nº 9.433, a chamada Lei das Águas, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – um sistema descentralizado, integrado, principalmente participativo, apoiado em comitês de bacia que têm a participação de setores do Governo, de técnicos, dos usuários e da sociedade civil. Temos uma das legislações mais avançadas do mundo no tocante à utilização e manejo de nossos recursos hídricos. O desafio da água, afinal, não é apenas de responsabilidade de governos, é de toda a sociedade. É a perspectiva da integração e da participação que legitima o sistema e lhe garante sustentabilidade.

Em julho de 2000, avançou-se mais ainda no Congresso Nacional em relação à legislação da água com a aprovação da criação da Agência Nacional de Águas, dotada de autonomia administrativa e finance-

ira, com o objetivo de disciplinar a utilização dos rios, de forma a controlar a poluição e o desperdício para garantir a disponibilidade das águas para as gerações futuras.

Infelizmente, o avanço dos últimos anos parece comprometido por um contingenciamento linear imposto pelo Governo Federal.

Para este ano, o Orçamento prevê uma arrecadação de R\$87 milhões, em taxas previstas pela legislação, proveniente das tarifas de energia destinadas à ANA. Mas a previsão de disponibilidade é de apenas R\$44 milhões, pouco mais da metade salva do contingenciamento.

A manutenção dos recursos destinados à ANA é vital para o desenvolvimento de ações como o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido, mediante o qual se pretende implantar um milhão de cisternas em cinco anos, beneficiando cinco a seis milhões de pessoas.

Sr. Presidente, ontem, na abertura do oportuníssimo seminário sobre a questão das águas, que está acontecendo aqui em Brasília, ouvi atentamente o pronunciamento da Ministra Marina Silva, nossa colega de Senado, e pude sentir a firmeza, a confiança e a disposição de S. Ex^a, que também demonstrou preocupação com essa questão e que prometeu lutar para que a Agência Nacional de Águas tenha os recursos necessários para ser, como prevê a legislação, a guardiã do uso e manejo das águas no Brasil.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Teotônio Vilela Filho?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Concedo o aparte, com muito prazer, a V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Teotônio Vilela Filho, V. Ex^a trata de um dos mais sérios problemas da atualidade. Costumo dizer que para a fome é possível dar um jeito: pesca-se um peixe aqui, um outro acolá, e o indivíduo vai sobrevivendo. Fica subnutrido, sim – e isso tem que ser resolvido –, mas se vai sobrevivendo. A energia elétrica é fundamental nos dias de hoje, mas, em última instância, vive-se com a luz do candeeiro. No entanto, sem água não dá para viver. Água é vida!

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Exatamente, Senadora Serys Slhessarenko: água é vida.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Sem água, não há vida. Portanto, nobre Senador, é fundamental o pronunciamento e a postura de V. Ex^a

assim como da Ministra Marina Silva na defesa das nossas águas. Infelizmente não pude ir à abertura desse evento. Houve um momento, em Mato Grosso, em que estive bastante preocupada com essa questão, oportunidade em que chegamos a realizar audiências públicas com a participação de parlamentares do Congresso Nacional para tratarmos da questão da privatização das águas que tramitava no Congresso Nacional. Senador, temos que estar atentos, porque muita coisa já foi privatizada. Agora temos que abrir nossos olhos e ficarmos espertos, porque hoje a água faz parte de uma disputa mundial pela vida. Temos conhecimento dos bilhões de dólares e de euros que têm sido investidos mundo afora em pesquisas para viabilizar a transformação de geleiras e da água do mar em água doce. E aqui temos toda essa água! Não somos egoístas, mas temos que salvar a água para nós também. Não podemos permitir que se privatizem nossas águas, como já aconteceu. Daqui para frente, a água não será mais privatizada. V. Ex^a sabe que privatizaram nossas fontes! As fontes! Não foi o uso da água dessas fontes. Privatizaram a fonte! A partir daí, corremos sérios riscos, porque, estando a fonte privatizada, daqui a pouco, estaremos com o balde na mão, à beira da fonte, sem poder pegar água sequer para bebermos, porque ela não será nossa. Isso já aconteceu em alguns Estados da nossa Federação. Por isso, temos que ver como vamos reverter essa questão. Nobre Senador, é fundamental o pronunciamento de V. Ex^a. Na próxima semana, abordarei este tema e espero contar com o aparte de V. Ex^a para debatermos melhor essa questão importantíssima para o nosso País. Muito obrigada.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko. Incorporo, com muita honra, o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Teotônio Vilela Filho, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PMDB – AL) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Teotônio Vilela Filho, para mim é uma grande honra poder ver registrado o meu aparte no pronunciamento de V. Ex^a, que, sem dúvida alguma, engrandece esta Casa do Congresso Nacional pela riqueza de informações, de dados, pela preocupação que V. Ex^a expôs, pela maneira sábia como coloca a questão. Com toda certeza, o Governo Federal e o Poder Executivo precisam estabelecer o planejamento necessário, sobretudo estratégico, para que o nosso País e o nosso povo

não venham, num futuro próximo, sofrer as consequências que hoje sofrem – segundo palavras de V. Ex^a – os povos de outras regiões da Terra, a exemplo dos da Ásia Menor e da região do Iraque, onde hoje acontecem os conflitos bélicos. É de extrema importância o pronunciamento de V. Ex^a. Eu faço aqui duas observações extraídas do discurso de V. Ex^a, que disse que onde há cidades não há água, citando o Sudeste do País, e onde há água não há cidades. É evidente que essa colocação traduz o comportamento do povo brasileiro, das nossas gerações passadas, em relação ao uso, ao manejo e à própria gestão da água neste País. Portanto, o primeiro aspecto que deve ser extremamente ressaltado do pronunciamento de V. Ex^a é a necessidade da participação da sociedade nesta questão, que é, acima de tudo, de consciência coletiva. Por outro lado, há necessidade de um planejamento estratégico, porque a questão diz respeito às condições básicas necessárias de sobrevivência do nosso povo. Diria que há condições ideais não apenas para atender ao povo brasileiro, mas até mesmo outros povos, desde que seja bem administrada. Há poucos instantes, eu conversava com um companheiro, Secretário Parlamentar, assessor do meu gabinete, quando me dirigia ao Senado Federal, sobre como hoje vivemos uma realidade completamente diferente daquela vivenciada há décadas ou no século passado ou antepassado. Sem dúvida, trata-se de uma questão de segurança nacional. Há necessidade, nesse planejamento estratégico, de buscarmos condições para garantir este valor econômico vital que possuímos, advertindo, inclusive, as forças Armadas deste País. Se hoje elas estão concentradas no Sudeste e Sul do País, na região leste, área que margeia o oceano Atlântico, deve pensar, se ainda não o fez, em começar a transferir suas bases, seus exércitos, para manter um efetivo maior no Rio Grande do Sul e ocupar a costa oeste e, sobretudo, o Norte do País. Isso é extremamente importante. Trata-se de um bem sobre o qual ainda não há uma consciência nacional – hoje voltada para o petróleo, encontrado em grande quantidade em outras regiões do planeta Terra – e cujo valor a população não percebe. Mas é preciso percebê-lo, porque, após o esgotamento dessa fonte energética, dessa riqueza, os países imperialistas certamente voltarão seus olhos – mais do que já o fazem – para essas regiões a que me referi. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. Muito obrigado pela possibilidade de apartear-lo neste instante.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Almeida Lima. V. Ex^a, que é do Estado de Sergipe, vizinho da

nossa querida Alagoas, conhece muito bem a importância da água. O Rio São Francisco margeia nossos Estados – vou tratar desse tema adiante – e precisa de muito cuidado. Aquela água vai para o mar como se fosse envenenada, encantada, porque os Governos, as políticas públicas não criaram condições, até hoje, de levá-la a tanta gente que precisa plantar e colher para viver.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Que nos separe e nos une ao mesmo tempo.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Exatamente, que nos separe e nos une. Obrigado pela complementação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como dizia, temos que criar condições para que a Agência Nacional de Águas cumpra o papel que a legislação, – repito, uma das mais avançadas do Brasil – lhe destinou, que é o de ser a guardiã das nossas águas. A ANA, por exemplo, já estabeleceu protocolos com a Firjan, Fiesp e Fiemg, visando ao desenvolvimento de tecnologias e capacitação de recursos humanos para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, voltada para os parques industriais, para que não continuemos a poluir os rios, a degradar os mananciais.

É fundamental a preservação e o fortalecimento dessa instituição. Seus projetos estão perigosamente contingenciados, alguns em mais de 90% de seu valor. A Agência tem sofrido restrições de custeio até para as despesas mais elementares, embora seu orçamento, como disse, esteja garantido por contribuições dos usuários de água e energia de todo o País, não por verbas do Orçamento da União. O Governo Federal, no entanto, arrecada essas taxas e não as repassa à Agência, comprometendo, assim, um avanço institucional que hoje é internacionalmente reconhecido.

Emblematicamente, aliás, o mesmo Fórum que não teve da delegação brasileira qualquer compromisso com a universalização do acesso à água premiou o Presidente da Agência Nacional de Águas, Jerson Kelmann, com o Prêmio Rei Hassan II*, por sua contribuição na restauração de bacias hidrográficas e pelas políticas brasileiras de água. Esse prêmio é uma espécie de Nobel das águas; foi instituído pelo Governo do Marrocos, para destacar personalidades e instituições que contribuíram para o desenvolvimento da área de gerenciamento de recursos hídricos.

Quero parabenizar o Dr. Jerson Kelmann, os Diretores da ANA, todos aqueles que trabalham na

Agência em favor dos recursos hídricos no Brasil. Parabéns a todos.

Sr. Presidente, para o Brasil, como para o mundo, a saída é única: preservar, para evitar que a poluição inutilize para o consumo nossos recursos hídricos generosos, como os do Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente. E não será ocioso lembrar que cada litro de água poluída contamina oito litros de água pura. Preservar para evitar que o assoreamento esterilize nossos rios. E não será demais repetir que, a cada ano, o mundo perde 10% de seus rios para a poluição e para o assoreamento. Preservar, para que a história não nos condene como a geração que usurpou do futuro do Brasil exatamente o bem estratégico mais abundante que a natureza nos confiou.

Preservar, no entanto, Sr. Presidente, não significa uma postura comodamente passiva de apenas evitar a degradação dos recursos hídricos. Preservar é garantir o saneamento básico das cidades ribeirinhas, para evitar que o esgoto mate rios e comprometa oceanos. Preservar é garantir o ecossistema das matas ciliares, para impedir o assoreamento que reduz a magros filetes mesmo consideráveis caudais. Preservar é gerenciar os recursos hídricos, para evitar o desperdício que compromete, mas também impedir a concentração do uso da água. Preservar, por isso mesmo, é também ousar nas políticas de água, em todos os seus processos, da preservação à captação, da distribuição ao tratamento, do saneamento à plena massificação de seu acesso.

Preservar é também revitalizar.

Conseguimos, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a aprovação de programas de saneamento básico para todas as cidades que ficam à margem do complexo lagunar Mundaú-Manguaba, que deu origem ao nome do Estado de Alagoas e banha a cidade de Maceió.

Conseguimos, ainda, viabilizar o saneamento das cidades que ficam às margens dos rios que deságuam nas lagoas. Mas é preciso mais. É urgente e inadiável promover a revitalização de toda a bacia do São Francisco, com o saneamento das cidades ribeirinhas, com a proteção e recomposição das matas ciliares, não apenas do velho Chico, como de outros de seus principais afluentes.

Infelizmente, Sr. Presidente, não há alternativas: o problema ecológico de hoje é o problema econômico de amanhã. O problema ambiental de hoje é o problema social de amanhã. Ou preservamos, ou revitalizamos, ou o futuro nos condenará a amargas e raras alternativas: despoluição, dessalinização ou sede. Despoluir e dessalinizar com todos os problemas

econômicos e tecnológicos envolvidos, porque custa uma fábula dessalinizar a água, custa uma fábula despoluir. É muito mais barato, inteligente e sensato não poluir. É muito mais barato preservar. Ou então ficar sem água. Mais prudente preservar o que se tem enquanto se tem. É preciso preservar e ousar, até para que não se eternizem verdades que hoje preocupam e envergonham.

O que falta no Nordeste brasileiro, por exemplo, Sr. Presidente, não é a água. O que falta é política de água. O Nordeste é a região semi-árida que mais chove no mundo. Na maioria dos Municípios nordestinos chove mais do que a média de Paris. Mas até hoje as políticas de governo não conseguiram minimizar os efeitos da má distribuição dessa chuva no espaço e no tempo. Não se capta a água na medida necessária, muito menos se distribui essa água no volume esperado.

No Nordeste, por suas carências alimentares, é imprescindível um Programa como o Fome Zero. É imprescindível. Mas, por seus problemas de distribuição de água, é inadiável que se crie na região um programa Sede Zero.

O Nordeste tem rios perenes, como o São Francisco e o Parnaíba, a grande divisa líquida entre o Maranhão e o Piauí. Há rios perenizados e semiperenizados em todos os Estados nordestinos. Mas a transposição de bacias, que há décadas é uma iniciativa comum em vários países, no Brasil ainda parece um plano futurista, embora reivindicado há mais de cem anos.

Apesar da má distribuição, que impede a fundação e a colheita de safras, o Nordeste tem chuvas suficientes para abastecer a sua população. E esse é um paradoxo que denuncia todas as políticas de governo para o semi-árido.

Não precisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, modificar o clima, basta mudar as políticas para o Nordeste.

Temos de reconhecer, Sr. Presidente, por justiça, o que fez o Governo do Presidente Fernando Henrique não apenas na preservação de nossos recursos hídricos, mas no tratamento e na distribuição de água. Só em Alagoas o Governo passado investiu meio bilhão de reais na adução, tratamento e distribuição de águas. Há Municípios, como o sertanejo Pão de Açúcar, onde até os distritos já têm água tratada em todas as casas. Há grandes cidades, como Arapiraca, que há cinco anos somente 15% das suas residências tinham água na torneira, que hoje têm água em todas as áreas do perímetro urbano. Nos últimos dez anos, conseguimos aumentar, em Alagoas, em 58% o nú-

mero de casas abastecidas com água tratada em todo o Estado. Os primeiros resultados, Sr. Presidente, são expressivos: a mortalidade infantil caiu à metade entre 1998 e 2002, passando de 68 para 36 por 1000 nascidos vivos. O balanço das doenças de veiculação hídrica em Alagoas comprova à exaustão o dado consensual de que cada real a mais investido em saneamento básico representa quatro reais a menos gastos com a cura de doenças. Em 1997, por exemplo, Alagoas registrou 1.610 casos de cólera. Em 2001 confirmou apenas um caso. No ano passado nenhum caso se registrou.

É importante registrar aqui, Sr. Presidente, a parceria do Governador Ronaldo Lessa nesse esforço para levarmos água para a torneira dos alagoanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, avançamos enormemente também num programa global de utilização do rio São Francisco, sobretudo do baixo São Francisco. Conseguimos implantar, na região, a semente de um arrojado programa de piscicultura que mudará a face econômica e social da região nos próximos anos.

Avançamos, significativamente, no início das obras do Canal do Sertão, uma aspiração de mais de 20 anos, que representa a perspectiva real e concreta de o Estado de Alagoas encontrar a verdadeira vocação econômica para todo o seu vasto semi-árido.

O Canal do Sertão é uma aspiração tão antiga, Sr. Presidente, quanto a sede de transformar em vida, em riqueza e desenvolvimento a água que escoia São Francisco abaixo, sem qualquer serventia, até o mar.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Nobre Senador Teotônio Vilela Filho, apesar da importância do pronunciamento de V. Ex^a, à Mesa cumpre informar que o seu pronunciamento já tomou praticamente o dobro do tempo regimental, e temos outros eminentes Senadores inscritos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a somente mais um minuto para a conclusão de meu pronunciamento, e muito obrigado pela paciência.

Sr. Presidente, são ações como essa que garantirão ao Brasil não apenas a vanguarda na gestão institucional dos recursos hídricos, mas na política efetiva de massificar o acesso à água a todos os brasileiros, especialmente aos nordestinos dos sertões. O que é preciso é que não se constituam em ações pontuais, mas integrem sólidas políticas gerais. Só a preservação, afinal, garantirá a massificação duradoura.

Sr. Presidente, insisto, como nos versos de Drummond de Andrade, em que “Não, não haverá

para os ecossistemas aniquilados, dia seguinte. A vida harmoniosa não se restaura no dia seguinte. O vazio da noite, o vazio de tudo será o dia seguinte”.

O Brasil precisa agir para que não tenhamos “esse dia seguinte” de vazio da noite, de vazio de tudo, sobretudo do vazio do desenvolvimento, da esperança e da vida.

Sr. Presidente, para encerrar, ontem, na abertura do Seminário sobre Águas, o grande brasileiro, teólogo, pensador, escritor, Leonardo Boff, nos ensinava, fazendo uma palestra magnífica sobre água e ética, que a essência do ser humano é o cuidado. O cuidado é mais fundamental do que a vontade e a razão.

A essência da vida é a água. Afinal, todos os entes vivos viemos, há dois bilhões de anos, lá das profundezas do oceano.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento fazendo uma conclamação a todos os brasileiros para cuidarmos da nossa essência maior: a água. Vamos cuidar da nossa água, porque, assim, estaremos cuidando da nossa vida e do nosso futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. João Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Leomar Quintanilha, inicialmente cumprimento V. Ex^a por estar presidindo esta sessão e por ser meu colega da Bancada do Tocantins.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho hoje a este Plenário abordar um assunto que será tratado por mim muitas vezes ao longo de meu mandato como Senador da República. Trata-se da **Geração de Emprego e Renda**, tema que, durante a minha vida pública, sempre me despertou a atenção e conclamou, por assim dizer, todas as minhas energias para a busca de soluções que lhe pudessem fazer frente.

Este discurso que ora pronuncio é uma abordagem inicial, introdutória ao tema, que será desdobrado, aprofundado e individualizado em algumas outras partes, daqui por diante, em uma série de outros discursos que lhe seguirão.

Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de falar sobre a importância do tema Geração de Emprego e Renda.

A característica que mais me chama a atenção é sua abrangência e amplitude, pois quase tudo, em termos de políticas públicas na área econômica e social, pode levar, em última análise, à geração de emprego e de renda. Em determinados casos, seria mais apropriado dizer emprego **ou** renda, uma vez que há políticas que geram renda, embora não gerem emprego, que são aquelas popularmente chamadas de assistenciais.

Todavia está implícito, por assim dizer, na **tradição** do uso do termo *geração de emprego e renda*, tal qual eu entendo, a noção de que a renda gerada por determinada política pública envolve, necessariamente, o esforço dos seus beneficiários, no sentido de prover sua própria renda, uma espécie de contrapartida individual à ação do Estado.

De acordo com esse entendimento do tema Geração de Emprego e Renda, estariam dele excluídas as políticas ditas assistenciais, as quais, embora necessárias, dependendo da situação em que se inserem no papel que o Estado deve cumprir, têm a característica de ser mero auxílio estatal, sem nenhuma contrapartida, em termos de esforço individual por parte de quem recebe esse auxílio. No que se refere às políticas meramente assistencialistas, basta que os beneficiários se enquadrem nos critérios socioeconômicos estabelecidos pelo Estado para a concessão dos benefícios oferecidos e que, para bem da verdade, lhes são de pleno direito.

Dessa forma, somente para dar um exemplo, um programa de combate à fome como o anunciado Fome Zero, que distribuisse alimentos a determinadas populações pobres, sem exigir qualquer contrapartida por parte de quem recebe o alimento, é uma política meramente assistencialista. É política que gera renda, renda transferida pelo Estado aos beneficiários, sem, no entanto, implicar criação de empregos. Melhor dizendo, a política gera diretamente renda **para os beneficiários**, pois lhes concede numerário em espécie, mas não cria riqueza, não gera renda **para a sociedade**, porque a renda já existia; foi apenas transferida pelo Estado. Em contraposição, um programa como o Bolsa-Escola poderia ser enqua-

drado como política de geração de emprego e renda – geração **futura** de emprego e renda, bem entendido, como sempre ocorre em programas desse tipo –, visto que a percepção do benefício exige por parte de quem o recebe ou, no caso, por parte de seus filhos, uma ação: a de freqüentar, com aproveitamento, a escola.

Ao fazer tal comparação, não quero, de forma alguma, desmerecer as políticas que têm tal natureza, que, como disse, a depender da situação, são necessárias. Contudo, sempre que possível, quando a situação pode ser resolvida com políticas de geração de emprego e renda, estas são preferíveis àquelas, porque objetivam a autonomia do beneficiário e trazem, pelo menos, a esperança de que os gastos públicos envolvidos nos programas, não se eternizando, possam ser temporários. Há situações, porém, reconhecendo, em que não há essa alternativa. Quis, na verdade, distinguir a natureza de dois tipos distintos de política pública.

Agora quero sair desse campo mais teórico e abstrato e me concentrar na importância, para o Brasil de hoje, na conjuntura em que vivemos, das políticas de geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, ninguém há de negar que um dos principais problemas socioeconômicos do Brasil na atualidade é o desemprego, bem como o trabalho precário de grande parte da população, o que promove um nível de renda baixo e insuficiente para a população. E digo com convicção, aliás, coisa com que todos nós aqui presentes a este Plenário concordamos, que **reverter esse quadro é papel fundamental do Estado**.

Quanto ao desemprego, ele se mantém em nível elevado, no Brasil, desde quatro anos atrás até hoje; e a perspectiva, infelizmente, é de que seja ainda maior este ano.

Em 1998, houve um salto no patamar do desemprego, quando a taxa de desemprego aberto medida pelo IBGE para as principais regiões metropolitanas saiu de um patamar em torno de cinco, cinco e meio por cento, às vezes quatro e meio, nos oito primeiros anos da década de 90, e atingiu 7,6% naquele ano. Estou me referindo à taxa média calculada para o Brasil, que, desde 1998, se manteve nesse nível.

Em 1999, a taxa de desemprego aberto repetiu a marca do ano anterior, qual seja, 7,6%. Em 2000, 7,1%. Em 2001, recuou um pouco, para 6,2%. No ano passado, 2002, voltou a subir para 7,1%.

Note-se, todavia, que a metodologia adotada pelo IBGE é bastante restritiva, pois considera de-

sempregadas apenas as pessoas que procuraram emprego na semana anterior à da entrevista. Quando o IBGE mudou a metodologia do cálculo da taxa de desemprego aberto, passando a considerar desempregadas as pessoas que procuraram emprego **nos últimos 30 dias antes da entrevista**, a taxa *pulou* para 11,2%, registrada em janeiro deste ano de 2003. Ainda assim, a metodologia não leva em consideração a existência do trabalho precário – conhecido por todos como bico –, pois são muitos os brasileiros que sobrevivem de pequenos serviços ocasionais, que lhe garantem uma renda próxima do mero nível de subsistência. A metodologia do IBGE considera esses brasileiros como estando empregados.

Para fazer comparação, são bem mais robustas as estatísticas de desemprego calculadas pelo Dieese, que levam em conta o trabalho precário, que, por sua vez, caracteriza o chamado *desemprego oculto*. A taxa de desemprego do Dieese atingiu 18,6% no mês de janeiro deste ano. Todavia, sua abrangência regional é mais restrita, uma vez que apenas considera a região da Grande São Paulo.

Seja como for, esses números dão idéia da gravidade do problema do emprego no Brasil. Lembro apenas que a taxa de desemprego que acabei de citar, calculada pelo Dieese, de 18,6%, assemelha-se às taxas, por exemplo, dos países europeus que mais sofrem com o problema do alto nível de desemprego e não é muito inferior às da Argentina de hoje. É uma situação, portanto, de catástrofe social!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como dissera antes, o tema geração de emprego e renda é bastante abrangente. Todos sabemos que é o crescimento econômico que gera mais renda e emprego – não resta dúvida –, quesito em que o Brasil não tem se sobressaído há mais de vinte anos. Políticas em favor do crescimento econômico, por sua vez, remetem à política econômica do País, em termos gerais, passando por reformas estruturais, como as do mercado de trabalho, da previdência e tributária – para apenas citar algumas –, até às políticas educacionais, cujo efeito é de mais longo prazo. Ora, tudo isso, em sentido amplo, pode ser considerado política de geração de emprego e renda.

Assim, cumpre restringir a abrangência do tema, limitando-o ao que desejo abordar na série de discursos que pronunciarei sobre ele daqui para a frente.

Quero considerar apenas políticas de geração de emprego e renda mais específicas, direcionadas a clientelas certas, políticas que tenham o poder efetivo de gerar renda e emprego nas comunidades a que

são destinadas. Em outras palavras, que não se caracterizem pela mera transferência de renda de alguns grupos sociais para outros, como é o caso das ações assistencialistas, mas que criem riquezas para a sociedade no presente ou no futuro; promovam a auto-estima e estimulem a autonomia dos beneficiários, tornando-os, ao longo do tempo, fonte de receita para o Estado, como contribuintes, em razão do exercício de atividade produtiva, e não os perpetuando como fonte de despesa. Em uma palavra: tratarei daquelas políticas que causem verdadeiro impacto social. Ou seja, aquelas que possam ter seus resultados efetivamente medidos.

São tais políticas que podem ter efeito concreto na diminuição do desemprego e do emprego precário no Brasil e que permitirão que não continuemos *apostando todas as fichas* apenas no crescimento econômico.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Ribeiro, peço um aparte a V. Ex^a, em primeiro lugar, para cumprimentá-lo pela felicidade do tema escolhido, que é o desemprego em nosso País. Hoje temos em torno de 50% da população economicamente ativa desempregada ou subempregada, como V. Ex^a coloca muito bem, citando dados precisos do Dieese. V. Ex^a mostra que essa é uma questão quase que histórica em nosso País. V. Ex^a faz um discurso equilibrado mostrando que temos que trabalhar para combater aquele problema que atinge, infelizmente, a maioria dos lares brasileiros. Diria mais a V. Ex^a: são concordes as nossas posições, pois V. Ex^a diz que são importantes, sim, as chamadas medidas compensatórias – muitos as consideram paliativas –, como, por exemplo, os variados tíquetes e a cesta básica. Ocorre, porém, que, enquanto não tivermos uma política agressiva no campo do emprego – é isso que dá dignidade à família –, vamos ter que ir mantendo essa política que vem de governos anteriores e da qual não discordo. A política de combate à fome do Governo Lula vai na mesma linha, é uma forma de fazer com que grande parte da população tenha, pelo menos, o direito, como diz o Presidente Lula, a três refeições por dia. Agora, o ideal seria termos uma política – espero que isso aconteça rapidamente em nosso Governo – agressiva no campo da exportação, porque isso geraria, efetivamente, mais empregos. Eu mesmo, aqui na Casa, rerepresentei um projeto de redução de jornada sem redução de salário. Pelas minhas estimativas e aproveitando dados do DIEESE, se esse projeto fosse aprovado, reduzindo a jornada de

trabalho semanal de 44 para 40 horas, estaríamos gerando em torno de três milhões de novos empregos. Também insisto muito na discussão da reforma agrária, que deve ser de alto nível, que deve ser travada de forma equilibrada, generosa e solidária. Se assim acontecesse, essa reforma geraria no campo algo em torno de oito milhões de novos empregos. Quero reafirmar aqui a nossa posição favorável a uma reforma agrária feita com diálogo, sem violência, com entendimento. Acredito que é possível construirmos esse novo momento. Fiz o aparte mais para cumprimentá-lo. Não vai aqui, de minha parte, nenhuma contestação aos números apresentados, pois entendo que são corretos. Todos temos obrigação de trabalhar para construir o País dos nossos sonhos, que entendo possível, onde o cidadão tenha direito à alimentação, sim, mas principalmente ao emprego, repito, pois é isso que dá dignidade à família. Parabéns a V. Ex^a, pelo pronunciamento!

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, meu ex-colega da Câmara dos Deputados, um dos Parlamentares que mais conhece desse assunto. Aliás, é um dos homens que mais briga neste País pela questão do desemprego, tentando resolver esse problema, que é muito grave.

Quero continuar, Sr. Presidente, dizendo que o crescimento econômico é urgente e necessário, mas, enquanto não se viabiliza, não pode ser desculpa para o imobilismo e para a falta de criatividade.

Quanto a esse tipo de política de geração de emprego e renda que defini, quero trazer a experiência que conheço de perto e que tem produzido resultados concretos: a experiência do Estado que represento nesta Casa, o Tocantins, e da Prefeitura de sua Capital, Palmas.

Em outros pronunciamentos, pretendo esmiuçar cada um desses programas que têm sido importantíssimos para promover o bem-estar social das famílias mais pobres do Estado do Tocantins, dando oportunidade aos meus conterrâneos tocaninenses de continuarem seus estudos e aprenderem uma profissão.

A qualidade da administração, tanto do Estado do Tocantins quanto de inúmeras prefeituras, tem contado com o reconhecimento de órgãos públicos e associações profissionais em todo o Brasil. A última distinção recebida por Tocantins foi o segundo lugar concedido à Prefeitura de Palmas, entre os Municípios da Região Norte, no concurso denominado Prêmio Mário Covas, em que concorreu com 500 Prefeituras brasileiras. A Prefeita de Palmas, Nilmar Ruiz, recebeu o prêmio anteontem, aqui em Brasília, por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Municípios. O

prêmio foi concedido pelo Sebrae, na categoria Prefeitura Empreendedora, e atesta a qualidade da gestão municipal em Palmas. Os técnicos da comissão julgadora reconheceram a qualidade dos programas desenvolvidos e o impacto que têm obtido no desenvolvimento socioeconômico da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso que agora estou encerrando teve a finalidade de ser um preâmbulo aos outros que farei em breve sobre o tema Geração de Renda e Emprego.

Quis hoje expressar a preocupação que o tema me inspira e a importância que a ele atribuo. Na próxima oportunidade, deixarei os pontos gerais e focarei pontos concretos e específicos, direi da contribuição que o Estado do Tocantins tem dado como exemplo de iniciativas que podem ser repetidas em todo o Brasil.

Estou certo de que não há maneira mais eficaz para o desenvolvimento econômico e social do que dar meios à população carente e desassistida de prover o seu próprio sustento, sua própria renda, o que inclui, naturalmente, as condições materiais e financeiras para as crianças estudarem e terem sua profissão. É diretriz do pensamento liberal e, portanto, do Partido a que pertenço, o PFL, a emancipação da população carente, para a qual o Estado deve contribuir na sua emancipação.

Antes de concluir o meu pronunciamento, quero dizer que, durante a última campanha, na qual o povo tocaninense me concedeu o sexto mandato – e desta vez o de Senador da República –, um dos temas e uma das propostas que abordamos, Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, foi a geração de emprego e renda.

Alegro-me muito ter a certeza e a convicção de que, em Tocantins, todos nós, que somos representantes daquele Estado – os oito Deputados Federais, os três Senadores e o Governador Marcelo Miranda, com a sua equipe –, preocupamo-nos muito com a geração de emprego e renda e com os problemas sociais.

Quero registrar um fato muito importante. Na próxima terça-feira, estará sendo lançado um programa chamado Força Jovem, na cidade de Araguatins, no Bico do Papagaio. Dezoito mil jovens terão oportunidade de ter o seu primeiro emprego.

Quero, portanto, em meus próximos pronunciamentos, falar sobre este e outros programas importantes que estão sendo implementados e que já faziam parte das ações do Governo anterior do grande estadista Siqueira Campos. Agora, o nosso Governador

dor Marcelo Miranda está reeditando-os com alguns aperfeiçoamentos.

Quero voltar mais vezes a esta tribuna para tratar desse tema, que considero um dos mais importantes da atualidade. Precisamos gerar emprego e renda, dar oportunidade de trabalho à população brasileira e, sobretudo, aos nossos queridos irmãos tocantinsenses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra ocupar esta tribuna mais uma vez. E hoje vou falar sobre um tema muito importante não só para o Estado do Amapá, o meu Estado, mas para o Brasil.

Foi exatamente no dia 22 de agosto do ano passado que o Governo brasileiro anunciou a criação do maior parque de floresta tropical do mundo, que é o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, situado no extremo norte do País, na região noroeste do Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname.

O decreto de criação se deu antes do Rio+10, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Johannesburgo, no dia 26 de agosto de 2002.

Sua criação significou um grande passo para cumprir a meta proposta pelo Governo brasileiro, de proteger 10% da Amazônia brasileira como unidade de conservação e proteção integral, por meio do projeto “Áreas Protegidas na Amazônia”.

Sr. Presidente, devo ressaltar que as discussões com a sociedade foram reduzidas e aceleradas em relação à criação dessa reserva nacional. A decisão do Governo Federal foi no dia 22 de agosto, em pleno período de campanha eleitoral, e afirmo a V. Ex^a que, com certeza, pegou a maioria dos amapaenses de surpresa, exatamente porque o Governo não conversou com a sociedade e não discutiu com os políticos representantes do Estado, tomando uma decisão que nos deixou perplexos. Não sabíamos responder, naquele momento, à sociedade do Amapá o que significavam não especificamente a reserva decretada pelo Governo, mas os efeitos para os Municípios dessa decisão do Governo, que chamo “de cima para baixo”.

O Parque Nacional do Tumucumaque é quase do tamanho do Estado do Rio de Janeiro; é maior do

que a Bélgica e quase do tamanho da Suíça, com uma área florestal de 38.867 quilômetros quadrados ou 3,8 milhões de hectares. O novo Parque é 60% maior que o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, até então o maior do Brasil, e supera em tamanho o Parque Nacional Salonga, na República Democrática do Congo, na África, que detinha o título de maior do mundo no gênero.

O nome Tumucumaque, na língua indígena das tribos Apalaí e Wayana, que habitam a região, significa “a pedra no alto da montanha que simboliza a luta entre os pajés e os espíritos”.

A área do Parque é praticamente desabitada por seres humanos, mas abriga espécies espetaculares de mamíferos, tais como os grandes carnívoros (a onça, **Panthera onca**, e a sussuarana, **Puma concolor**) e primatas raros (cuxiu, **Chiropotes satanas**), cujas populações estão bastante reduzidas em outras regiões. Aves, como araras (**Ara chloroptera** e **Ara macao**), marianinhas (**Pionites melanocephala**), jacus (**Penelope marail**), beija-flores multicoloridos, como o beija-flor-brilho-de-fogo (**Topaza pella**), e grandes pássaros frutívoros da copa da floresta, tais como o anambé-militar (**Haematoderus militaris**), o pássaro-boi (**Perissocephalus tricolor**), o Gainambé (**Procnias alba**) e outros são abundantes nas florestas bem conservadas da região. Existem pelo menos 20 mil espécies de plantas, com cerca de 35% de endêmicas, isto é, espécies que só existem ali e em nenhuma outra parte do mundo, o que coloca a área entre as três mais ricas do planeta, em Botânica.

O custo da implantação do Parque do Tumucumaque ainda não foi definido. Sabemos que há uma parceria envolvendo o Governo brasileiro, o Banco Mundial, o GEF (Global Environment Facility) e o WWF, entre outros. Aqui, quero fazer também uma referência ao Governo do Estado do Amapá. O jovem Governador do Estado, eleito conosco, Sr. Valdez Góes, está se empenhando para que o Governo Federal cumpra esses deveres com o Amapá. Faço este registro porque o Governador está acompanhado de políticos sérios, que estão lutando pelo Estado com a responsabilidade efetiva de dar uma resposta efetiva aos amapaenses. A missão do Governador nos próximos quatro anos e a que cumprimos, se Deus quiser, por oito anos serão o eixo principal do nosso trabalho como políticos.

Sr. Presidente, o Estado do Amapá tem uma área de 143.453 quilômetros quadrados. A área de conservação do Parque envolve 28% do território do Amapá, que, somados aos 4,4 milhões de hectares

que o Estado já cedeu para fins de preservação, ou seja, para as áreas indígenas, parques, reservas biológicas e estações ecológicas, totalizam 58% de todo o território amapaense. Além disso, o parque tem uma área de entorno que, pela lei, é de amortecimento, com quase um milhão de hectares.

Os Municípios do Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande, Calçoene e Oiapoque, atingidos com a criação do Parque Nacional, praticamente ficaram numa situação de sufoco territorial, cercados por área de preservação e reservas, não tendo para onde crescer, razão pela qual deve o Governo Federal ceder terras da União para o Estado, como uma forma de compensação, dada a extensão do território estadual agora comprometida em unidade de conservação federal. É o que requero, em nome do Estado do Amapá.

E, ainda, como forma de compensação, ratificamos as propostas do Grupo de Trabalho do Tumucumaque, que, dentre outras, assim estabeleceu: “A liberação imediata e integral dos recursos já alocados para o asfaltamento da BR-156, bem como o asfaltamento integral dessa rodovia e da BR-210”.

Sr. Presidente, no nosso Estado temos 16 Municípios, e a ligação com a capital é feita praticamente por rodovias. Dentre essas rodovias, duas principais são federais. Uma delas tem cerca de 20% de pavimentação, iniciada quando ainda éramos Território Federal e o Governo Federal enviava recursos para atender às nossas necessidades. Essa estrada foi iniciada no Governo Aníbal Barcellos e teve um grande impulso no Governo Nova da Costa. Daí, então, surgiram as dificuldades no prosseguimento dessa grande obra. Outros governos conseguiram pavimentar parte dessa estrada, mas pelo tempo que estamos nessa luta, essa estrada já deveria estar concluída. E ela depende exclusivamente de recursos federais, porque o Estado do Amapá vive de repasses do Governo Federal, do Fundo de Participação dos Estados, e tem arrecadação própria, cuja receita principal é o ICMS, que chega a 15% do orçamento total. É um Estado que vive do contracheque, porque lá estão concentrados muitos servidores federais, à disposição do Estado do Amapá, o que faz gerar um valor significativo de moeda corrente em nossa economia. O Amapá carece de ser fortalecido em sua economia, e é isso que esperamos do Governo atual.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que façamos chegar esse registro ao Sr. Ministro dos Transportes, Anderson Adauto. S. Ex^a visitou o nosso Estado e testemunhou a calamidade em que vivem os nossos Municípios, isolados da capital Macapá, por-

que as estradas estavam totalmente intrafegáveis. O Sr. Ministro nos deu um alento ao se comprometer, junto ao Governador e parlamentares do Estado, a mandar recursos para pavimentação das duas estradas, para construção das duas pontes sobre o rio Matapi e o rio Vila Nova, além da ponte sobre o rio Oiapoque.

Faço esse registro para que o Sr. Ministro dos Transportes saiba da nossa confiança em sua palavra e em seu compromisso.

Outras medidas de compensação feita pelo Estado por intermédio do grupo de trabalho foram:

- implementar infra-estrutura de saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de resíduos sólidos e extensão da rede de energia elétrica nos Municípios do Estado, particularmente nos Municípios da área de abrangência do Parque Nacional do Tumucumaque;

- estudo de viabilização e criação do Porto no Município de Calçoene;

- promover ações que propiciem a revitalização da sede do Município de Serra do Navio – esse município se encontra altamente prejudicado com o fim da exploração do manganês;

- recuperação da Ferrovia Santana/Serra do Navio;

- constituição de um fundo permanente para o desenvolvimento do Estado e dos Municípios de entorno do Parque Nacional de Tumucumaque;

- conclusão do programa de infra-estrutura aos projetos de assentamento do Estado do Amapá, no que diz respeito à malha viária, à eletrificação rural e à irrigação;

- apoio à rede de Educação profissional do Estado e à educação superior, especialmente nas áreas de gestão ambiental e de uso racional dos recursos naturais; e

- fortalecimento do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), para que a instituição possa ser uma das planejadoras e gestora das políticas previstas para o Parque Nacional.

Caberá ao Governo Federal comprometer-se de, em um prazo de cinco anos, fornecer os meios necessários para o atendimento das reivindicações do Estado e dos Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais da metade do Estado do Amapá está comprometida – já citei que 58% são de reservas ecológicas – e cerca de 97% de todas as florestas nativas do Estado estão preservadas. Portanto, cabe ao Governo Federal dar me-

lhor qualidade de vida ao povo daquela parte do País pelo exemplo de ambientalismo em prol do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alberto Silva, por cessão do Senador Efraim Morais.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava no meu gabinete e ouvi parte do discurso do Senador João Ribeiro, do Tocantins, que fez menção à necessidade de empreender o máximo dos nossos esforços para gerar renda e condições de vida para o povo brasileiro.

S. Ex^a citou números e estatísticas. Ainda mais importante foi o aparte do Senador Paulo Paim, com quem convivi na Câmara dos Deputados durante quatro anos, mas apenas nos cumprimentávamos. Aqui no Senado temos conversado, e tenho percebido que as propostas de S. Ex^a coincidem com as nossas. S. Ex^a é um Senador do PT e eu, do PMDB, mas estamos na mesma Casa e no mesmo País. E entendo que o atual Governo está dando uma oportunidade a todos nós, Congressistas e brasileiros, de encontrar uma saída, que é a da geração de renda.

O Presidente Lula iniciou seu Governo dizendo não seria possível que os brasileiros não tivessem nem sequer uma refeição por dia e elegeu o Piauí como o Estado para iniciar o Programa Fome Zero E assim se deu. Sua Excelência esteve no Estado, juntamente com todos os seus Ministros e Líderes. Tive, nesse dia, durante o almoço, a oportunidade de conhecê-los.

Mas voltemos ao caso de geração de renda. O Senador Paulo Paim, em seu aparte, disse que tem um projeto segundo o qual conseguiria gerar três milhões de empregos, reduzindo as horas de trabalho. Senador Paulo Paim, essa proposta, além de inteligente, é oportuna. V. Ex^a tem o meu apoio desde já, porque é uma solução expedita e prática. Qual é a dificuldade de se reduzir a jornada de trabalho em benefício de três milhões de novos empregos? Ninguém perde, o País ganha. S. Ex^a também falou que, com um tratamento adequado da reforma agrária, poderíamos pensar em algo em torno de oito milhões de empregos no campo.

Senador Paulo Paim, fui Governador do Piauí por duas vezes e, nos nove Estados que compõem aquele semi-árido nordestino, cheio de problemas – seca, miséria, fome – há mais de oito milhões de pessoas vivendo. E nós temos um projeto que pode somar-se ao de V. Ex^a seguramente. V. Ex^a fala na refor-

ma agrária e nós falamos em um novo entendimento entre proprietários e lavradores. Tivemos uma experiência altamente promissora no Piauí com o Projeto Biodiesel. Trata-se de um projeto em que substituiríamos pela mamona a tradicional roça do lavrador do semi-árido, que é a mesma há cem anos: ele planta feijão, milho – que é exigente em água, e lá não há tanta, porque estamos sujeitos às variações climáticas – e mandioca, que leva quinze meses para a colheita.

O milho exige água, e o feijão nasce facilmente. Se o que chamamos “um bom inverno” favorece uma boa safra, o agricultor tira de um hectare algo em redor de 300 quilos. Ele não tem uma semente selecionada, não sabe o que é adubo, ou seja, é um homem que planta – e planta mesmo –, mas o resultado desse trabalho é sempre bem menor do que o que ele precisa.

Portanto, creio que está na hora de somarmos esforços e experiências. Este Governo, que coloca o social como o seu carro-chefe, tem que merecer o nosso apoio. Faço-o desta tribuna.

Vejo, na bancada, a Senadora Íris de Araújo, do nosso Estado de Goiás, que é uma lutadora nesse campo. Eu a conheço e também o Senador Iris Rezende, que foi nosso companheiro, E, agora, os novos companheiros do PT.

Ontem, conheci e conversei com o Líder do Partido, Senador Aloizio Mercadante, com quem tantas vezes me encontrei na Câmara dos Deputados. Eu disse a S. Ex^a que está ocorrendo algo diferente com todos nós, do Piauí. Estávamos vindo de um almoço de trabalho, em que nos reunimos – como tem havido sempre reuniões entre os Líderes do PMDB –, os vinte Senadores que estão aqui. Encontramo-nos ora na casa de um, ora na casa de outro, sob o comando do Senador José Sarney, do nosso Presidente Michel Temer e do nosso Líder Renan Calheiros. Temos como objetivo encontrar um denominador comum para que o PMDB, nesta Casa e também na Câmara, possa constituir uma base de sustentação das propostas do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Temos chegado a uma conclusão quase de comum acordo; algumas divergências aqui; outras, ali. O PMDB não está reivindicando cargos, nem iríamos exigí-los – isso seria fisiologismo, e não somos fisiologistas; somos brasileiros e queremos o bem deste País.

A proposta do Presidente Lula coincide com a nossa em todos os sentidos.

Ontem, fui ao encontro do nosso Líder, o Senador Aloizio Mercadante, porque essa estória do presi-

dio de segurança máxima, no Piauí, me afligiu. Os jornais deram um destaque muito grande ao fato de que o famoso Beira-Mar estaria indo para Alagoas. Daqui a 30 dias, estará pronto um presídio de segurança máxima no Piauí, para aonde esse homem seria transferido. A mídia o está transformando em uma celebridade. Quando o assunto é ele, há uma quantidade enorme de fotografias. Isso não nos importa. É um problema da Justiça, mas é um problema para o Governo Federal, sem nenhuma dúvida, é um problema para o Presidente Lula.

Eu disse ao nosso Líder Mercadante: “O Piauí recebeu essa notícia com apreensão”. Recebi telefonemas de todas as partes. O Senador Mão Santa foi Governador, como eu, e também o Senador Heráclito Fortes. Ou seja, dois Senadores do PMDB, que, praticamente, receberam a metade dos votos do Piauí. O Senador Mão Santa recebeu 650 mil votos, e o Senador Heráclito, mais de 600 mil. Isso significa que praticamente nós três recebemos quase a maioria dos votos do Piauí.

Ficamos meio estarelecidos com essa notícia. Pedi ao Senador Mercadante que agendasse um encontro entre nós e o Ministro da Justiça, com o objetivo de tentarmos evitar que se gaste esse dinheiro no Piauí para a reconstrução ou a construção de um presídio de segurança máxima. O Piauí não precisa desse presídio. Pelo amor de Deus! Esse dinheiro poderia ser gasto na conclusão do pronto-socorro. Teresina está precisando urgentemente de um hospital universitário. Um pouco de dinheiro a mais seria o suficiente para se terminar o hospital universitário e o pronto-socorro.

No momento em que nós, do PT, buscamos um entendimento com o PMDB para ajudar o Governo Lula, fazemos este apelo. Em primeiro lugar, ao jovem Governador do Piauí, que foi eleito praticamente com o apoio do PMDB, sem o qual não teria chegado lá. Comentei, ontem, com o Senador Mão Santa que o jovem Governador do Piauí, Wellington Dias, desista dessa idéia, porque, segundo os jornais, foi ele quem solicitou o presídio.

Creio que essa atitude é um pouco de inexperience de S. Ex^a. O Governador ainda é muito jovem, e nós somos muito antigos. Já governei o Piauí duas vezes. Tenho condições de dar-lhe um conselho: desista desse presídio de segurança máxima no Piauí. Vamos pegar o dinheiro e concluir o pronto-socorro e o hospital universitário, que a capital do Piauí está precisando.

Essa história de segurança máxima no Piauí e a possibilidade do famoso Fernandinho Beira-Mar ser

transferido para lá gerou uma insegurança que nunca havia gerado. Lá, existe uma grande empresa espanhola de castanha de caju e de curtume que já está na dúvida se continua a investir no Piauí, depois de saber que haverá no Estado um presídio de segurança máxima. Ora, é muito simples: o Piauí é o Estado mais pobre da federação. O Presidente Lula escolheu o Piauí para começar o seu programa Fome Zero. Seria um contra-senso que Sua Excelência nos desse o Fome Zero e, com a outra mão, nos desse o Beira-Mar.

Pelo amor de Deus!

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com todo o prazer, minha cara Senadora Iris de Araújo.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Eu gostaria de me solidarizar com a preocupação de V. Ex^a e fazer aqui uma observação: essa é uma questão nacional. Toda a mídia tem se ocupado dessa nefasta figura, Fernandinho Beira-Mar. A abordagem que faço a este respeito é a seguinte: mais relevante do que o local para aonde se vai levar este homem será eliminar o seu poder de influência no lugar em que estiver. Então, muito mais importante do que escolher este ou aquele Estado – e temos que levar em consideração a opinião pública de cada Estado – é mostrar ao Brasil que o poder de influência, o poder de ação, seja por meio de contatos por celulares ou de outra maneira, será realmente cortado, porque, em qualquer lugar que ele estiver, se houver providências nesse sentido, ele não oferecerá perigo a ninguém. Era isso o que tinha a dizer.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senadora, agradeço as palavras de V. Ex^a, como sempre atualizadas e com a lógica de uma Primeira-Dama que cuidou muito bem da população do seu Estado. Agradeço as suas palavras.

Aproveito para dizer agora, antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, que a minha idéia seria a seguinte: eu era ainda um jovem engenheiro, na Central do Brasil, quando o Congresso Nacional decidiu aprovar uma área para construir a capital. Todo o espaço ocupado hoje pelo Distrito Federal foi resultado de uma lei. Passou, por quatro votos, a decisão de ser esta a área onde se implantaria a nova capital, essa excelente obra de Juscelino Kubitschek, que nos permite estar hoje aqui, nesses belos prédios, e trabalhando pelo Brasil como congressistas que somos. Portanto, me veio a idéia – todos podemos dar sugestões ao Presidente: por que o Congresso não escolhe

uma área no País que não pertença a nenhum Estado, tal qual o Distrito Federal? Pode ser pequena. Eu chamaria o quadrilátero de segurança máxima. Aí estaria um quartel da Polícia Federal, um quartel do Exército. Não precisaríamos envolver nenhum Estado, nem as polícias civis, nem as militares.

Atualmente, Srs. Senadores, em que estamos vendo armas sofisticadas, que acertam o alvo à noite, não podemos fazer um quadrilátero de segurança máxima que evite qualquer tipo de comunicação entre esses perigosos fora-da-lei e garantir a tranquilidade para a sociedade?

Essa é a minha idéia. Pedi ao Senador Aloizio Mercadante que me conseguisse, junto ao Ministro da Justiça, uma audiência. Neste instante, faço um apelo ao Governador do Piauí para que S. Ex^a desista dessa história de construir um presídio de segurança máxima no nosso Estado. Foi S. Ex^a quem pediu isso – e nós respeitamos a posição do jovem Governador –, mas fazemos um apelo para que desista dessa idéia. Se S. Ex^a desistir, evidentemente que o Ministro não terá como manter a idéia de reformar um presídio no Piauí.

Sr. Presidente, nesta Casa, estou tendo a oportunidade de conhecer os Líderes do PT. Ontem falei pessoalmente com o Líder Aloizio Mercadante. Durante os quatro anos que ambos participamos da Câmara dos Deputados não tivemos essa oportunidade. Apreendi a conhecê-lo ontem, e reconheço que o PT tem, neste Plenário, um Líder à altura do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também, após conversa com o Senador Paulo Paim em um jantar, cheguei à conclusão de que S. Ex^a tem planos e projetos que coincidem com os nossos. Por isso, faço um apelo também ao Senador Paulo Paim para que nos ajude a evitar a construção desse presídio de segurança máxima no Piauí, contribuindo para retirar de nós e de toda a população do Estado essa preocupação. Nós teremos uma solução seguramente: essa do quadrilátero de segurança máxima seria uma área do Governo Federal. Isso é muito simples. Tenho até o local próprio para isso. Essa solução não envolve os Estados, mas o Governo Federal. Para isso precisamos da ajuda da Bancada do PT, aqui muito bem representada pelo Senador Paulo Paim, a quem concedo o aparte, com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Alberto Silva, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex^a, em nome do Senador Aloizio Mercadante, os elogios à postura do nosso Líder na defesa do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em segundo lugar, cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, como em outras oportu-

nidades na Câmara dos Deputados, pela precisão com que aponta o caminho do efetivo combate ao desemprego e da busca da distribuição de renda. Esse, para mim, é o maior, dentre tantos debates, que teríamos que fazer. O Senador Eurípedes Camargo e eu comentávamos – vou usar o nome de S. Ex^a – que é lamentável que o caso Fernandinho Beira-Mar esteja pautando o debate no Senado da República e na Câmara dos Deputados. Mas é a realidade, e dela não podemos fugir. Não quero dizer que não devamos discutir a questão, mas é lamentável. O mundo está em guerra, e nós, aqui, discutindo o que fazer com o Fernandinho Beira-Mar. Portanto, V. Ex^a, além de enfrentar o debate, que está na ordem do dia queiramos ou não, não só contribui para o debate como aponta solução. Nenhum Estado quer a construção de um presídio de segurança máxima porque, politicamente, não lhes interessa, já que para lá serão deslocados os principais criminosos do País. E V. Ex^a vem à tribuna e diz que também não o quer no Piauí. Mas V. Ex^a não diz apenas que não quer tal presídio, V. Ex^a traz uma proposta concreta e remete ao Governo esse quadrilátero – V. Ex^a listava-me os Estados, não vou listá-los aqui porque V. Ex^a ainda o fará. Portanto, trata-se de uma proposta equilibrada, de alto nível, que tem que ser ouvida pelo nosso Governo e mais precisamente pelo Ministério da Justiça, onde também terá continuidade este debate. Cumprimento V. Ex^a principalmente pelos dois tópicos abordados: o primeiro, a respeito de uma política de emprego e de distribuição de renda, e o segundo, acerca da existência do problema penitenciário do País, que temos que resolver, e V. Ex^a aponta o local em que podemos construir essa estrutura, com o apoio desses quatro Estados e também da União, que terá que colaborar com a estrutura econômica para que esse presídio de segurança máxima seja construído o mais rápido possível. Eu assumo este compromisso com V. Ex^a, como um simples Senador da base do Governo. Se depender de mim, avalizarei, junto às instâncias competentes do Governo Lula, a proposta de V. Ex^a, que entendo conseqüente, responsável e de alta qualidade. Oxalá V. Ex^a, com a capacidade que tem, consiga convencer esses quatro Estados a concordarem com a proposta de V. Ex^a na criação de um ponto de convergência para a construção de um presídio de segurança máxima! Cumprimento também a Senadora Iris de Araújo que trouxe a este debate uma linha politizada ao dizer que temos que discutir toda a estrutura e não somente a questão deste ou daquele marginal. Parabéns a V. Ex^a. Faço este aparte com muito carinho e respeito. Repito: endosso a posição de V. Ex^a e, se depender

de mim, empreenderei todos os esforços para que o PMDB esteja na base do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Creio e quero dizer para todo o País que Deus coloca os homens em um determinado momento da vida no lugar em que possam atuar com as suas idéias e propostas em favor do seu semelhante. É com esta convicção que entendo que Deus permitiu que eu estivesse aqui no Senado da República pela segunda vez. Certamente que aqui não mais estão companheiros de outrora, que também lutaram por este País, porque já se foram. Mas Deus permitiu que eu continuasse aqui, agora fazendo novos companheiros, dentre eles V. Ex^a, meu caro Senador Paulo Paim, que me surpreende, não porque eu não soubesse da competência de V. Ex^a, mas pela falta de oportunidade de nos conhecermos melhor na Câmara dos Deputados como a que agora temos neste Plenário.

Quero agradecer o apoio e as palavras de incentivo de V. Ex^a, assim como também às da nossa companheira Senadora Iris de Araújo, que muito me honrou com o seu aparte.

Sr. Presidente, esta proposta que estou imaginando e que já transmiti ao Senador Paulo Paim e ao Líder Aloizio Mercadante, eu vou colocá-la no papel e apresentar ao Governo, por meio de suas Lideranças, e ao próprio Ministro da Justiça, com o qual teremos uma audiência segunda-feira, sob o comando do nosso Líder Aloizio Mercadante. Tenho a certeza de que o Piauí vai se livrar desse presídio de segurança máxima – e tenho certeza de que o Presidente também não o quer – e no final vamos encontrar a solução.

Agradeço, Senador Paulo Paim, a intervenção oportuníssima de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Também quero dizer que pode V. Ex^a contar com o meu apoio para esse programa de geração de renda, de sua autoria. Entendemos nós, do PMDB, que a convergência de nossos esforços termine em favor do nosso próximo, do pobre, do mais desamparado do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, procurando manter cem por cento de coerência – e creio que a coerência é uma marca que deve ser preservada nas vidas de quem efetivamente respeite sua condição de pessoa públi-

ca –, procuro fazer oposição, que, mais do que um direito, é meu dever. Assim decidiram as urnas, claramente, elegendo, com uma votação esmagadora e brilhante, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e derrotando o candidato José Serra, do meu Partido, que também teve uma belíssima votação. A democracia viveu, então, um momento de festa e consolidação.

Como Oposição, não nego o Brasil. E, como Oposição, cobro duramente resultados, projetos e consequências do atual Governo. Uma conquista do Partido dos Trabalhadores, que beneficia o trabalhador de salário mínimo, foi o deslocamento da data, de 1º de maio para o início de abril – embora eu não goste da data de 1º de abril -, para a edição da medida provisória que estabelece os novos valores para o salário mínimo, sujeita a “chuvas e trovoadas” neste Congresso Nacional.

Durante alguns anos, a pressão do Partido dos Trabalhadores foi intensa, democrática, legítima, e o Governo do Presidente Fernando Henrique concordou tacitamente – e passou a observar essa regra tácita – em trazer para o mês de abril a discussão sobre salário mínimo.

Neste momento, Sr. Presidente, não discutirei índice – debruçar-me-ei sobre isso a partir da semana que vem. Não quero nada que seja ruim para o conjunto do País. Não quero nada que seja impossível, que sufoque pequenas Prefeituras, que estrangule ainda mais a Previdência Social. Nada também que signifique informalizar a economia, deixar de arrecadar tributos e de dar a microempresas a oportunidade de crescer, para que se tornem, amanhã, pequenas, médias e, quem sabe, grandes empresas. Essa é a cadeia natural que desejo, na hora em que se constrói e se moderniza o capitalismo brasileiro.

Volto a dizer que não estou falando em índices. O que reclamo é coerência, respeito à Oposição e respeito próprio por parte do Governo. Ficarei profundamente decepcionado, se, hoje, dia 28, não estiver sendo editada a medida provisória com os novos valores do salário mínimo, com o que o Governo pensa do assunto. Não estou cobrando índices, qual deve ser ou não. Posso ser levado até a votar a proposta que o Governo apresentar, se vier consistente e boa para o País, nos limites máximos para atender o trabalhador e, lógico, em limites que não perturbem o conjunto da vida e da economia brasileira.

O que me deixará agastado, indisposto para colaborar com o Governo, nas horas em que se fizer necessário – falo, claramente, por toda a minha bancada e, tenho certeza, com eco nesta Casa – é a idéia, que não quero aceitar como vinda de uma pessoa respei-

tável e por quem tenho grande estima e respeito, que é o Presidente Lula, de que o ajuste devia ser em abril, quando estava na Oposição, e será em maio, agora que é Governo. Espero que seja em abril; que, hoje, 28 de março, saia a medida provisória, com a visão do Presidente Lula sobre o salário mínimo: R\$230,00, R\$234,00, R\$240,00, o que for. Se Sua Excelência propuser um absurdo, como U\$100, não aceitarei e votarei contra, porque não será bom para a economia. Como tenho certeza de que Sua Excelência não fará isso, quero ver qual será a possibilidade de se beneficiar o trabalhador de salário mínimo dentro de patamares que sejam realistas, possíveis, factíveis, plausíveis.

Portanto, neste momento, estou aqui para cobrar coerência e respeito pela Oposição e pela Nação. A conquista obtida pelo Partido do Presidente Lula, pelo Partido dos Trabalhadores, depois de muita luta, de deslocar de 1º de maio para 1º de abril a data histórica de apresentação do salário mínimo – o que dá algum ganho ao trabalhador, já que o aumento acaba diluído nos 12 meses – não pode ser jogada fora, derubada, não pode virar letra morta, nem, muito menos, deixar de vigorar.

São processos que mostram a consolidação do Brasil, que os homens públicos conseguem manter seu fio de coerência, adaptando-se às circunstâncias. As circunstâncias obrigam a certas mudanças no homem público. Ortega Garcia* diz muito bem: “eu sou eu e as minhas circunstâncias”.

Portanto, aceito as mudanças, desde que não signifiquem incoerência. Neste momento, a coerência do Governo é manter-se fiel não aos índices que pregava antes, mas à idéia de que o trabalhador conquistou a antecipação de um mês no seu reajuste.

Tenho certeza de que não me decepcionarei com o Presidente Lula. Tenho certeza de que, hoje à tarde, receberei a notícia de que terá sido enviada ao **Diário Oficial** a medida provisória sobre o salário mínimo, para que aqui iniciemos a discussão. Está na hora a discussão, mas, com certeza, o novo valor do salário mínimo estará em vigor no dia 1º de abril.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra à eminente Senadora Iris de Araújo.

V. Exª dispõe de 20 minutos, Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta Casa, tenho procurado participar de todos os momentos, de

todos os debates, observando, como uma aluna aplicada, a atuação de cada um dos Srs. Senadores. Tenho percebido cabeças brilhantes – algumas tão brilhantes, que entendem de todos os assuntos; outras, especialistas, voltadas para determinadas áreas.

Hoje, como Senadora, apresento-me, neste púlpito, com um olhar um pouco diferente da grande maioria aqui presente. Talvez, neste momento, esteja a assistente social, uma mulher que, desde sua juventude, caminhou, muito de perto, com o povo pobre de seu Estado, antes mesmo da divisão em dois: Estado de Goiás e Estado do Tocantins, que V. Exª tão bem representa, Sr. Presidente. Percorri o Estado de V. Exª, assim como o meu, sentindo o pulsar do coração daquele povo e acredito mesmo que a divisão administrativa foi benéfica, porque criou oportunidade de novos recursos para cada um.

Mas, hoje, esta assistente social quer reportar-se ao encontro dos Srs. Senadores com o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, na última quarta-feira, momento em que S. Exª se colocou diante de nós para esclarecer pontos de um programa que sabemos ser a menina-dos-olhos do Presidente da República, assim como da Nação, que não permite mais que essa desigualdade tão grande existente no País seja levada adiante, principalmente no que diz respeito à fome do ser humano.

Quando o Ministro humildemente pediu desculpas por um escorregão ou por palavras mal colocadas, eu já o havia desculpado, porque entendera que, em hipótese nenhuma, S. Exª tivera a intenção de dizê-las. E mais: diante do problema que vivemos, da fome que precisa ser erradicada neste País, o que significa a mudança de palavras que sabemos não ter sido intencional? Temos que discutir, muito mais do que o escorregão do Ministro, se esse programa realmente está sendo apresentado como deve.

Coloco-me não como crítica, apesar de ter entendido muito bem a posição do Senador Romero Jucá. Até brinquei com S. Exª, dizendo que ele fizera o papel de advogado do diabo. S. Exª justificou que não havia sido essa sua intenção. E sei que não foi, porque a crítica é salutar e aperfeiçoa, principalmente por se tratar de um programa que está sendo implementado agora.

Ouvi, também, de maneira muito atenta, a intervenção do Senador Jefferson Péres, que questionou se a exigência de comprovação dos gastos pelos possíveis beneficiados não feriria a dignidade deles. Respondo “não” ao Senador, a todos os que ouviram, assistiram pela televisão ou leram nos jornais. Acredi-

to, firmemente, que, por mais nobre e necessária que seja a ação, não se justifica que se aplique dinheiro público sem prestar contas a quem pagou impostos. Quem tem fome já está com sua dignidade muito ferida. Se excluirmos a distribuição de alimentos do preceito básico de que dinheiro público deve ser utilizado com transparência, estaremos criando uma posição de subcidadania para os beneficiados pelo Fome Zero. Além disso, estaremos estimulando a sonegação. E sonegação de impostos é diminuição da receita do Governo, com todas as implicações que isso acarreta.

Vou mais longe, pensando no questionamento sobre os limites entre a fome e a subnutrição, um questionamento que me parece demasiadamente técnico, porque deve ser insignificante o número de desnutridos que têm acesso a uma boa alimentação. De uma certa forma, eles também são famintos, têm fome.

Concordo, aplaudo e apóio todas as medidas e investimentos necessários à imediata implantação do Programa Fome Zero. Em relação a este programa, só tenho uma preocupação: que seja, efetivamente, um programa emergencial. E será necessário um esforço do mesmo tamanho, envolvendo Governo, empresariado, organizações não-governamentais de todos os tipos e origens, para realizarmos um gigantesco e eficiente programa de capacitação profissional, porque esta é a única garantia que temos de não criar uma relação de dependência crônica dos brasileiros mais necessitados em relação ao Governo ou quem seja que lhes garanta a alimentação.

Neste momento histórico da vida dos brasileiros, o mais alto cargo da República foi confiado pelos eleitores a um homem de origem operária, um trabalhador que, por esforço próprio e contingências históricas, conquistou uma formação e uma qualificação capazes de colocá-lo acima e além dos limites que estão ao alcance das pessoas de sua origem social. A eleição de Lula é a prova mais concreta de que a qualificação profissional tem, muitas vezes, um efeito libertador.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senadora Íris de Araújo, primeiramente, quero parabenizá-la por, nesta sexta-feira, ocupar a tribuna desta Casa para tratar de assunto da mais alta importância. Em segundo lugar, corroboro as palavras de V. Ex^a, quando dis-

se que a divisão do Estado de Goiás deveria ter acontecido há mais tempo, diante da prosperidade e da condução hoje verificadas no vizinho Estado do Tocantins, fruto daquela divisão. Sempre serei a favor da modificação, da divisão territorial brasileira, da divisão da nossa geografia, no sentido de que venha a ser ampliado cada vez mais o número de Estados na nossa Federação. Nesta semana, na discussão de uma proposta de emenda à Constituição que visava a ampliar, de três para cinco, o número de Conselheiros dos Tribunais de Contas nos Estados a serem criados, votei de forma contrária, exatamente para que aqueles que não defendem a criação de novos Estados não utilizem o aumento das despesas como argumento contrário a essa medida, que considero estratégica para o País, sobretudo pela necessidade de ocupação que temos do nosso território, para salvarguardar as nossas riquezas e os nossos interesses. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a nessa parte de seu pronunciamento. No entanto, se me permitir mais dois minutos, quero discordar não das palavras de V. Ex^a e muito menos do Programa Fome Zero – entendendo-o como necessário. Não tive oportunidade de fazer uso da palavra naquela sessão de discussão, que foi interrompida – uma outra foi designada, na qual me pronunciarei. Mas, neste aparte que V. Ex^a me concede, eu gostaria de fazer algumas observações, sobretudo em relação ao que disse o Ministro: que iniciou o Programa andando. S. Ex^a o disse como se estivesse, na expressão de meu querido povo de Sergipe, “pegando o trem andando”, “pongando o trem andando”, como se estivesse trocando de roupa caminhando. Permito-me discordar. Inclusive, o Senador Romero Jucá falou em seis meses, e o Ministro disse que teve somente três meses, o que é um equívoco. Não foram três meses e nem seis meses, mas sim vinte e três anos. O Governo que aí se encontra é o do Partido dos Trabalhadores, e a política de Governo implementada é uma decorrência do programa partidário de quem estava, há 23 anos, na oposição, preparando-se para ser Governo. Vinte e três anos é tempo mais do que suficiente para conhecer o País, os seus problemas, e propor os encaminhamentos necessários. Sou favorável ao Programa. Sou contrário exatamente à sua lentidão e atropelos. Aliás, S. Ex^a apresentou um documento em que apontava um balanço dos sessenta dias de Governo. É lamentável, porque, no primeiro item, fala-se sobre o que se propõe fazer. Ora o que se propõe fazer não é balanço do que foi feito. Quanto aos outros itens, estes não passam de conselhos, de fundos e de protocolos com o IBGE, até para estabelecer a definição do que vem a ser po-

breza no País. Um outro item trata da criação de um **site** para que a comunidade possa se comunicar. Outro item refere-se à busca da parceria com a iniciativa privada, com a sociedade brasileira, que já vem participando desse processo, ao longo dos anos, com muita eficiência. Na verdade, falou-se apenas naquele vale. E concluo, Senadora Íris de Araújo, dizendo que são muitos os vales existentes neste País: vale-alimentação, vale-gás. Enfim, são inúmeros os vales. Na verdade, o povo brasileiro está precisando é de um outro vale – e me resguardarei para dizer isso na presença do Sr. Ministro. O que o povo brasileiro precisa da classe dirigente deste País, e não é apenas da classe política, é um outro vale que ainda não foi oferecido. Mas me congratulo com V. Ex^a. O assunto é candente. Naquele dia, não tive oportunidade de falar – fiquei entalado pela falta de tempo –, mas, com certeza, retomaremos esse debate. Espero que o Ministro não cometa mais atropelos, e aquele que cometeu – para mim, algo passado – serviu bastante como ensinamento, sobretudo porque este País, a Nação brasileira não comporta **apartheid**. Isso ficou devidamente esclarecido e entendido. Daí eu afirmar que essa questão é coisa do passado; dela não tratarei mais. Mas, evidentemente, congratulo-me e me somo com V. Ex^a na preocupação que tem de retomar essa questão, que é da mais alta importância para o povo brasileiro.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, concordando ou não com as abordagens aqui feitas, enriquece o meu pronunciamento.

Meu propósito, neste momento, ao fazer este discurso, diz respeito exatamente àquilo que entendo deva acontecer agora. Não podemos apenas criticar; temos de apresentar soluções. Acredito que um programa como esse, que mobiliza a sociedade como um todo e mobiliza o País, temos a obrigação de criticar, sim – críticas saudáveis que facilitem determinadas mudanças de rumo dentro do programa. No decorrer do meu pronunciamento, ilustre Senador Almeida Lima, V. Ex^a vai perceber que o meu propósito é apresentar alguma proposta.

Insisto nesse aspecto, porque a experiência já mostrou que não basta alimentar quem está com fome. É preciso estimular nessas pessoas o desejo de independência, de autonomia, de plenos direitos de cidadania, ou estaremos criando uma multidão de apáticos, facilmente manipuláveis. Quando falo em experiência, falo de minha militância política, construída nas bases. Falo também do combate à fome como programa de governo, o Programa de Apoio às Famí-

lias, no Estado de Goiás, implantado pelo então Governador Maguito Vilela, do PMDB.

Na época, o programa de distribuição de alimentos foi alvo de críticas, entendido como simples assistencialismo, o que se provou injusto. Aquele programa cadastrou inicialmente 147 mil famílias. E, no final da administração, mais de 62 mil famílias haviam se cadastrado por iniciativa própria.

É isto que estou defendendo, Sr^{as} e Srs. Senadores: que, ao lado de todas essas medidas emergenciais de combate à fome, se estabeleçam também critérios de incentivo a essas famílias que recebem cestas ou cartões. Cabe uma discussão muito grande em torno disso, pois as idéias são as mais diversas. É necessário estimulá-las, principalmente pelos meios de comunicação; essas pessoas precisam se sentir capazes de, em determinado momento, dizer: “Obrigado, não preciso mais desse cartão; obrigado, não quero mais essa cesta; obrigado, consegui um emprego; obrigado, tornei-me realmente um verdadeiro cidadão”. Essa é a nossa proposta. Se já não precisam mais de ajuda, por terem conquistado a capacidade de garantir suas necessidades, outras poderão precisar, e o programa deve acompanhá-las.

O Unicef avaliou o programa de Goiás como altamente positivo no combate à fome. Mas, para que se alcançassem esses resultados, foi necessário um trabalho árduo de apoio, até mesmo para que as pessoas beneficiadas conseguissem organizar sua documentação. Foi necessário que se exigissem contrapartidas das famílias beneficiadas, tais como a apresentação do boletim e comprovação de frequência das crianças em idade escolar. E, além disso, a prova de atualização das vacinas. Mais ainda, a frequência aos cursos mais diversos, desde planejamento familiar, higiene, bom aproveitamento dos alimentos, capacitação profissional.

Aqui, faço uma pequena sugestão, que pode parecer até muito simples, mas foi algo que fiz em Goiás, e gostaria de repartir com V. Ex^{as} essa experiência: criamos um programa de hortas comunitárias. Na época, o Estado não era dividido, e conseguimos levar essa iniciativa até o norte do Estado. Pedimos emprestados a empresários, pessoas ou ao próprio governo do Estado, locais de grande visibilidade dentro das cidades – pedi que se fizesse isso nas maiores cidades –, para a instalação de grandes hortas, que viraram **outdoors** reais, que estavam ali. Isso chamava a atenção de todos que passavam, principalmente das pessoas mais pobres, que iam imediatamente pedir um pé de alface ou um pouco de cenoura. A determinação era que não fossem doados, mas que fos-

sem vendidos bem baratinhos, a preços simbólicos. A partir da presença da pessoa ali, eram doadas mudas e sementes, estimulando essa pessoa a fazer uma pequena horta em seu quintal, como complemento alimentar.

O programa poderia também acrescentar a todas essas medidas um pensamento ou uma mudança de mentalidade que seria altamente benéfica para todos nós, que aprendemos com nossos pais que, por exemplo, é possível fazer um chá com um pezinho de cheiro verde, para não termos de ir à farmácia mais próxima correndo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Acompanhei de perto o Programa de Apoio às Famílias e testemunhei, por exemplo, os esforços junto ao Sine para dar preferência de emprego de baixa qualificação às pessoas daquelas famílias, para garantir que não sofressem concorrência com profissionais mais bem qualificados, que, por falta de emprego, aceitassem postos de trabalho de menor exigência, em vez de lutar na faixa para a qual foram preparados. Mesmo assim, de uma oferta de seiscentos empregos feita por uma grande indústria, o governo só conseguiu colocar duzentos e vinte trabalhadores, pois os demais candidatos foram excluídos por falta de qualificação.

Testemunhei também o choro convulso de uma mulher, única responsável pela sua família, que não podia aceitar um posto de trabalho por lhe faltar quem pudesse cuidar dos seus filhos pequenos.

Creches! Milhares de creches para os filhos de mães trabalhadoras por todo o Brasil. E, para não fugir de minha preocupação constante com os idosos – sei que esta preocupação também é sua, Sr. Presidente –, por que não garantir, nessas creches, emprego para mulheres idosas? Elas poderiam agir como consultoras, orientadoras. Isso poderia evitar os maus-tratos que se infligem muitas vezes às crianças por operadoras que não têm sentimento, nem experiência para lidar com elas. A idade ensina a todos nós o exercício da paciência. Paciência e carinho de que andam muito necessitadas as nossas crianças, em grande parte pertencentes a famílias desestruturadas e com graves problemas afetivos.

Mas, voltando ao início dessa fala em que me referia à apresentação do Programa Fome Zero pelo Ministro Graziano, quero reiterar que minha posição é de irrestrito apoio, porque, pergunto aos senhores, que alternativa melhor temos neste momento do que acudir aos que vivem em situação de flagelo? E, se não conseguirmos isso agora, quando toda a Nação

apóia, confia e tem suas esperanças renovadas nas propostas do nosso Presidente, que outro cenário melhor poderemos construir para erradicar, de uma vez por todas, a fome que mantém aprisionados milhões de brasileiros?

Termino, então, com uma advertência: caro Sr. Presidente, caras Senadoras e Senadores, é preciso dar mais do que alimentos. É preciso libertar esses brasileiros da grande prisão da falta de capacitação profissional. Só é verdadeiramente cidadão aquele que é capaz de exigir todos os seus direitos e cumprir com todos os seus deveres, seja no espaço doméstico, seja no espaço da vida pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Tião Viana.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, num primeiro momento, justifico perante os meus Colegas de Senado a minha ausência da Casa durante dez dias. Infelizmente, estive hospitalizado no Hospital Sarah para o tratamento de duas questões: hérnia de disco e problemas de pressão. Fiz hoje pela manhã o último exame e retorno ao Senado.

Mas, muito mais do que me justificar, quero também dar um depoimento a respeito do Hospital Sarah aqui de Brasília. Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, trata-se do exemplo de hospital público que deveríamos ter em todos os Estados. Se dependesse de mim, eu colaboraria, trabalharia para que tivéssemos, em cada Estado deste país, um hospital da Rede Sarah.

E vou dizer por que penso assim, foi algo que me surpreendeu.

Há mais ou menos quatro anos, estive doente e baixei também no hospital de Brasília – como sou meio teimoso, fui de tênis, de abrigo. Cheguei ao hospital com pressão alta e fiquei quatro horas na maca para ser atendido. Num segundo momento, fui reconhecido como Deputado Federal. Aí, o atendimento foi excelente: fui encaminhado a um quarto especial com tratamento de primeiríssima qualidade. Deixei clara a minha posição e depois relatei, em meu Estado, esse episódio triste, porque vi que os que não eram deputados ficavam quatro, cinco, seis horas esperando atendimento.

Há dez dias, precisando ser internado, a minha assessoria informou que “o Senador estava indo ao

Hospital Sarah". De imediato, a resposta: diga ao Senador que teremos o maior prazer em atendê-lo, mas que temos outras pessoas com a mesma expectativa na sua frente; vamos atendê-lo logo que os outros que estão na frente sejam atendidos.

Isso, para mim, é tratamento de Primeiro Mundo, de primeira qualidade. Fui tratado como qualquer trabalhador, como qualquer servidor deste país, porque lá eles recebem demandas de todo o Brasil.

Na ordem de atendimento que me coube, fui para o Hospital Sarah e foi muito grande a minha alegria ao perceber que o tratamento dado é igualitário, não importando se o paciente é rico ou pobre. Segundo ponto: trata-se de um hospital onde nada é terceirizado. Todos os funcionários, do mais simples ao cirurgião, são funcionários da Rede Sarah e têm dedicação integral, ou seja, só podem trabalhar naquele hospital.

O atendimento que recebi e a imagem positiva que se formou sobre o hospital levam-me a afirmar que vou trabalhar muito para que o Rio Grande do Sul possa ter um Hospital Sarah no futuro, um hospital que dê o mesmo atendimento ao público que percebi ser dado aqui a toda a população de Brasília e do Brasil, pois lá estavam pessoas de todo o país recebendo atendimento gratuito e de mais alta qualidade.

Todos sabem que, como Senador da República, eu poderia ir a qualquer hospital, e o Senado pagaria todos os meus gastos. Fiquei uma semana no Hospital Sarah, não gastei um centavo e tive ao meu lado um companheiro da construção civil recebendo o mesmo tratamento – inclusive, ficamos amigos e dialogamos muito enquanto estávamos lá.

Portanto, neste momento, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer um agradecimento, não em meu nome, mas em nome do povo brasileiro, ao Dr. Aloysio Campos da Paz, coordenador do hospital, e a toda a sua equipe: a enfermeira Míriam, o Dr. Eidmar Augusto Néri, enfim, todos os profissionais daquele hospital.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador João Ribeiro, com muito orgulho.

O Sr. João Ribeiro (PFL – TO) – Senador Paulo Paim, eu não poderia deixar de apartear-lo neste momento em que V. Ex^a aborda assunto tão importante com relação à Rede Sarah. A propósito, aproveito a oportunidade para registrar que, todo ano, das minhas emendas individuais como parlamentar, destino um valor para aquele hospital – deixando, às vezes,

de beneficiar um município pobre do meu Estado, que precisa muito desse apoio. Assim procedo por considerar importante apoiarmos, cada vez mais, o trabalho da Rede Sarah. O Dr. Aloysio Campos da Paz, realmente, tem feito um trabalho fantástico, ele e toda a sua equipe médica. Este ano destinei à Rede Sarah R\$100 mil da cota de R\$2 milhões a que tenho direito para emendas individuais. A nossa Bancada tem trabalhado – tanto eu como o Senador Leomar Quintanilha, que preside esta sessão, o Senador Eduardo Siqueira Campos e todos os deputados federais do Tocantins – no sentido de apoiar a Rede Sarah, porque, realmente, ela atende o Brasil inteiro, faz um trabalho fantástico, maravilhoso e muito sério. Parabênz V. Ex^a por esse registro e me junto a V. Ex^a nessas suas colocações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a por já estar à frente deste Senador. V. Ex^a já está destinando parte de sua verba – destinada, em tese, muito mais ao seu Estado – para um hospital de Brasília. No entanto, V. Ex^a está ajudando indiretamente o Tocantins, porque tenho certeza absoluta de que inúmeros companheiros do seu Estado já foram atendidos no Hospital Sarah, como ocorre com pessoas do Rio Grande do Sul – centenas de pessoas do Rio Grande do Sul já foram aqui atendidas.

Gostaria de me somar a V. Ex^a, ser seu parceiro nessa iniciativa. Dentro do possível, gostaria de contribuir para que verbas do Orçamento fossem investidas a favor da Rede Sarah – talvez um dia o sonho se torne realidade e tenhamos um Sarah em cada Estado deste país.

Sr. Presidente, não fiz um aparte ao pronunciamento da Senadora Íris de Araújo, mas quero dizer agora que concordo com a linha do pronunciamento de S. Ex^a no que tange à luta contra a fome liderada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tenho o mesmo entendimento que S. Ex^a, só não vou entrar em detalhes porque os argumentos são os mesmos. É importante essa luta contra a fome e, ao travá-la, esperamos poder alcançar aquele cidadão que não tem o que comer, dar-lhe uma marmita, um saco de leite ou um pão pela manhã.

Mas não se trata apenas disso. Concordo com V. Ex^a: precisamos de emprego, renda e dignidade. Apenas uma marmita, na minha opinião, não confere dignidade. É solução para uma situação de emergência, é uma política transitória, até que atinjamos o objetivo maior.

Quero também concordar com V. Ex^a na defesa que fez aqui do Ministro José Graziano. Eu o conheço, viajei com S. Ex^a pelo País durante a campanha de

Luiz Inácio Lula da Silva e, com toda convicção, afirmo que ele cometeu aquilo que chamamos de “escorregão”. Emocionado, cometeu um deslize no momento de fazer o pronunciamento, no momento em que queria dizer que nós todos temos que trabalhar, enfrentar a fome, a miséria, gerar emprego, porque, senão, cada vez mais, a violência vai aumentar no país. Foi isso o que ele quis dizer. Naquele momento, percebi que quase 100% dos Srs. Senadores o perdoaram por perceberem a frase mal colocada, frase que deu margem à dupla interpretação.

Outro dia a polêmica era em torno de um livro que dava interpretação equivocada a um assunto. De público perdoei as duas autoras, porque conversei com elas e sei que não usaram de má-fé: por desconhecerem a realidade da comunidade negra, cometeram um erro. Inclusive, uma vereadora de São Paulo queria processá-las, mas pedi-lhe que não o fizesse, porque acho que foi um equívoco, um engano. Errar é humano. Todos erramos.

A jornada nacional que o Ministro Graziano está fazendo no combate à fome, no combate à miséria, visa dar ao cidadão um mínimo para sobreviver, até para que possa, tendo feito uma refeição, empreender a sua jornada, a sua caminhada de casa em casa, de fábrica em fábrica, de loja em loja, de banco em banco, pedindo o emprego com que ele tanto sonha.

Faço a defesa do Ministro Graziano com a maior tranquilidade, pois entendo que mesmo os parlamentares que se sentiram atingidos e reagiram com críticas mais duras já entenderam o que aconteceu e já perdoaram o ministro. Foi um mal-entendido, como no caso dessa vereadora que queria processar as autoras do livro que, felizmente, já saiu de circulação.

Um deputado federal do PT – só não vou dizer o seu nome aqui e agora – me procurou esta semana para me apresentar uma proposta. Provavelmente na semana que vem vamos procurar os líderes da Casa e o Ministro Graziano para apresentar essa proposta – proposta que achei singela e bonita – para ajudar no combate à fome.

Quero dizer que a proposta não é minha, mas a considerei muito simpática. S. Ex^a propõe que cada cidadão deste País, a começar aqui, pelo membros do Congresso Nacional, doe R\$1,00 para cada R\$1 000,00 recebido, para o combate à fome. Quem ganha R\$2 000,00 por mês, doaria R\$2,00. Vamos pegar o nosso salário como exemplo, pois todos sabem quanto ganha um Senador: devemos ganhar em torno de R\$10 000,00 – e se eu estiver errando, que me corrijam –, com os devidos descontos daria algo em torno de R\$8 000,00. Assim, doaríamos R\$10,00 por mês.

Já um vereador, que ganha entre R\$5.000,00 ou R\$8 000,00, doaria de R\$5,00 a R\$8,00. E quem ganha menos que R\$1.000,00, e ainda assim quisesse doar, doaria R\$1,00.

Essa proposta é singela, mas, no meu entendimento, envolveria toda a sociedade. E nada seria obrigatório. Eu gostaria muito de fazer isto: doar R\$1,00 para cada R\$1.000,00 que receber. Sei que é um valor simbólico e que é muito pouco, mas se todo o País assumisse a iniciativa desse parlamentar – sei que S. Ex^a irá anunciar a sua intenção durante a semana –, estaríamos nos somando à política de combate à fome. Mas, volto a repetir, a proposta não é minha; estou apenas endossando-a, pois ela tem uma grande simbologia. Vejam bem: de cada R\$1 000,00 recebido, você doa R\$1,00. Isso poderia beneficiar 50, 100, 200 ou um milhão de famílias, não sei, mas a simbologia é que é importante.

Faço este registro em homenagem ao seu pronunciamento que considereei muito firme e muito claro na linha de querer ajudar e contribuir para que o Ministro José Graziano seja vitorioso, pois a vitória não é dele, mas de todos aqueles que passam fome, a vitória é de todos nós.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero aproveitar o dia de hoje para fazer um pronunciamento que deveria ter feito anteriormente – só não o fiz porque estava hospitalizado –, pois estou em dívida com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta semana que voltei a esta Casa, fiz uma declaração dizendo que seria fundamental que tivéssemos, aqui, pelo menos uma reforma para centralizar o grande debate político sobre a economia e também sobre o social. Para tanto, sinalizei a reforma tributária. E fiquei muito feliz em ver aqui, ontem, o Ministro Antônio Palocci, que foi o vice-presidente na comissão da Câmara dos Deputados, o Governador do meu Estado, Sr. Germano Rigotto, do PMDB, que também é um estudioso nessa área e, se não me engano, foi o presidente da comissão, e um Deputado do PFL, que foi o relator.

Sabemos que já existe uma proposta bem elaborada que pode ser o caminho da reforma tributária. No início desta semana dizia que seria importante que tivéssemos uma reforma para debater. Também dizia, e repito, que tenho como meta o debate do salário mínimo nesta Casa. Ninguém pense que mudei minha posição de que o valor do salário mínimo, no Brasil, pode chegar a pelo menos US\$100. E como disse em outra época, já chegamos por três vezes, nessa última década, a mais de US\$ 100. Também sei que nenhum Go-

verno conseguiu essa façanha no primeiro ano, mas espero que consigamos no segundo ano.

Sou da base do Governo. Portanto, votarei e defenderei o Governo em todos os momentos que for convocado para isso. Mas gostaria de ver a taxa de juros diminuir. Duvido que haja alguém que não gostaria. E não é por ser oposição ou situação, mas todos gostaríamos de ver a taxa de juros diminuir.

No entanto, ao fazer essas colocações, foi publicada uma manchete que dizia o seguinte: "Paim diz que Lula não está sendo rápido no gatilho, ou seja, está devagar com as reformas". Em nenhum momento fiz críticas ao Presidente Lula, que considero hoje o maior líder do continente americano. Sem sombra de dúvida, Luiz Inácio Lula da Silva é, para este Senador, o maior líder do continente americano e o tem mostrado toda vez que é chamado aos debates não somente aqui no Brasil, mas também fora do País.

No momento em que Sua Excelência é chamada a colocar o seu ponto de vista quanto à economia, à política e ao social, Lula fala com muita clareza. Tenho, portanto, muito orgulho de dizer que somos liderados por Luiz Inácio Lula da Silva.

Feitos esses esclarecimentos, quero falar de uma iniciativa do Presidente. Esta semana, Sua Excelência, demonstrando claramente que este Governo tem compromisso com o combate ao preconceito e ao racismo, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Foi um belo ato político no Palácio do Planalto. A Secretária foi a Sr^a Matilde Ribeiro. Não fui porque estava no hospital, mas esteve presente o meu assessor para questões de combate ao racismo e preconceito, Prof. Edson.

Ele ouviu uma frase muito importante do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e me transmitiu no hospital. Lula disse que Matilde Ribeiro não seria somente uma secretária, mas teria **status** de ministro. Disse também que a palavra dela no seu governo teria o mesmo peso das palavras de todos os ministros que estão coordenando, juntamente com Sua Excelência, as políticas no campo econômico e social.

Isso demonstra o compromisso de Luiz Inácio Lula da Silva não só com o negro, mas com o combate a qualquer tipo de preconceito e racismo, que pode trazer a promoção de alguém depois de uma discussão de quem é melhor por etnia, raça, procedência, religião, idade ou mesmo por sexo.

Assim, quero cumprimentar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como também a Sr^a Matilde Ribeiro, que assume o papel de Ministra na área do combate ao racismo e preconceito.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Permite-me um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Neste momento, passo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo, para um aparte.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo seu discurso. Mas aproveito o momento deste aparte para a iniciativa do Governo em trazer todos os seus Ministros para fazerem esse debate, essa interface com o Senado em suas comissões, local de debate das questões nacionais. E esse processo de transparência, em que todas as posições políticas e partidárias têm condições ou espaço na discussão, é muito importante. O momento que estamos vivendo permite a discussão dos temas nacionais no dia-a-dia, com a participação não só de todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, mas também de toda a sociedade. Penso que dessa forma iremos conseguir fazer uma reforma que se contraponha a uma herança e a um processo histórico brasileiro de exclusão social e racial. Esse é o caminho. E o seu trabalho enquanto Deputado Federal e, agora, como Senador e Vice-Presidente desta Casa, busca a obtenção dessas metas ao longo dos anos. Parabéns! Com certeza iremos alcançar os nossos objetivos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eurípedes Camargo, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que só enriquece a humilde oratória deste Senador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não poderia deixar de responder aqui, de uma forma muito respeitosa, a uma colocação feita hoje pelo Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Gostaria de dizer a S. Ex^a que, quando eu era Deputado, critiquei muito a medida provisória do Governo – e sou coerente com a minha posição – que deslocava a data-base de 1º de maio para 1º de abril. Lembro-me que eu dizia, e vou repetir aqui, que 1º de abril é o Dia Nacional da Mentira. Não podemos continuar enganando o povo, mentindo em relação ao valor do salário mínimo.

Há, também, um outro enfoque: a data-base do salário mínimo não foi transferida para 1º de abril de graça. Qual foi, na época, a intenção do Governo? Posso respeitá-la, mas discordo dela. A intenção do Governo foi desvincular definitivamente o reajuste do salário mínimo dos vencimentos dos aposentados e pensionistas, que foram transferidos para 1º de junho, mas serão pagos somente em julho – aqui eu lembro

a Campanha da Fraternidade da CNBB –, e jogou o salário mínimo, em relação apenas à área privada, para 1º de abril.

Ora, claro que isso gera uma economia de caixa para o Governo, pois onde tem que pagar transfere para a área privada e quando tem que pagar transfere para julho. Na época, fiz da tribuna da Câmara dos Deputados, centenas de vezes, a mesma crítica que estou fazendo agora. Se depender de mim – sempre digo que sou da base do Governo, mas não sou o Governo, não tenho a caneta –, a data base do salário mínimo volta para 1º de maio, dia histórico e internacional dos trabalhadores de todo o mundo.

E digo mais: em defesa inclusive dos aposentados e pensionistas. Se alguém hoje é aposentado ou pensionista, símbolo do trabalho de quem dedicou toda uma vida – 35 anos de atividade, a maioria está com mais de 60 anos –, por que tem de receber em julho e, na maioria das vezes, no 18º dia do mês?

O que queremos? Unificar a data novamente. A data histórica do salário mínimo é 1º de maio. Em 1º de maio, teríamos o reajuste de todos os trabalhadores que dependem do salário mínimo, tanto para os aposentados como para aqueles que estão na área privada.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou concluir, Excelência.

Esse vínculo é fundamental para a retomada da data histórica dos trabalhadores. Estou muito tranqüilo para enfrentar o debate na semana que vem, se assim entender o Presidente, que é quem dará a decisão final.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Eminentíssimo Senador, o tempo de V. Exª esgotou-se há quatro minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Sr. Presidente, eu não poderia sair da tribuna sem ouvir quem já foi meu líder pelas suas posições na Câmara dos Deputados e, com certeza, o será também no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A Mesa solicita ao eminente apartante que seja breve.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Serei breve, Sr. Presidente. Senador Paulo Paim, faço coro com V. Exª, que é patrimônio e a voz mais amplificada dos trabalhadores deste País na questão do salário mínimo. Costumo dizer que sou um homem que só tenho coração, não tenho razão. Sou também da base do Governo, mas não sou o Governo. Mas sou da

base do Governo até o momento em que o trabalhador não for atingido. Sou da base do Governo até o momento em que a reforma da Previdência não atingir os pequenos. Não consigo entender como em um País tão rico como o nosso os homens que construíram esta Nação, na fase mais bonita de suas vidas, hoje são diabéticos, cardíacos, hipertensos ou necessitando de hemodiálise; a maioria morre à mingua, porque não têm condições nem de pagar a farmácia. Isso é extremamente doloroso. Sou filho de um aposentado que morreu ganhando um salário mínimo por mês – meu pai era relojoeiro. Em todas as questões ligadas ao trabalhador estarei fazendo coro com V. Exª. Sua palavra será a minha palavra, o seu grito será o meu grito. Sou também da base do Governo, porque acredito na sensibilidade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sou um homem descrente na matemática que se faz para trazer maior carga para os menores. Essa é uma matemática que não consigo entender. Nobre Senador Paulo Paim, V. Exª não estará sozinho; o que V. Exª disser, terá falado por V. Exª e por mim. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço um minuto a mais para cumprimentar o Senador Magno Malta. Além de ser um homem preparado, qualificado – por isso o seu Estado lhe deu uma votação esplendorosa para estar nesta Casa –, V. Exª é um homem corajoso. E todos aqui, homens e mulheres, temos que ser corajosos para enfrentar um momento como este. Lembro-me da sua luta contra o narcotráfico. V. Exª presidiu a Comissão considerada mais polêmica e mais delicada da Câmara dos Deputados. O resultado foi muito positivo. Parabéns a V. Exª! Se V. Exª tem em mim algumas referências, pode saber que tenho muito mais referência na postura e na atuação de V. Exª como Deputado Federal e agora como Senador.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que tenho insistido muito na reforma tributária. Alguém pode perguntar: “por que o Paim insiste tanto com a reforma tributária?” Digo a V. Exª que tem muito a ver com a reforma da Previdência. A reforma da previdência mexe, de fato, com o coração, com a alma, com as emoções da gente, mexe com 175 milhões de brasileiros. Vamos fazer primeiro a reforma tributária, para, a partir daí, buscarmos outras contribuições para sustentar uma previdência decente para todo o povo brasileiro.

Tenho assistido aos debates da previdência com muito cuidado, tenho falado no momento adequado. Quando me dizem que para cada 1,4 trabalhador na ativa tem 1 aposentado, eu concordo. No entanto, quero não apenas me contrapor, mas ajudar no debate, di-

zendo que fui Constituinte em 1988, e, por sabermos que isso iria ocorrer, estabelecemos na Constituição outras fontes de recursos para a previdência. Tem mais cinco fontes de recursos que fornecem muito mais dinheiro do que a folha de pagamento.

Nós apontamos, há mais de dez anos, que a contribuição para a Previdência deve ser sobre o faturamento. Se todas as fontes de recursos que estão na Constituição ficarem na Previdência – só o percentual destinado à Previdência –, assim como o correspondente ao percentual sobre o faturamento, haveremos de encontrar o equilíbrio em uma reforma da previdência que não traga prejuízo para o assalariado brasileiro. Isso é possível. Será um bom debate. E vamos fazê-lo com a maior tranquilidade, convidando setores da sociedade. Sei que o Conselho Especial, coordenado pelo companheiro Tarso Genro, está debatendo a matéria. Porém, o debate final será aqui. E chamaremos todos os setores da sociedade para deliberarmos.

Tenho certeza de que teremos, nesta jornada final de entendimento de uma proposta qualificada que atenda à população, a chancela do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência já demonstrou para a CNBB que gostaria de sancionar o Estatuto do Idoso no dia 1º de maio, no encontro que culmina com a Campanha da Fraternidade. Vamos torcer para que isso aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Tem a palavra o próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador José Jorge. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Almeida Lima. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem esta Casa, em sessão especial, prestou merecida homenagem a cinco mulheres, outorgando-lhes o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2003.

Na ocasião, o Presidente José Sarney defendeu a participação plena da mulher em todas as áreas da sociedade. Neste instante, quero integrar-me a essa

homenagem, fazendo-a extensiva a todas as mulheres.

Aproveito a oportunidade – e a atualidade do fato – para prestar uma homenagem a uma mulher especial. Desde o dia de ontem, o meu querido e pequenino Estado de Sergipe está sendo governado por uma mulher, a Vice-Governadora Marília Mandarin. Isso ocorre pela primeira vez na história do nosso Estado.

Trata-se de uma mulher valorosa, de espírito público elevado, mãe de família, atual Primeira-Dama de Itaporanga d'Ajuda, Município administrado por seu marido, César Mandarin, que contou, até o ano passado, com a participação efetiva da primeira-dama, hoje vice-governadora e governadora em exercício do Estado de Sergipe. Séria, desenvolvimentista e criadora, S. Exª desenvolve uma administração que orgulha a todos nós sergipanos. E ela não poderia ter nome mais apropriado: Marília, tal qual a outra Marília, a de Dirceu, inspiradora dos sonhos de liberdade das Alterosas inconfidentes, inspiradora, no meu Estado, de um Estado desenvolvido, de um Estado que trabalha em favor dos mais humildes.

Não poderia deixar de, neste instante, prestar uma homenagem à nossa atual Governadora, Marília Mandarin, por todas as suas qualidades. Uma mulher de fibra, de muita sensibilidade social, pelo trabalho que realizou no seu Município, de gente tão pobre. Na última campanha eleitoral apresentou-se à população de forma valente, vibrante, contribuindo de forma decisiva para a vitória daquela aliança que representou, sem dúvida nenhuma, a vitória do nosso povo e do nosso Estado.

O Governador João Alves Filho encontra-se em viagem ao Chile, onde promove entendimentos para a revitalização da citricultura no Estado de Sergipe, que abrange a área de 19 dos 75 Municípios ali existentes.

E tenho certeza absoluta de que, na sua interinidade, a Governadora Marília Mandarin continuará dando uma demonstração do seu elevado espírito público, dando continuidade às realizações que já se vivenciam no nosso querido Estado de Sergipe.

Falando, portanto, de mulheres, quero prestar aqui a minha homenagem à nossa Governadora. E aproveitar também a oportunidade para – já que tomei conhecimento – aqui, de viva voz, prestar a minha homenagem à Senadora Serys Slhessarenko, que aniversaria no dia de hoje. Quero somar-me à sua alegria pessoal, interior, e à de seus familiares, por essa data marcante, por se tratar de uma outra mulher que tem, aqui no Senado Federal, dado a sua contribuição

indispensável ao debate elevado e grandioso que travamos nesta legislatura, contribuindo de forma decisiva enquanto representante do seu Estado e do seu povo.

O objetivo da minha fala no dia de hoje era exatamente este, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mas quero fazer um adendo, pois não tive oportunidade de apartear o nobre Senador Alberto Silva, do Piauí. Desejo me somar não apenas às suas palavras, mas também ao povo do Estado do Piauí – e, por que não dizer, do Nordeste brasileiro, de onde também venho e que com muita satisfação represento –, diante de uma decisão a mais estapafúrdia possível do atual Governo: levar para aquele Estado uma penitenciária. E isso só acontece porque, neste País, as coisas têm conotação diferente daquela dada por países mais desenvolvidos deste planeta. Essa decisão é absurda.

Gosto muito de usar as expressões populares e, no meu Estado, há uma que costumo usar e citarei agora: “Quem pariu Mateus que o embale”.

O Estado do Piauí, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresenta o melhor índice em segurança pública do País. E se possui esse índice é porque aquele povo e os seus governos fizeram por merecer e, por isso, precisavam ser homenageados. E por dar exemplo ao País, o Piauí precisa receber prêmios, porque executa políticas de segurança pública benéficas e vitoriosas para o povo. O que estamos vendo é que, por se comportar de forma digna, o povo do Piauí, os Governos do Estado do Piauí, que obtiveram índices benéficos, estarão sendo apenados. Em vez de receberem benefícios, estão sendo condenados, recebendo pena.

Sr^{as} e Srs. Senadores, faz-se oportuna a citação do livro **Reinventando o Governo**, escrito pelos norte-americanos Ted Gaebler e David Osborne. Por duas ou três vezes, li esse livro, que mostra, com muita clareza, que os Estados, os condados e Municípios que devem receber melhores e mais volumosas verbas orçamentárias para a segurança pública são aqueles que estão fazendo, de forma correta, o dever de casa e conseguindo diminuir os índices de criminalidade. Seria uma recompensa e um louvor às suas políticas acertadas.

Neste País, entretanto, a realidade desanda. Os fatos ocorrem de forma diferente, e o Governo está exatamente beneficiando aqueles Estados que não estão fazendo o dever de casa e que, na área de segurança pública, se apresentam como os mais violentos do País. Esses Estados reclamam da legislação mais severa, mas, na verdade, sabemos que tudo isso decorre da deterioração dos costumes e da moral, da ineficiência dos Governos – não apenas o Fe-

deral, mas também os estaduais – e de uma legislação caduca, a partir da própria Constituição Federal, que não estabelece, para um país de dimensão continental, como é o nosso, a descentralização das atividades e até mesmo da função legislativa, para dar àquele cidadão que se encontra no Rio de Janeiro ou no Estado de São Paulo condições dignas de vida e segurança para poder ir e vir. Essa é a realidade.

Quero, portanto, neste instante, somar-me ao pronunciamento do Senador Alberto Silva, representante do povo do Estado do Piauí e do Nordeste brasileiro. Não que o Nordeste não possa colaborar com as outras Regiões do País. Pode sim! Mas, neste instante, o Nordeste reclama por refinarias, por melhor qualidade de ensino, pela ampliação das escolas técnicas profissionalizantes. Não se pode penalizar, com uma penitenciária de segurança máxima, o Estado do Piauí, que é o que apresenta o menor índice de criminalidade na Federação.

Quero deixar registrado o meu protesto, em apoio ao Senador Alberto Silva e aos demais Senadores do Estado do Piauí, e solidarizar-me com o povo daquele Estado e do Nordeste brasileiro, que merece, neste instante, aplausos, incentivos e benefícios do Governo Federal. O Piauí não merece ser apenado e condenado pelo Governo Federal por apresentar excelência na área de segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, como Líder, por cinco minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta manhã de sexta-feira, primeiro para saudar o grupo paulista Pemattec Triegel, que investirá R\$25 milhões no beneficiamento do curauá, uma planta amazônica que produz uma fibra utilizada para fazer cordas, principalmente para que o homem da Amazônia, da selva, possa transportar os seus produtos.

Essa planta, hoje, depois de ser pesquisada e analisada por laboratórios e empresas de pesquisa internacionais, já vem sendo industrializada no interior do Pará, no Lago Grande, próximo de Santarém, no baixo Amazonas. Esse produto faz com que a eco-

logia e o meio ambiente sejam preservados, mas deixa também uma parte dos seus recursos para a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha, da população do interior da Amazônia, para que esta possa sobreviver, criar seus filhos e educá-los.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atualmente, esse projeto já é executado por essa empresa, que foi originária de uma pesquisa da Universidade Federal do Pará, apoiada, na época, pelo então Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel. Hoje, dando seqüência ao trabalho do Governador Almir Gabriel, o Governador Simão Janete apóia e investe nessa empresa.

Para a surpresa de todos os brasileiros que nos ouvem nesta manhã, essa empresa já fabrica os bancos dos automóveis da Mercedes-Benz do Brasil. A Chrysler, uma empresa americana, que também tem investimentos nessa área, já é atendida, como a Mercedes, em segundo estágio, no que concerne aos painéis dos automóveis e nas laterais dos carros. Essa fibra, além de forte e resistente, dá condições de segurança para o veículo e para os passageiros.

Essa pesquisa, com certeza, irá adiante. Com esses investimentos que estão sendo feitos agora – e essa pesquisa já está em fase adiantada de estudos –, verificamos que poderemos, inclusive, fabricar a carroceria dos carros com essa fibra. Não teremos mais que fazer reciclagem de ferro e de chapas de aço. Esses mesmos produtos não vão mais ferir ou matar os passageiros, porque a fibra, com certeza, dará mais segurança aos passageiros, aos usuários.

Sr. Presidente, eu já havia me manifestado a respeito desse assunto ainda no ano passado, quando vi o acordo assinado pelo Governador Almir Gabriel com essa empresa, em Santarém. Fiz um pronunciamento desta tribuna já acreditando nesse investimento, que, hoje, é realidade.

Com o financiamento desses empreendimentos por parte da Embrapa, da Emater, do Banco da Amazônia e, se Deus quiser, da nossa própria agência de desenvolvimento que será instalada, substituindo a Sudam, ou da própria Sudam, como algumas categorias de trabalhadores e de empresários desejam, tenho certeza de que, aí, sim, a Amazônia poderá servir, como tem servido ao longo de todos esses anos, como celeiro do mundo, como o pulmão do mundo. Também terá a capacidade de criar equipamentos e produtos industrializados, que beneficiarão toda a sociedade, todo o meu Estado do Pará, todo o Brasil e até o mundo, sem se esquecer de atender também a

população que lá reside, labuta e vive com muita dificuldade.

Portanto, Sr. Presidente, registro a minha alegria por ter lido ontem, no Caderno “Painel” do jornal **O Liberal**, do meu Estado, que essa empresa propõe a implantação de uma indústria para o beneficiamento do curauá, a ser localizada no Município de Santarém, no oeste paraense, onde investirá esses recursos, que poderão e deverão gerar 600 empregos diretos, envolvendo cerca de 400 famílias de pequenos produtores da zona rural da região do Lago Grande, em Santarém.

O Curauá é uma fibra que vai fazer com que o Brasil avance, principalmente no campo tecnológico, em favor do meio ambiente.

Nesta oportunidade, faço um apelo à Senadora Marina Silva, atual Ministra do Meio Ambiente, para que S. Ex^a participe e incentive esse projeto, pois S. Ex^a tem sido uma árdua defensora da nossa querida Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, consigno, aqui, o meu incentivo no sentido de atrair tais investimentos para o Estado do Pará por meio da Secretaria Especial de Produção. Que possa realmente o Senado Federal também dar boas notícias ao Brasil e à Amazônia e não somente notícias tristes, como é o caso do envio deste elemento, deste facínora chamado Fernandinho Beira-Mar, que hoje ocupa a mídia nacional, para um presídio no Estado de Alagoas. Sinceramente, tenho a certeza de que todas as propostas – principalmente a do Senador Alberto Silva, feita nesta manhã – possam ser realmente uma grande saída para o problema.

Hoje, no “Bom-Dia Brasil”, o jornalista Alexandre Garcia fez elogios ao Senador Magno Malta ao dizer que S. Ex^a é um especialista no assunto e que tinha grandes idéias e conhecimento com relação à segurança nacional. Portanto, o Senador Magno Malta deveria ser ouvido, e será ouvido, inclusive porque S. Ex^a ocupará a tribuna proximamente.

Agradeço a atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns assuntos me trazem de volta a esta tribuna. Quero começar a minha fala agradecendo a referência feita à minha pessoa, na manhã de hoje, pelo jornalista Alexandre Garcia. Sem dúvida alguma, um jornalista dos mais

respeitados, dos mais qualificados da Nação brasileira. Honra-me a informação de que o jornalista fez referências ao meu nome. Na verdade, não sou especialista em nada, somente sou um esforçado e um inconformado com a situação vigente no País. Imagino até que, em vez do Programa Fome Zero, precisávamos de um programa com uma pergunta: “Você tem fome de quê?” Muitos responderiam: de segurança; outros diriam: de alimento; outros: tenho fome de cultura. Certamente buscaríamos todos os mecanismos para atender às diversas fomes. Para saciar a fome de cultura, daríamos todas as possibilidades ao Ministro da Cultura para viabilizar esse banquete; já para acabar a fome de segurança, teríamos que ter coragem para colocar esse banquete à frente da Nação brasileira com medidas fortes, contundentes, e, de uma vez por todas, entendermos a gravidade do momento que estamos vivendo.

A Senadora Iris de Araújo falou da questão da miséria e da fome, além de comentar sobre o deslize cometido pelo Ministro Graziano, que, em um momento infeliz, pronunciou uma frase, em São Paulo, que foi muito criticada. Fizeram disso um cavalo-de-batalha. Sr. Presidente, não tenho procuração para defender o Ministro, aliás, nem o conheço pessoalmente. S. Ex^a nunca me recebeu em audiência – e já pedi várias, inclusive estou interessado em levar algumas idéias, não quero lhe pedir nada.

Sr. Presidente, sou músico. Sou um músico que virou Senador. Faço dois CDs por ano, e tenho uma banda chamada Tempero do Mundo. O meu mais novo CD trata tem um contexto não desse sofrimento de agora, mas dessa bola que o Presidente Lula levantou. A questão da fome, da miséria e da violência no Brasil é coisa antiga! O Presidente Lula não descobriu o tesouro, não inventou a roda. Sua Excelência apenas deu o seu brado. E o fato de dar o brado – aliás, costume dizer que o Presidente Lula não tem se comportado como o salvador da pátria, o que é maravilhoso, mas tem feito um discurso sacerdotal, de bom samaritano, de quem quer parar no caminho para estender a mão àquele que precisa – é extremamente maravilhoso, mas essa deve ser uma luta de todos nós.

Sr. Presidente, 30% da renda do meu novo CD será destinada ao Programa Fome Zero. Só queria levar isso ao conhecimento do Ministro, e dizer a S. Ex^a que, na minha opinião, estão fazendo um cavalo-de-batalha a propósito da frase que pronunciou. Aliás, aproveito para fazer um apelo a todos os artistas brasileiros, assim como às gravadoras do País, sejam eles cantores de música popular brasileira, de

música **gospel**, cantores católicos, e mesmo aqueles que nem gravadora têm, mas que conseguem imprimir mil CDs e vendê-los de porta em porta, para que façam a mesma coisa. Já imaginaram V. Ex^{as} se o meio artístico doasse 30% da renda obtida com a venda de seus CDs gravados neste ano para o Programa Fome Zero? Talvez não fosse nem necessário doar diretamente ao Ministério, mas a entidades. Por exemplo, quem mais entende de fome e de seu combate ainda não foi chamado para a discussão. Refiro-me às pastorais, sejam elas católicas ou evangélicas, que auxiliam junto aos bolsões de miséria.

Sr. Presidente, esse também seria um plano que eu queria levar para debater com o Ministro Graziano. Mas, como S. Ex^a não me recebeu ainda, vou falar desta tribuna. Acredito que seria muito proveitoso se as lideranças das igrejas evangélicas – sou evangélico – fossem chamadas a participar. Elas nada querem, a não ser colaborar. Tenho uma proposta a fazer: que, em cada igreja, cada grupo de vinte pessoas se reunissem com o propósito de dar uma casa popular a quem mora debaixo da lona. Não tenho dúvida de que uma proposta como essa seria perfeitamente acatada. Em uma igreja com cem membros, teríamos cinco grupos de vinte pessoas; portanto, seriam cinco casas populares. Uma casa popular, com um banheiro, um quarto, uma sala e uma cozinha, não custa mais do que R\$10 mil. Sr. Presidente, combateríamos o problema de cara, sem esperarmos que o Governo, sozinho, viabilizasse tudo.

Sr. Presidente, existem coisas ainda mais simples. Por exemplo, uma mãe, ao pôr uma maçã na mochila de seu filho para que ele possa, às 10 horas ou às 15 horas, fazer o seu lanche, pode muito bem colocar duas e ensiná-lo a dar a outra maçã, na hora em que o ônibus parar na porta da escola, ao garoto que está pedindo. Ao colocar dois pães, passa manteiga em um terceiro e ensina o seu filho a dar esse terceiro pão. Isso nós podemos fazer!

Sr. Presidente, tenho uma prática na minha vida: não me sento em nenhum restaurante se antes não encontrar uma pessoa para entrar e se sentar comigo, alguém que esteja pedindo lá fora. Se eu não conseguir, certamente dividirei a minha comida. Não volto para a minha casa ou para o meu trabalho sem antes entregar aquele marmitex para alguém, porque isso é responsabilidade de todos nós. Dizem que temos que ensinar a pescar em vez de darmos o peixe. Mas a vida inteira haverá pessoas a quem teremos que dar o peixe. E, até a pessoa aprender a pescar, quem irá alimentá-la? Então, temos que dar comida, dividirmos o pão.

Quanto de nós temos o **freezer**, em nossas residências, sempre cheio de comida congelada, comprada por nossas esposas, e que lá permanece três, quatro, cinco meses, sem sequer sabermos a data em que iremos consumi-la! Por que não tirá-la do **freezer** e dá-la para alguém? Estão esperando o Grazianno. E começam a escrever: “Esse Ministro está patinando; o Governo de Lula já começou há três meses, e esse plano não sai do papel, ninguém vê nada”. Mas toda mudança tem que começar comigo; não tenho que esperar outros começarem. Então, quem pensa desse jeito, companheiro, que abra o seu **freezer**, tire a comida congelada e comece a dividir com quem está no sinaleiro ou debaixo da ponte, com quem está mendigando o pão. Quem sabe, estará dando comida para Jesus! Em Mateus, capítulo 25, Jesus relata que só um tipo de diálogo haverá: “Senhor, mas nós não o vimos”. Ele dirá: “Não me viram, porque não quiseiram, porque tive fome, e não me deram de comer; tive sede, e não me deram de beber; tive frio, e me negaram roupa; estava preso, e não foram me ver”. E outros, de igual maneira, podem dizer: “Senhor, mas nós também não o vimos”. Ele dirá: “Vocês me viram, porque tive fome, e me deram de comer; estava nu, e me vestiram; estava com frio, e me deram cobertor; estava preso, e foram me ver”.

E, nós, agora, vamos ficar esperando Grazianno fazer o método dele, espalhar cartão em nossas mãos ou mandar dinheiro para distribuímos às entidades? Está errado. É correto que o Governo cumpra seu papel. É maravilhoso o sentimento de Lula, mas é necessário que sejamos impregnados do mesmo sentimento. A idéia começa a partir da nossa casa, dos nossos filhos, das nossas atitudes. Hoje é dia de compra? Quanto pacotes de biscoitos comemos nossos filhos? Dez, por semana? Ponhamos 15 no carro, levemos mais cinco e ensinemos nossos filhos a dividir.

Há uma música muito antiga, Sr. Presidente, que eu gostaria de cantar. Cantar um pedacinho seria quebra de decoro parlamentar? Serei cassado, por cantar?

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Não é falta de decoro. V. Exª pode fazê-lo, ficar à vontade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – A música é assim, Sr. Presidente: (*Cantando*.)

Que estou fazendo, se sou cristão,
Se Cristo deu-me o seu perdão.
Há tantas vidas sem lar, sem pão,
Há tantas vidas sem salvação.
Meu Cristo veio para nos remir,
O homem todo, sem dividir;

Não só a alma do mal salvar,
Também o corpo ressuscitar.
Há muita fome no meu País,
Há tanta gente que é infeliz,
Há criancinhas que vão morrer,
Há tantos velhos a padecer.
Milhões de olhos não sabem ler,
Milhões de vidas, como escrever;
Nas trevas vivem, sem perceber
Que são escravos de outro ser.
Aos poderosos vou pregar,
Aos homens ricos vou proclamar
Que a injustiça é contra Deus,
E a vil miséria insulta o céu.

Há muita gente cega, que não aprendeu a ler, a escrever e é escravizada, a vida inteira, como trabalhador, por quem nunca trabalhou na vida.

Com essas pessoas vamos ter mesmo que dividir o pão. Não alimente a esperança de que um dia elas serão alfabetizadas e, já com 70 anos, entrarão na faculdade e arrumarão um emprego, como o de secretária de uma grande empresa. Isso é tudo ilusão!

Vamos ter que dividir o pão com essa gente, e isso começa em casa.

“Esse plano não sai do papel?” Tenho que perguntar o que estou fazendo, o que nós estamos fazendo para contribuir com isso.

O Ministro Grazianno falou aquela frase infeliz, coitado! S. Exª talvez não seja afeito às palavras, mas é um homem que, há 23 anos, anda atrás do Presidente Lula, desde que Sua Excelência era apenas um ensaio de presidente ou nada. É uma pessoa que discute o problema da fome a vida inteira. S. Exª pode até não ser um homem operacional, mas sua idéia é boa. Sou nordestino e quero dizer que não senti, nas palavras de S. Exª, vontade de ofender os nordestinos. S. Exª só quis dizer o seguinte: se indústrias não forem instaladas, empregos não forem gerados no Nordeste; se a dignidade não for garantida nos Estados com maiores dificuldades, certamente, pessoas virão para os grandes centros e formarão os bolsões de miséria.

Sr. Presidente, nos bolsões de miséria do meu Estado, de cada dez famílias, oito vieram do campo. Os filhos viram traficantes de drogas, e as filhas, prostitutas. Isso é a ausência do Estado, para firmar o homem no campo, para dar-lhe dignidade e honrá-lo com o trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, faço uma sugestão aos artistas, aos apresentadores de televisão, que ga-

nham R\$200, R\$500 mil. Com o **merchandising** de seus programas, entra muito dinheiro. Proponho ao Leão, ao Raul Gil, à Adriane Galisteu, ao Faustão que destinem 30% do **merchandising** de seus programas para o Fome Zero. Os apresentadores, quando chamam os artistas para entrevista, perguntam: “o que você está achando do Brasil?” Eles respondem que há violência no País, que não sabem aonde vamos parar, porque os políticos não fazem nada. E o auditório bate palmas para uma pessoa que sonega imposto, que não faz nada, para um artista que não está dando sua contribuição.

Então, conclamo os artistas, essa gente que tem sensibilidade, a contribuir. Raul Gil conheço com profundidade, tem uma grande sensibilidade. O Leão, grande sensibilidade. Quero conclamar todos que fazem **merchandising** nos seus programas para que façam isto: doem 30%. Se não o quiserem fazer diretamente com o governo, chamem uma entidade não-governamental, façam essa doação e digam: “Com as minhas doações, vamos construir casas e tirar o povo que está debaixo da ponte, da lona preta”. Já estaremos fazendo o nosso papel. O Presidente levantou a bola, mas não disse que era responsabilidade apenas do Governo. É responsabilidade de todos nós.

Sr. Presidente, a questão do Fernandinho Beira-Mar está sendo discutida nesta Casa. Aliás, quero falar sobre o tema da violência, cumprimentando o Dr. Rodney Miranda, Secretário de Segurança do meu Estado, Delegado de Polícia Federal, jovem, corajoso, impetuoso, com o coração e a alma pintados de verde e amarelo, que quer ver a redenção e a volta da paz às ruas do Estado do Espírito Santo e do Brasil, juntamente com o Governador Paulo Hartung, que tem vivido as suas agruras à frente Governo. Quero cumprimentar aquele que se tornou o símbolo da luta contra o crime organizado no meu Estado, o ex-Governador Max Mauro.

E quero fazer uma denúncia: o pai de um assessor meu, que estará junto comigo num evento, amanhã, sábado, tem recebido, nos últimos trinta dias, ameaças de morte pelo telefone. Não sei se isso é para ele ou para mim. Se for para mim, quero dizer que não tenho medo de cara feia. Conheço o medo por ouvir falar, nunca fui apresentado a ele. De cara feia não tenho medo, porque feio basta eu, Sr. Presidente – aliás, sou feio, mas estou na moda.

Fiz a denúncia à Polícia Federal e ao Secretário de Segurança. Os números das ligações já foram identificados, e as providências estão sendo tomadas.

Existe um rebuliço muito grande, quando se fala na transferência de Fernandinho Beira-Mar. Ele, na verdade, é um grande narcotraficante. Eu o investiguei durante os trabalhos da CPI do Narcotráfico. Cheguei a ir ao Paraguai, com um mandado de prisão da Interpol, a chamado do Presidente Macchi, que nos garantiu que entregaria Fernandinho. Mas Fernandinho fugiu, para não ter um encontro conosco, naquela madrugada. Estávamos lá o Deputado Moroni Torgan, a Deputada Laura Carneiro, o Deputado Wanderley Martins, o Deputado Celso Russomanno e eu.

Fernandinho Beira-Mar era o interlocutor entre a máfia russa e as Farcs. Tratava das armas que iam para as Farcs.

Tive uma notícia triste. O pai de Fernandinho Beira-Mar foi para a Favela Beira-Mar, porque era um pequeno agricultor e haviam tomado sua terra. Na favela, foi gerado esse monstro. Então, esse monstro é filho do Estado. O Estado tem que tomar conta dele.

A nossa preocupação não é com Fernandinho Beira-Mar em Alagoas, no Piauí, em Goiás, no Espírito Santo ou em São Paulo. Se o Presidente quiser mandá-lo para a minha casa, eu o recebo. O problema é o salvo-conduto. Estão tomando o caminho errado com relação à segurança desse cidadão. Estou cansado de dizer que se Fernandinho Beira-Mar for trancado num banheiro e a chave ficar comigo, ele não sai, porque sou eu quem está cuidando da chave. Quero vê-lo sair! Quero vê-lo receber um celular! Ele não tem corpo glorificado. Até hoje corpo glorificado só Jesus, depois da ressurreição, quando podia atravessar parede. Ele não tem. Como ele põe a mão em celular?

Quando ele entrou em Bangu 2, entrou abrindo as portas. Alguém deu a chave a ele. Quando ele entrou em Bangu 2, saindo de Bangu 1, e pegou o Uê, dormindo, enrolou o Uê num colchão e tocou fogo... Quem conhece Bangu 1 sabe que é impossível um ser humano sair de lá e até se mover. Já estive em Bangu 1. Conheço bem Bangu 1. É impossível! Deram a chave a ele. O problema é o salvo-conduto. O problema é a corrupção na guarda penitenciária, o problema é a corrupção da polícia.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Senador Magno Malta, vou interromper V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais 10 minutos para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento e para que o Senador Leomar Quintanilha, que é o último inscrito, possa falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não vou atrapalhar o Senador. Não sei se ele vai dizer para não mandar Beira-Mar para o Estado dele.

O problema é o salvo-conduto, é a corrupção da polícia, é a corrupção dos agentes penitenciários. E aí não adiantará nada construir presídio federal se a guarda do presídio federal não for federal e com homens filtrados, absolutamente filtrados, com salários diferenciados, que entrem e saiam encapuzados. Homens filtrados, tratados, reciclados, que sejam 100% bons de caráter. Aí, quando o salvo-conduto for diferenciado, não tem ninguém neste mundo que fale trancado numa jaula sem que haja salvo-conduto pelo lado de fora. O cuidado é o salvo-conduto.

Anunciou-se um presídio federal para o meu Estado. Muito bem-vindo! Mas é necessário que o Ministro da Justiça, os especialistas de segurança do Governo Lula promovam rapidamente um filtro, uma peneira dentro da Polícia Federal, criando um grupo de elite, de guarda de presídio para este tipo de facinora. É preciso mudar o salário desses homens, dar a eles um outro tipo de informação, dar a eles a segurança de chegarem e saírem encapuzados. Aí teremos segurança, pode-se prender em qualquer lugar que não tem conversa.

A tecnologia está aí. Nenhum celular entrará pela parede porque não existe celular glorificado. Não vai passar pela parede.

Estão tomando o caminho errado. Vamos ouvir discursos e discursos nesta Casa e na outra Casa também, entidades não-governamentais e o povo, desesperados, com este joga-joga, lengalenga, com Fernandinho Beira-Mar.

Lembro-me de que quando o Sr. José Gregório era Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso estive com ele e falei: Ministro, pelo amor de Deus, não mande Fernandinho Beira-Mar para o Rio de Janeiro. Ou ele vai fugir ou vai matar ou vai morrer. Expliquei as razões pelas quais isso ocorreria, fiz todas essas colocações.

Anteontem, fiz um pronunciamento dizendo que temos que parar de poesia, porque acho que quando um Ministro vai ao velório, na hora que se assassina alguém, num Estado, naquele momento de comoção, é tudo emocionante, mas não resolve nada. As autoridades dizem que vão tomar providências, mas se não efetivarem medidas, o discurso não vale nada e ficamos nesse tipo de discurso que a sociedade não confia e não quer mais ouvir.

Na hora que esse presídio federal sair, a guarda tem que ser qualificada. O problema não é Fernando Beira-Mar, pois quando ele dá risada seus dentes não sangram, não tem dentes como Drácula, não tem chifres na cabeça, não tem pata de animal. Ele é só um sujeito que tem a capacidade da corrupção pelo di-

nheiro que adquiriu pelo ilícito e que opera com os corruptíveis que estão do lado de fora da porta da sua grade. E assim, os outros.

Portanto, é preciso, que se qualifique a guarda federal de presídio para guardar os presídios federais. Aí, sim, não teremos esse tipo de dificuldade.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Permite-me um aparte, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Magno Malta, o Brasil lhe deve muito. O Brasil lhe deve uma CPI do narcotráfico que V. Ex^a comandou na Câmara dos Deputados com muita competência, com muita coragem acima de tudo. Essa CPI foi uma das poucas que apresentaram resultados definitivos para a Justiça brasileira. Concorde com V. Ex^a no pronunciamento que faz. Na minha opinião, presídios de segurança máxima devem estar localizados fora das capitais, em cidades pequenas, cidades que não venham a ser afetadas por essas construções. E mais uma vez estou de acordo com V. Ex^a no que se refere aos agentes penitenciários. Eles têm que ser bem pagos. Em Brasília, felizmente, os agentes penitenciários têm um salário razoável, por isso, é uma das poucas cidades em que não existe telefone celular no presídio da Papuda – não entra. Por essa razão, além de termos que fazer um projeto revolucionário para os presídios, não podemos ter esse contato permanente dos agentes penitenciários com os prisioneiros. Também temos que valorizar os homens que cuidam desses presídios. Portanto, fica registrado o meu aparte de homenagem a V. Ex^a pela luta constante que vem empreendendo, no seu Estado e no Brasil, em favor dos menos favorecidos, da Justiça brasileira e da nossa segurança.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado pelo seu aparte, que enriqueceu o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Senador Magno Malta, solicito a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento, pois o Senador Leomar Quintanilha está inscrito para falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Senador Paulo Octávio, sou seu fã. V. Ex^a é um gerador de honra. V. Ex^a é uma usina de gerar emprego, e quem gera emprego gera honra. Deus lhe deu essa dívida. Por isso, o seu aparte enriquece muito o meu pronunciamento. Muito obrigado.

Encerro com uma sugestão, Sr. Presidente. Essa lógica de orelhões em presídios, o Governo ti-

nha que baixar agora. E os Governadores, se querem ver-se livres do crime organizado nos seus Estados, têm que ter a coragem de limpar a parte podre da Polícia, ou não teremos saída.

Em segundo lugar, quero propor ao Governo Lula e ao Ministro da Justiça que reativem a Ilha Grande. Essa ilha, que foi desativada, pode muito bem conter um grande presídio de segurança máxima para indivíduos de alta periculosidade. Penso que a sociedade quer ver essas medidas anunciadas, contundentes, e Ilha Grande – que já foi um grande presídio e que depois foi desativada – hoje, com esse tipo de construção e com essa planta que está proposta, com toda essa tecnologia em volta, certamente será o melhor lugar para fazermos um presídio de segurança máxima para este País.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a minha proposta, reiterando o meu compromisso de sensibilização com o Governo Lula e dizendo que a violência e a fome no País são de responsabilidade de todos nós. Se fosse eu, o nome do projeto não seria Fome Zero, mas, uma pergunta à sociedade: Você tem fome de quê? A maioria da sociedade diria que tem fome de segurança, e investiríamos na segurança. Em seguida: fome de quê? De alimento. Vamos investir no alimento. Fome de cultura. Vamos investir na cultura. Porque percebo que a fome mais urgente neste País, nesse momento, é fome de segurança pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

Em função da prorrogação, S. Ex^a terá cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa tratar de uma questão recorrente e na qual muito tenho me empenhado. Trata-se da recuperação de um trecho caótico da rodovia BR-153, a nossa Belém-Brasília, que é uma estrada federal importante que sai da Região Norte e vai até o Rio Grande do Sul.

A situação está implicando prejuízos elevados aos usuários da Belém-Brasília, aos Estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins e me traz a essa permanente cobrança ao Ministro Anderson Adauto, dos Transportes. Que não cuide da recuperação, mas faça uma operação emergencial de tapa-buracos num trecho não superior a duzentos quilômetros nessa rodovia. A operação não vai despender somas elevadas, e o estado em que se encontra a estrada tem danifica-

do veículos, prejudicado cargas, ceifado vidas, propiciado assaltos, enfim, trazido uma situação caótica, que deve se agravar agora com a aproximação do período da safra. Nós, do Tocantins, manifestamos a nossa alegria por essa safra, que vem dobrando a cada ano. O nosso setor agrícola vem se fortalecendo. Os produtores utilizam a malha rodoviária do Estado com segurança, graças ao seu perfeito estado de conservação, mas, quando chegam ao eixo de ligação com os outros Estados, com as outras regiões, que é a Belém-Brasília, deparam com uma verdadeira guerra entre os veículos que ali trafegam para vencer pouco mais de duzentos quilômetros.

Fica registrado esse apelo veemente, mais uma vez recorrente ao Ministro dos Transportes, para que cuide urgentemente da rodovia Belém-Brasília.

Eu teria outros temas a abordar, mas deixarei para outra oportunidade, respeitando o horário.

Agradeço a compreensão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Agradeço a V. Ex^a a colaboração com a Mesa em cumprimento ao Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS–GSE/235/03

Brasília, 27 de março de 2003.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 83/02), que “Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência comunica à Casa que, com referência à **Medida Provisória nº 83, de 2002**, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado desde o último dia 25. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a Medida Provisória passa a so-

brestrar imediatamente as demais deliberações legislativas até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das Lideranças da Casa, inclui a matéria na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 1º de abril.

É a seguinte a matéria recebida da Câmara dos Deputados:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2003
(Proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

ESTE AVULSO CONTÉM
OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003
- Medida Provisória nº 83/2002
- Mensagem do Presidente da República nº 1.101/02
- Exposição de Motivos nº 56/02, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- Aviso nº 1.413/02, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República
- Ofício nº 235/2003 da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica nº 27/02, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Legislação Citada

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2003
(Proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social aplicam-se, também, ao coopera-

do filiado à cooperativa de trabalho e de produção que trabalha sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física.

§ 1º Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 2º Será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 3º Considera-se cooperativa de produção aquela em que seus associados contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens, quando a cooperativa detenha por qualquer forma os meios de produção.

Art. 2º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto que contribuir na condição de contribuinte individual ou facultativo não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

§ 1º O segurado recluso não terá direito aos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria durante a percepção, pelos dependentes, do auxílio-reclusão, ainda que, nessa condição, contribua como contribuinte individual ou facultativo, permitida a opção, desde que manifestada, também, pelos dependentes, ao benefício mais vantajoso.

§ 2º Em caso de morte do segurado recluso que contribuir na forma do § 1º, o valor da pensão por morte devida a seus dependentes será obtido mediante a realização de cálculo, com base nos novos tempos de contribuição e salários-de-contribuição correspondentes, neles incluídas as contribuições recolhidas enquanto recluso, facultada a opção pelo valor do auxílio-reclusão.

Art. 3º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.

Parágrafo único. Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, des-

de que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

§ 1º As cooperativas de trabalho arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual e recolherão o valor arrecadado até o dia quinze do mês seguinte ao do efetivo repasse a elas dos resultados de sua atividade laborativa ou profissional.

§ 2º A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

§ 3º o disposto neste artigo não se aplica ao contribuinte individual, quando contratado por outro contribuinte individual equiparado a empresa ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras, e nem ao brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

Art. 5º O contribuinte individual a que se refere o art. 4º é obrigado a complementar, diretamente, a contribuição até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês, por serviços prestados a pessoas jurídicas, for inferior a este.

Art. 6º O percentual de retenção do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão – de – obra, inclusive em regime de trabalho temporário, a cargo da empresa contratante, é acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais, relativamente aos serviços prestados pelo segurado empregado cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

Art. 7º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais, as decorrentes da sub-rogação e as demais importâncias descontadas na forma da legislação previdenciária.

Art. 8º A empresa que utiliza sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negó-

cios e atividades econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária é obrigada a arquivar e conservar, devidamente certificados, os respectivos sistemas e arquivos, em meio digital ou assemelhado, durante dez anos, à disposição da fiscalização.

Art. 90 Fica extinta a escala transitória de salário – base, utilizada para fins de enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social, estabelecida pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Art. 10. A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

Art. 11. O Ministério da Previdência e Assistência Social e o INSS manterão programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas existentes.

§ 1º Havendo indicio de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Previdência Social notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de dez dias.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não comparecendo o beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao beneficiário.

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela notificação postal, sem que tenha havido resposta, ou caso seja considerada pela Previdência Social como insuficiente ou improcedente a defesa apresentada, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao beneficiário.

Art. 12. Os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2004 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

Art. 13. Aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber, as disposições legais pertinentes ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará o art. 10 desta Lei no prazo de trezentos e sessenta dias.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto aos §§ 1º e 2º do art. 1º e aos arts. 4º a 6º e 9º, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da sua publicação.

Câmara dos Deputados, 27 de março de 2003.

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL
Nº 83-A, DE 2002**

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências;

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social aplicam-se, também, ao cooperado filiado à cooperativa de trabalho e de produção que trabalha sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física.

§ 1º Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 2º Será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

Art. 2º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto que contribuir na condição de contribuinte individual ou facultativo não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

§ 1º O segurado recluso não terá direito aos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria durante a percepção, pelos dependentes, do auxílio-reclu-

são, ainda que, nessa condição, contribua como contribuinte individual ou facultativo, permitida a opção, desde que manifestada, também, pelos dependentes, ao benefício mais vantajoso.

§ 2º Em caso de morte do segurado recluso que contribuir na forma do § 1º, o valor da pensão por morte devida a seus dependentes será obtido mediante a realização de cálculo, com base nos novos tempo de contribuição e salários-de-contribuição correspondentes, neles incluídas as contribuições recolhidas enquanto recluso, facultada a opção pelo valor do auxílio-reclusão.

Art. 3º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.

Parágrafo único. Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à cooperativa de trabalho em relação à contribuição social devida pelo seu cooperado.

§ 2º A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao contribuinte individual, quando contratado por outro contribuinte individual equiparado a empresa ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras, e nem ao brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

Art. 5º O contribuinte individual a que se refere o art. 4º é obrigado a complementar, diretamente, a contribuição até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês, por serviços prestados a pessoas jurídicas, for inferior a este.

Art. 6º O percentual de retenção do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessação de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho tempo-

rário, a cargo da empresa contratante, é acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais, relativamente aos serviços prestados pelo segurado empregado, cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

Art. 7º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais, as decorrentes da sub-rogação e as demais importâncias descontadas na forma da legislação previdenciária.

Art. 8º A empresa que utiliza sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negócios e atividades econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária é obrigada a arquivar e conservar, devidamente certificados, os respectivos sistemas e arquivos, em meio digital ou assemelhado, durante dez anos, à disposição da fiscalização.

Art. 9º Fica extinta a escala transitória de salário-base, utilizada para fins de enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social, estabelecida pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Art. 10. A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

Art. 11. O Ministério da Previdência e Assistência Social e o INSS manterão programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas existentes.

§ 1º Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Previdência Social notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de dez dias.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não compa-

recendo o beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao beneficiário.

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela notificação postal, sem que tenha havido resposta, ou caso seja considerada pela Previdência Social como insuficiente ou improcedente a defesa apresentada, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao beneficiário.

Art. 12. Os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2004 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

Art. 13. Aplicam-se ao disposto nesta medida provisória, no que couber, as disposições legais pertinentes ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 14. Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto aos §§ 1º e 2º do art. 1º e aos arts. 4º a 6º e 9º, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 1.101, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002, que “Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências”.

Brasília, 12 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 56

Em 10 de setembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência projeto de medida provisória que visa conceder aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção que exerce atividade sujeito a condições prejudiciais à saúde ou integridade física, assegurar ao contribuinte individual que presta serviço a empresa a sua filiação à Previdência Social e a regularidade de suas contribuições e desconsiderar a eventual perda da qualidade de segurado para fins de concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e idade.

2. A mudança no perfil das relações de trabalho, com a redução gradativa dos trabalhadores contratados como empregados, fez crescer significativamente as cooperativas de trabalho e de produção, cujos cooperados filiam-se à Previdência Social como contribuintes individuais. Ocorre que aqueles trabalhadores que exerciam atividades expostas a condições prejudiciais à saúde ou integridade física perderam o direito ao benefício de aposentadoria especial, uma vez que, pela sistemática vigente, esta modalidade de aposentadoria só é devida aos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

3. Entendo que esses trabalhadores, pelo simples fato de não serem empregados, mas sim cooperados, não podem ser prejudicados. Se eles exercem as suas atividades nas mesmas condições em que os empregados, devem receber os benefícios também em igualdade de condições. Por isso, faz-se a presente proposição, que visa permitir aos cooperados de cooperativas de trabalho e de produção o recebimento de aposentadoria especial. A urgência e relevância dessa proposição está atrelada diretamente ao grande volume de trabalhadores que se encontram nessa situação, agravada em muitos casos pelo fato de se encontrarem na iminência do cumprimento dos requisitos necessários à concessão do benefício especial.

4. A Constituição determina que não pode haver a criação, majoração ou extensão de benefícios ou serviços da seguridade social, sem que haja a correspondente fonte de custeio.

5. Desta forma, propõe-se que seja acrescentado ao percentual de quinze por cento sobre o valor da nota fiscal ou fatura, pago pelas empresas que contratam as cooperativas de trabalho, um adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais a incidir sobre a remuneração dos cooperados que venham exercer atividades que permitam a aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos, respectivamente.

6. Por outro lado, em relação às cooperativas de produção, propõe-se que a contribuição para assegurar o benefício de aposentadoria especial aos seus cooperados deverá incidir sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado.

7. Esta contribuição social é diferenciada em relação à contribuição social devida pelos cooperados filiados às cooperativas de trabalho, já que naquele caso os cooperados trabalham para a própria cooperativa que assume a administração do processo produtivo. Portanto, não há, neste caso, a prestação de serviço para outra empresa – a contratante da cooperativa –, como no caso das cooperativas de

trabalho, mas sim um trabalho executado para a própria cooperativa.

8. Portanto, a proposição desta contribuição está perfeitamente respaldada pela alínea **a** do inciso I do art. 195 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, já que esta espécie de cooperativa pode ser enquadrada como empresa e o cooperado como pessoa física que lhe presta serviço.

9. O disposto no art. 6º visa assegurar a arrecadação da contribuição patronal incidente sobre a remuneração dos empregados que estejam sujeitos a condições especiais, da mesma forma que as contribuições sociais devidas pelas empresas prestadoras de serviço com a retenção sobre o valor da nota fiscal ou fatura. Propõe-se que a empresa tomadora de serviços efetue a retenção de 11% atualmente vigente, acrescida de 4, 3 ou 2 pontos percentuais, relativamente aos valores constantes da nota fiscal ou fatura dos serviços prestados por segurados empregados com direito à aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente. Esse acréscimo é justificado pelo fato de que o percentual ora vigente de 11% não inclui os adicionais de 12, 9 ou 6 pontos percentuais exigidos das empresas para o financiamento da aposentadoria especial.

10. Além disso, está sendo proposto no art 4º que a pessoa jurídica que contrata o contribuinte individual deva fazer o recolhimento da contribuição por ele devida. No setor privado existem 40,2 milhões de pessoas que não estão cobertas pela Previdência Social, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1999. Isso corresponde a 60% da população ocupada no setor privado. No futuro, caso não tenham acumulado renda, esse contingente dependerá de benefícios assistenciais, onerando toda a sociedade, ou viverá às custas de suas famílias. Mesmo no presente, se o trabalhador não estiver filiado à previdência, a perda da capacidade de trabalho temporária ou permanente devido a acidentes e doenças, ou mesmo o falecimento, trará consequências nefastas para ele e para a sua família, devido à ausência de garantias à reposição de renda para si e para seus dependentes. Importante ressaltar também a cobertura à maternidade prestada pela Previdência Social por meio do salário-maternidade, benefício que possibilita que as mulheres permaneçam quatro meses em casa cuidando dos seus recém-nascidos sem prejuízo de sua remuneração.

11. A cobertura previdenciária brasileira é extremamente baixa, principalmente em relação àqueles que trabalham por conta própria, uma vez que, de

cada 10 trabalhadores, 8,4 não contribuem para a previdência. Nesta categoria estão aproximadamente 14 milhões de excluídos.

12. O potencial de contribuintes para a Previdência Social que pode ser incorporado mediante políticas de conscientização, criação de incentivos e fiscalização é enorme, mesmo quando excluídos os menores de 16 anos e os que ganham menos do que um salário mínimo.

13. Além dos aspectos estruturais relacionados com o crescimento econômico e com a necessidade de flexibilização das relações de trabalho, a política de expansão da cobertura passa por medidas legislativas e gerenciais de modo a simplificar, facilitar e criar atrativos à filiação ao sistema previdenciário, como as instituídas pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

14. Para alcançar os objetivos propostos por essas medidas, é importante a veiculação em massa de campanhas de conscientização sobre a importância da Previdência Social e da filiação ao sistema. Esta é uma tarefa que deve extrapolar a esfera governamental, mobilizando toda a sociedade. Para essa finalidade, o Ministério da Previdência e Assistência Social instituiu, em 16 de fevereiro de 2000, por meio da Portaria nº 1.671, o Programa de Estabilidade Social.

15. Percebeu-se, por meio desse programa, que os trabalhadores por conta própria, enquadrados como contribuintes individuais, precisam de estímulos para se integrarem ao regime, pois, conquanto segurados obrigatórios, têm que tomar a iniciativa da inscrição e do recolhimento da contribuição, o que nem sempre é feito.

16. O estabelecimento da obrigatoriedade de a pessoa jurídica, para quem o contribuinte individual presta seus serviços, desconte a contribuição por ele devida visa superar a imprevidência da maioria dos trabalhadores, que preferem gastar hoje do que poupar para o futuro, ainda que essa poupança vise a proteção sua e de sua família quando da perda, temporária ou permanente, da capacidade de trabalho em decorrência dos riscos sociais. Para as empresas não haverá novidades, pois bastará estender o procedimento já adotado em relação aos seus empregados e trabalhadores avulsos. Acrescente-se que as empresas já incluem na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social – GFIP todos os contribuintes individuais que lhes prestam serviços e que esse instrumento, que já está efetivamente implantado, permite, mediante simples ajustes, a adoção dessa sistemática.

17. A medida, além de garantir a realização da receita previdenciária correspondente e a adimplência de um grande número de contribuintes individuais que deixam de recolher suas contribuições, simplificará o processo de arrecadação, reduzindo o número de Guias de Previdência Social – GPS e, consequentemente, o número de pessoas que comparecem mensalmente aos bancos para quitá-las, além de diminuir as despesas bancárias e de processamento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

18. Da mesma forma, a mudança no perfil das relações de trabalho, com a redução gradativa dos trabalhadores contratados como empregados, fez com que surgissem muitas cooperativas de trabalho e de produção. Isso ocorreu, notadamente, após a edição da Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que acrescentou parágrafo ao art. 442 da CLT, dispondo que “qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.

19. Como os cooperados destas cooperativas filiam-se à Previdência Social como contribuintes individuais (autônomos, antes da Lei nº 9.876, de 1999), era de se esperar que, igualmente, aumentasse o número de novos contribuintes nessa categoria, o que não ocorreu. A experiência tem demonstrado que o ex-trabalhador empregado, que se tomou cooperado por imposição de terceiro e não por vontade própria, raramente toma a iniciativa de contribuir para a Previdência Social. Daí a necessidade de atribuir essa obrigação acessória à própria cooperativa, até porque são constituídas no interesse dos cooperados e, desde a edição da multicitada Lei nº 9.876, de 1999, já não lhes cabe qualquer contribuição previdenciária sobre os valores dos serviços prestados pelos cooperados às empresas que contratam as cooperativas de trabalho.

20. Para tanto, a proposta de redação do art. 4 tem por objetivo, também, zelar pela inscrição do cooperado no INSS e controlar as suas contribuições mensais, assegurando os legítimos interesses dos trabalhadores, razão de ser de instituição das cooperativas de trabalho.

21. No art. 3º propõe-se a eliminação da possibilidade de perda da qualidade de segurado na concessão de aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e especiais. A Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ao modificar a forma de apuração do valor do salário-de-benefício, que passou a ser constituído pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários-de-contribuição do segurado, possibilitou

que se considerasse, a partir de 1994, todo o período contributivo, independentemente da época em que foram realizadas as contribuições. No entanto, pelas regras atuais, deixando o segurado de verter contribuições para a Previdência Social, seja por motivo de desemprego ou outro qualquer, depois de um certo tempo, normalmente de entre 12 e 24 meses, independentemente do número de contribuições que tenha vertido ao sistema, perde ele a qualidade de segurado e, por conseguinte, o direito aos benefícios previdenciários.

22. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores à perda só são computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação, com, no mínimo, um terço do número de contribuições exigidas para o benefício a ser requerido, ou seja, no caso de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade ou especial, sessenta contribuições mensais.

23. Tomemos, por exemplo, um trabalhador que tenha perdido o emprego quando faltavam apenas dois anos para fazer jus à aposentadoria por tempo de contribuição e permanecido sem contribuição até perder a qualidade de segurado. Pelas regras atuais, só faria jus à aposentadoria por tempo de contribuição, se contribuísse por, pelo menos, mais cinco anos.

24. Tendo em vista que agora se considera, no cálculo do benefício, todo o período contributivo, e levando-se em conta que, para as aposentadorias por tempo de contribuição e especial, exige-se um tempo de contribuição que varia de 15 a 35 anos de contribuição, não faz mais sentido que se mantenha o instituto da perda da qualidade de segurado para esses benefícios. É mais que razoável que se lhe permita buscar suas contribuições em qualquer época, independentemente de eventuais lapsos temporais decorridos entre períodos contributivos.

25. Ademais, há que se levar em consideração que, no caso da aposentadoria por tempo de contribuição, aplica-se, obrigatoriamente, no cálculo do valor do benefício, o fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida do segurado ao se aposentar, o que torna totalmente despropositada a perda da qualidade do segurado.

26. Nesse sentido é que se propõe que a perda da qualidade de segurado não seja considerada para as aposentadorias por tempo de contribuição e especial. É uma medida que irá reparar uma injustiça praticada contra o segurado da Previdência Social, principalmente o de baixa renda, que, na maioria das vezes, ao perder seu emprego, não tem condições de contribuir como facultativo e acaba perdendo a quali-

dade de segurado. A extensão da medida para a aposentadoria por idade deve estar atrelada a um período maior de contribuição, de forma a, de um lado, obter-se um maior equilíbrio entre benefício e contribuição e, de outro, a minimizar os efeitos da cessação da contribuição do segurado após cumprida a carência. Nesse sentido, propõe-se não ser considerada a perda da qualidade de segurado para a aposentadoria por idade na hipótese de o segurado ter vertido ao sistema contribuições durante vinte anos pelo menos, independentemente da época em que foram realizadas as contribuições.

27. Ressaltamos, porém, que essa medida não pode ser estendida aos demais benefícios, nem mesmo para aqueles que exigem alguma carência, tais como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez não acidentária (doze meses) e aposentadoria por idade (cento e vinte e seis ou cento e oitenta meses) na forma como esta está regulada, sob pena de se comprometer a estabilidade do regime. Caso contrário, induzir-se-iam os segurados que já tivessem cumprido o período de carência dos benefícios a deixarem de contribuir para a Previdência Social, notadamente aqueles cujo salário-de-contribuição esteja próximo ao valor mínimo do benefício, pois que em nada continuasse continuassem contribuindo. Cumprida a carência, o direito ao benefício dependeria, apenas, da ocorrência do evento que a ele der causa (idade, incapacidade temporária ou definitiva, morte, etc.), deixando de ser previdenciário para se tornar assemelhado ao assistencial. Os benefícios seriam devidos a todas as pessoas que, em qualquer época, tivessem contribuído para a Previdência Social, sobretudo os benefícios decorrentes de acidentes de qualquer natureza, que independem de carência. A supressão da perda da qualidade de segurado, nesse caso, tornaria o benefício universal, bastando que, em algum momento, a pessoa tivesse contribuído para a Previdência Social, ainda que por apenas um mês ou fração dele.

29. As disposições propostas no art. 2º visam assegurar aos dependentes do segurado recluso que, nessa condição, contribua para a Previdência Social, o direito ao auxílio-reclusão, e, em caso de morte do segurado recluso, pensão pelo valor mais vantajoso entre o valor do auxílio-reclusão e a pensão resultante de novo cálculo.

30. A proposta visa também impedir o recebimento cumulativo do auxílio-reclusão, por parte dos dependentes do segurado, e de auxílio-doença ou aposentadoria por parte do segurado recluso, permitindo-se, na hipótese, opção pelo que for mais vantajoso.

31. No art 1º, faz-se proposta de flexibilização de alíquotas de contribuição em razão dos desempenhos das empresas na prevenção dos acidentes de trabalho. A preocupação com a saúde e segurança dos trabalhadores constitui-se em um dos temas de mais elevado poder aglutinador. Mesmo reconhecendo que a necessidade de proteger o trabalhador que trabalha em ambiente ou serviço perigoso, insalubre ou penoso é da empresa que assume o risco da atividade econômica e deve responsabilizar-se pelas consequências das enfermidades contraídas e acidentes do trabalho sofridos pelos empregados, na prática que as suporta é o Governo, por meio do Ministério da Saúde em relação às despesas médicas e hospitalares e do INSS em relação às incapacidades laborativas, temporárias ou permanentes e às mortes.

32. A proposta visa introduzir mecanismos que estimulem os empresários a investirem em prevenção e melhoria das condições do ambiente de trabalho, mediante a redução, em até 50%, ou acréscimo, em até 100%, da alíquota de contribuição destinada ao financiamento das aposentadorias especiais ou dos benefícios concedidos em razão de acidentes ou de doenças ocupacionais, conforme a sua posição da empresa na classificação geral apurada em conformidade com os índices de frequência, gravidade e custo das ocorrências de acidentes, medidas segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. A participação do CNPS na validação desta metodologia é de fundamental importância devido ao caráter quadripartite (governo, aposentados, trabalhadores e empregadores) da sua composição.

33. Para imprimir mais celeridade ao procedimento de apuração de fraudes na concessão ou manutenção de benefícios, está sendo proposta a adequação do prazo para o beneficiário apresentar defesa, provas ou documentos que dispuser aos prazos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

34. Finalmente, no art. 12, propõe-se a posteriorização do prazo de apresentação de documentos relativos às compensações financeiras. Um número bastante significativo de entes instituidores de regimes próprios de Previdência Social não conseguiram ajustar-se às disposições constitucionais e legais aplicáveis a esses regimes a tempo de fazerem o levantamento completo de cada benefício concedido com cômputo de tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a partir da promulgação da Constituição Federal, para fins de obterem a compensação financeira prevista na Lei nº 9.796, de 5

de maio de 1999, do regime de origem, no caso, o RGPS. O prazo de dezoito meses concedido pela citada Lei nº 9.796 expirou sem que um grande número deles tivessem tido tempo para concluir os ajustes legais e demais etapas do levantamento geral dos seus créditos e se habilitarem junto ao RGPS, à compensação financeira correspondente.

35. Por entender que muitos municípios deixaram de cumprir aquele prazo em razão de dificuldades no encaminhamento e aprovação das alterações legais exigidas e de revisão de todos os procedimentos relativos à concessão dos benefícios e, considerando, ainda, que não seria justo negar-lhes a compensação financeira correspondente ao tempo de contribuição aportado ao RGPS, é que se está propondo a dilatação daquele prazo para sessenta meses. Este prazo foi negociado no âmbito do Conselho Nacional de Dirigentes de Previdência Pública – CONAPREV, que reúne representantes de entidades previdenciárias da União, do Distrito Federal e de todos os Estados, que o considerou adequado para que os entes possam concluir as reformas necessárias aos respectivos regimes, promoverem o levantamento geral dos seus créditos junto ao RGPS e se habilitarem à compensação financeira correspondente.

36. Por todo o exposto, presentes estão os requisitos de urgência e relevância para adoção de medida provisória, consoante dispõe o art. 62 da Constituição, com vistas ao fortalecimento e maior abrangência da cobertura e do atendimento do regime geral de Previdência Social.

Estas, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, são as razões que me levam a submeter à consideração de Vossa Excelência o presente projeto de medida provisória.

Respeitosamente, – **José Cechin**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

Aviso nº 1.413-SAP/C. Civil

Em 12 de dezembro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002.

Atenciosamente, – **Silvano Gianni**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino.

PS-GSE/235/03

Brasília, 27 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, do Poder Executivo (Medida Provisória nº 83/02), que “Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

NOTA TÉCNICA Nº 27/2002

Subsídios à apreciação da Medida Provisória nº 83, de 2002, quanto à adequação orçamentária e financeira

I – Introdução

Esta Nota Técnica destina-se, nos termos do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002– CN, a fornecer subsídios para a análise no que concerne à adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

II – Síntese e Aspectos Relevantes

A Medida Provisória nº 83 tem por objetivo conceder aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção que exerce atividade sujeito a condições prejudiciais à saúde ou integridade física, assegurar ao contribuinte individual que presta serviço à empresa a sua filiação à Previdência Social e a regularidade de suas contribuições e desconsiderar a eventual perda da qualidade de segurado para fins de concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e idade, dentre outros.

A Exposição de Motivos nº 56 do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social esclarece que os cooperados de cooperativas de trabalho e de produção que exercem atividades expostas a condições prejudiciais à saúde ou integridade física não têm direito ao benefício de aposentadoria especial, uma vez que, pela sistemática vigente, esta modalidade de aposentadoria só é devida aos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

Ao referir-se ao art. 195, § 5º, da Constituição Federal, que determina que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, o Ministro de Estado esclarece que será cobrada contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado à cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente (art. 1º, § 1º).

No caso das cooperativas de produção, o adicional será de doze, nove ou seis pontos percentuais, incidente sobre a remuneração paga, devida ou credi-

MPV Nº 83	
Publicação no DO	13-12-2002
Designação da Comissão	16-12-2002
Instalação da Comissão	16-12-2002
Emendas	até 19-12-2003 (7º dia da publicação) (*)
Prazo final Comissão	13-12-2002 a 22-2-2003 (14º dia) (*)
Remessa do Processo à CD	22-2-2003 (*)
Prazo na CD	de 23-2-2003 a 8-3-2003 (15º ao 28º dia) (*)
Recebimento previsto no SF	8-3-2003 (*)
Prazo no SF	9-3 a 22-3-2003 (42º dia) (*)
Se modificado, devolução à CD	22-3-2003 (*)
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	23-3 a 25-3-2003 (43º ao 45º dia) (*)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	26-3-2003 (46º dia) (*)
Prazo final no Congresso	9-4-2003 (60 dias) (*)
(*) Prazos recontados em virtude de convocação extraordinária do CN, no período de 17 a 20-12-2002	

tada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente (art. 1º, § 2º).

No art. 3º é proposta a eliminação da possibilidade de perda da qualidade de segurado na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade¹ e especiais. Esclarece a Exposição de Motivos que, pelas regras atuais, deixando o segurado de verter contribuições para a Previdência Social, seja por motivo de desemprego ou outro qualquer, depois de um certo tempo, normalmente entre 12 e 24 meses, independentemente do número de contribuições que tenha vertido ao sistema, perde ele a qualidade de segurado e, por conseguinte, o direito aos benefícios previdenciários.

No art. 4º há a determinação para que a pessoa jurídica que contrata o contribuinte individual faça o recolhimento da contribuição por ele devida, o § 2º do art. 4º ainda prevê a obrigatoriedade de as cooperativas de trabalho e pessoas jurídicas efetuarem a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

No artigo 6º da medida provisória, é proposto que a empresa tomadora de serviços efetue a retenção de 11% atualmente vigente, acrescida de 4, 3 ou 2 pontos percentuais, relativamente aos valores constantes da nota fiscal ou fatura dos serviços prestados por segurados empregados com direito à aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente. Esse acréscimo, segundo a Exposição de Motivos, é justificado pelo fato de que o percentual ora vigente de 11% não inclui os adicionais de 12, 9 ou 6 pontos percentuais exigidos das empresas para o financiamento da aposentadoria especial.

Os demais artigos, em síntese, visam a assegurar aos dependentes do segurado recluso, que exerça atividade remunerada e que contribua para a Previdência Social, o direito ao recebimento do auxílio reclusão (art. 2º), flexibilizar as alíquotas de contribuição em razão dos desempenhos das empresas na prevenção dos acidentes de trabalho (art. 10), adequar o prazo para o beneficiário apresentar defesa, provas ou documentos, a fim de agilizar o procedimento de apuração de fraudes na concessão ou manutenção de benefícios (art. 11), postergar o prazo de apresentação de documentos relativos às compensações financeiras (art. 12), dentre outros.

III – Análise

O exame da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 83, de

2002, deve ser realizado consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN:” O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção nos moldes propostos pelo art. 10, eleva a despesa com pagamento de benefícios previdenciários. Como já relatado, o art. 195, § 5º da Constituição Federal, determina que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Para ser cumprida a determinação Constitucional, a origem dos recursos está indicada na medida provisória e ressaltada na Exposição de Motivos, qual seja, o adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais à alíquota já existente, a incidir sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos, respectivamente. No caso das cooperativas de produção, prevê-se um adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a incidir sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado. Ressalta-se, contudo, que não foram apresentadas as estimativas de arrecadação da receita, tampouco o impacto da implementação da medida nos benefícios previdenciários.

Os gastos adicionais decorrentes da eliminação da possibilidade de perda da qualidade de segurado na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade² e especiais serão suportados pelas contribuições do segurado, uma vez que considera-se no cálculo do benefício todo o período contributivo. Ademais, conforme ressaltado na Exposição de Motivos há que se levar em consideração que, no caso da aposentadoria por tempo de contribuição, aplica-se, obrigatoriamente, no cálculo do benefício, o fator previdenciário que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida do segurado ao se aposentar (...)

O artigo 4º, em decorrência da mudança na sistemática de recolhimento das contribuições do contribuinte individual, traz implícita uma elevação de receita. As estimativas do Comitê de Avaliação de Receita da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e

Fiscalização apontam para um incremento de receita na ordem de R\$500 milhões para o ano de 2003, decorrente da implementação de tal medida. O art. 60 prevê aumento de alíquota, com conseqüente incremento na receita. Os demais artigos não implicam aumento dos gastos do Governo Federal.

Era o que tínhamos a informar.

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2002. – **Elisangela Moreira da Silva Batista**, Consultora de Orçamentos.

1 Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.

2 Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.

**PARECER OFERECIDO À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83, DE 2002**

(Oferecido no Plenário
da Câmara dos Deputados,
em Substituição à Comissão Mista.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, atendendo à recomendação feita ontem por V.Ex^a, hoje me reuni com representantes do Ministério da Previdência e das Lideranças do Governo, do PFL e do PPB. E, na ocasião, chegamos a um consenso para a reformulação do parecer.

O trabalho terminou por volta das 14h30. O parecer já foi encaminhado à Mesa. Peço, então, licença V.Ex^a para apresentar um resumo do acordo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) – A tribuna está a disposição de V.Ex^a.

O SR. RAFAEL GUERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002, dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

Na verdade, além dos cooperados de cooperativas, a medida provisória dispõe sobre várias questões da maior relevância, como a reversão da perda da qualidade de segurado, que fica agora garantida para qualquer contribuinte individual que tenha contribuído por 20 anos para a Previdência. O contribuinte não perde mais o direito ao tempo de contribuição. Trata-se de importante avanço.

Além disso, ao segurado recluso é garantido o direito de recolher como autônomo, se prestar serviços e realizar algum tipo de trabalho durante o período de reclusão.

São medidas importantes que estão sendo incluídas no projeto de lei de conversão.

No acordo hoje elaborado, incluímos no art. 1º do projeto de lei de conversão parágrafo que caracteriza mais precisamente o que são as cooperativas de produção.

O § 3º do art. 1º diz:

Art. 1º

§ 3º Considera-se cooperativa de produção aquela em que seus associados contribuem com serviços laborativos, ou profissionais, para a produção em comum de bens quando a cooperativa detenha, por qualquer forma, os meios de produção.

No art. 4º também foi acrescentado o seguinte parágrafo:

Art. 4º

§ – As cooperativas de trabalho arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual e recolherão o valor arrecadado até o dia quinze do mês seguinte ao do efetivo repasse a elas dos resultados de sua atividade laborativa ou profissional.

O art. 14, a pedido do Ministério da Previdência e também do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que ontem fez aqui essa reivindicação, também sofreu uma mudança.

Estamos reservando ao Poder Executivo a atribuição de regulamentar apenas o art. 10, porque os demais são auto-aplicáveis. Atendemos à solicitação, ampliando o prazo de regulamentação para 360 dias.

Registro também a atuação da Organização das Cooperativas do Brasil, cujas reivindicações, apresentadas pelo Deputado Abelardo Lupion, foram atendidas.

Estas as principais mudanças da reformulação do parecer ontem entregue à Mesa.

Gostaria de ressaltar alguns pontos importantes dessa medida.

No art. 10, está previsto incentivo para todas as empresas que estiverem implantando programas de melhoria nas condições ambientais do trabalho, reduzindo acidentes no trabalho e doenças ocupacionais.

Elas terão redução nos índices de recolhimento do INSS.

Por outro lado, haverá o aumento da punição às empresas que não investirem na redução de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Também extinguiamos a escala transitória de salário, a base para enquadramento e fixação do salário de contribuição. Esse é outro benefício para o contribuinte do INSS.

Estes os principais pontos do projeto de lei de conversão.

O parecer tem quinze páginas e foi entregue à Mesa. Se V. Ex^a, permitir, eu me dispensarei de proceder à sua leitura. Limitar-me-ei aos pontos principais que acabei de ressaltar nesta apresentação.

O voto é pela aprovação da medida provisória, nos termos do projeto de lei de conversão que apresento neste momento.

Muito obrigado.

(Parecer escrito encaminhado à mesa.)

COMISSÃO MISTA DESTINADA A
EXAMINAR E A EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2002**
(Mensagem nº 1.101, de 2002)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Rafael Guerra**

I – Relatório

A Medida Provisória nº 83, de 2002, editada pelo Presidente da República e submetida ao Congresso Nacional, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, por intermédio da Mensagem nº 1.101, de 12 de dezembro de dezembro de 2002, promove importantes ajustamentos na legislação previdenciária, tanto no que respeita à garantia de direitos à benefícios como à regularidade de contribuições.

Ao realizar este objetivo, a proposição adequa tratamentos, abrangendo cooperados, contribuintes individuais e segurados reclusos. Também reverte procedimentos consagrados pela legislação quanto à perda da qualidade de segurado, compatibilizando-os com avanços anteriores que permitiram gradativa-

mente considerar todo o período contributivo, para determinação do salário-de-benefício.

Ainda adota medidas que moralizam o enfrentamento das dívidas previdenciárias, que caracterizam apropriação indébita de contribuições descontadas de segurados, além de criar mecanismos que facilitam a fiscalização da sonegação nas empresas e o combate à fraude nos benefícios.

E, afinal, revisa prazos relacionados com a compensação financeira entre regimes previdenciários, para torná-los condizentes com a realidade, franqueando tal vantagem, por uma questão de justiça, à maioria dos entes federados.

Dentro desse escopo geral, o texto do referido instrumento está organizado nos seus 14 artigos e correspondentes parágrafos, materializando, concreta e especificamente, as seguintes inovações ou modificações na legislação previdenciária:

a) A extensão da concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção, que exerça atividade sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, nos termos das disposições válidas para outros segurados da Previdência Social(art. 1º, **caput**);

b) O estabelecimento de contribuições adicionais variáveis de 9%, 7% ou 5% a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperativa de trabalho, incidentes sobre a fatura ou nota fiscal de prestação de serviços, e de 12%, 9% ou 6% a cargo de cooperativa de produção, incidentes sobre a remuneração dos seus cooperados, conforme, em ambos os casos, a atividade faça jus à aposentadoria especial com pelo menos 15, 20 ou 25 anos de contribuição (art. 1º, §§ 1º e 2º);

c) O acréscimo de contribuições adicionais variáveis de 4%, 3% ou 2% à retenção previdenciária, a cargo da empresa contratante, incidentes sobre de nota fiscal ou fatura de serviços, que envolvam cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, relativamente aos empregados sujeitos à aposentadoria especial com pelo menos 15, 20 ou 25 anos de contribuição (art. 6º);

d) A obrigação da empresa contratante de trabalhadores por conta própria e da cooperativa de trabalho de efetuarem a inscrição previdenciária dos seus contratados e cooperados, se ainda não existente,

na qualidade de contribuintes individuais, além de descontarem a contribuição correspondente e de realizarem o seu recolhimento no prazo devido, sem prejuízo da complementação direta de contribuição pelo próprio segurado quando inferior à incidente sobre o salário-mínimo (art. 4º, **caput**, §§ 1º e 2º art. 5º);

e) A expressão inaplicação, em caráter excepcional, das novas regras atinentes aos contribuintes individuais na inscrição previdenciária bem como no desconto e recolhimento de contribuições, quando da contratação destes por outro contribuinte individual, equiparado à empresa, ou por produtor rural pessoa física, e ainda por missão diplomática e repartição consular estrangeiras, alcançando também os brasileiros civis a serviço, no exterior, de organismos internacionais que tem o Brasil como membro (art. 4º, § 3º);

f) A exoneração dos dependentes do segurado recluso, que exercer atividade remunerada e que contribuir como contribuinte individual ou facultativo, da perda do benefício do auxílio-reclusão e do próprio segurado recluso ao direito à auxílio-doença ou à aposentadoria, salvo se mais vantajoso e sob concordância dos dependentes, mantido o direito à pensão por morte aos dependentes, com recálculo do salário-de-benefício, facultada a opção pela conversão do auxílio-reclusão (art. 2º, **caput**, §§ 1º e 2º);

g) A desconsideração da perda da qualidade de segurado, para efeito da concessão de aposentadorias por tempo de contribuição e especial, o que também se verifica na aposentadoria por idade, mediante um mínimo de 240 contribuições mensais (art. 3º, **caput** e parágrafo único);

h) A extinção da escala transitória de salário-base para enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo, criada pela Lei nº 9.876/99, para calcular o salário-de-benefício a partir dos 80% maiores salários de contribuição, tomando de 1994 em diante todo o período contributivo (art. 9º);

i) A possibilidade de redução, em até 50%, ou de aumento, em até 100%, do adi-

cional de contribuição variável de 1%, 2% ou 3%, destinado ao financiamento da aposentadoria especial e ou aposentadoria por invalidez, em decorrência de riscos ambientais do trabalho, de acordo com critérios e metodologia de avaliação da empresa em relação a indicadores setoriais (art. 10º);

j) A proibição de parcelamento de contribuições descontadas dos empregados, inclusive domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais bem como as decorrentes de sub-rogação e todas as demais assim efetivadas por terceiros na forma da legislação previdenciária (art. 7º);

k) A exigência da manutenção e conservação, à disposição da fiscalização em meio digital ou assemelhado, dos sistemas e arquivos, devidamente certificados, decorrentes da utilização de processamento eletrônico de dados por empresa, no registro e controle de suas atividades, durante 10 anos (art. 8º);

l) A adoção de maior objetividade e celeridade na definição de procedimentos e mecanismos de apuração e combate à fraude na concessão de benefícios, assegurado o direito de defesa, mas também a possibilidade de suspensão do benefício, na falta de resposta à notificação e na insuficiência ou improcedência da argumentação do interessado (art. 11, §§ 1º a 3º);

m) A ampliação em 60 meses da remessa de dados sobre benefícios em manutenção, para que os estados, Distrito Federal e municípios possam se habilitar a compensação financeira entre regimes previdenciários prevista constitucional e legalmente (Art. 12).

Quando do recebimento desta matéria pelo Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 2002, a mensagem original tomou o nº 300/02, acompanhada logo a seguir de comunicado ao Plenário para início da sua tramitação, com as adoções de providências para a constituição de Comissão Mista com vistas à sua apreciação, que, efetivada, não chegou a se instalar, e a abertura de prazo regimental para apresentação de emendas, sem que, até a finalização do período, ocorresse a formalização de qualquer uma.

II – Voto do Relator

Consoante a Constituição Federal, nos seus arts. 62, §§ 5º, 8º e 9º e a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, nos seus arts. 5º e 6º, cabe ao Plenário da Câmara dos Deputados, no que toca a medidas provisórias, deliberar sobre o mérito e o atendimento dos pressupostos constitucionais e legais.

Relevância e urgência

A relevância e a urgência de que se reveste determinada matéria, constituem requisitos para a adoção de medida provisória, com força de lei, e respaldam juízo de admissibilidade na sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Nestes termos, há de se reconhecer que configura a relevância do tema, no caso específico, a marcada intenção de corrigir distorções, promovendo ajustamentos na legislação previdenciária, na garantia de direitos a benefícios como na regularidade de contribuições, a partir das preciosas lições da observação e da experiência, atendendo a própria dinâmica do processo previdenciário como realidade em evolução.

Deste modo, estendem-se possibilidades, antes cerceadas, a algumas categorias de segurados, sempre com a adequada contrapartida de custeio, e na reversão da perda da qualidade de segurado, a partir da implantação de cálculo de benefício, que tende a contemplar todo o período laborativo como também, na perspectiva da moralização, adota-se dispositivos jurídicos, capazes de impedir benefícios fiscais para a apropriação indébita de contribuições descontadas de segurados e de respaldar as ações de fiscalização da sonegação de empresas e as ações administrativas do combate à fraude nos benefícios.

Inegavelmente, isso condiz com o interesse e a preocupação da imensa maioria do povo brasileiro, na medida que aperfeiçoa o Sistema de Previdência Social, demonstrando sensibilidade e coerência na satisfação das necessidades de proteção da população, sem descuidar dos seus imperativos de equilíbrio e de hígidez financeira.

Por sua vez, a urgência está automaticamente justificada pela gravidade decorrente da natureza das pendências a equacionar, a partir da conclusão dos estudos e do conhecimento das respectivas conclusões, não havendo porque adiar soluções plausíveis.

Por outro lado, a instituição de contribuições sociais adicionais, bem como a redefinição de responsabilidades e prazos pelos respectivos descontos e recolhimentos, sujeitam-se à noventena, prevista no art. 195, § 9º da Constituição Federal, cujos reflexos na arrecadação de receitas para suportar as correspondentes despesas, não admitem postergação.

Diante dessas considerações, verifica-se que a medida provisória satisfaz aos pressupostos de urgência e relevância, levando-nos a concluir pela sua admissibilidade.

Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.

Quanto ao conteúdo normativo, não é possível vislumbrar quaisquer vícios de iniciativa ou de competência, ou tampouco algum outro obstáculo, no plano das demais disposições constitucionais aplicáveis à matéria, especialmente no que tange aos arts. 195 e 150 da Carta Magna.

Ainda, nenhum impedimento de hierarquia legal revela-se capaz de colocar em xeque a sua validade jurídica, o que também se verifica em especial, no que respeita à Lei Complementar nº 95, de 1998, relativamente a sua técnica legislativa.

Nada levando, portanto, a outra posição, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da medida provisória.

Adequação Financeira e Orçamentária

Ao analisar a matéria, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, desta Casa, na elaboração da Nota Técnica nº 27, de 18-12-02, assim se pronunciou:

“O exame da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 083 de 2002, deve ser realizado consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN: **“O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a**

lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho e de produção nos moldes propostos pelo art. 1º, eleva a despesa com pagamento de benefícios previdenciários. Como já relatado, o art. 195, § 5º da Constituição Federal, determina que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Para ser cumprida a determinação Constitucional, a origem dos recursos está indicada na medida provisória e ressaltada na Exposição de Motivos, qual seja, o adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais à alíquota já existente, a incidir sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos, respectivamente. No caso das cooperativas de produção, prevê-se um adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a incidir sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado. Ressalta-se, contudo, que não foram apresentadas as estimativas de arrecadação da receita, tampouco o impacto da implementação da medida nos benefícios previdenciários.

Os gastos adicionais decorrentes da eliminação da possibilidade de perda da qualidade de segurado na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade² e especiais serão suportados pelas contribuições do segurado, uma vez que considera-se no cálculo do benefício todo o período contributivo. Ademais, conforme ressaltado na Exposição de Motivos há que se levar em consideração que, no caso da aposentadoria por tempo de contribuição, aplica-se, obrigatoriamente, no cálculo do benefício, o fator previdenciário que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida do segurado ao se aposentar (...).

O artigo 4º em decorrência da mudança na sistemática de recolhimento das contribuições do contribuinte individual, traz implícita uma elevação de receita. As estimativas do Comitê de Avaliação de Receita da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização apontam para um incremento de receita na ordem de R\$500 milhões para o ano de 2003, decorrente da implementação de tal medida. O art. 6º prevê aumento de alíquota, com conseqüente incre-

mento na receita. Os demais artigos não implicam aumento dos gastos do Governo Federal.”

Respaldados por essa manifestação, pelo permissivo constitucional para diferenciação de alíquotas de contribuições sociais por setor de atividade bem como pela similaridade e proporcionalidade com os níveis de adicionais praticados em situações análogas, que sem dúvida oferecerão um saldo líquido favorável às contas do Regime Geral de Previdência Social, opinamos pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, que decorre da sua compatibilidade com os instrumentos legais aplicáveis, com ênfase à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

² Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentos e quarenta contribuições mensais.

Mérito

A complexidade e a dinâmica da administração previdenciária suscita uma constante evolução legislativa, lastreada na observação e na experiência, como se verifica em bem poucas áreas legislativas. Nessa medida, precisa acompanhar o desenvolvimento da realidade, mas também cria fatos e promove ajustamentos.

Nada de diferente acontece no caso específico desta Medida Provisória, que aborda, disciplinando e corrigindo aspectos normativos, identificados como essenciais, porque inexistiam anteriormente ou porque revelavam-se carecentes de mudança ou de aperfeiçoamento.

Constituem exemplos veementes dessas assertivas os tratamentos dispensados aos cooperados das cooperativas de trabalho e de produção, que mesmo constituindo trabalhadores como outros quaisquer, mantinham-se à margem do direito à aposentadoria especial, assegurado aos empregados e trabalhadores avulsos, enquanto segurados da Previdência Social, quando exercerem atividade prejudicial à saúde ou integridade física, sem descuidar a fixação das receitas de cobertura da despesa com novos benefícios, à título de adicional à cota patronal de contribuição social.

Na mesma linha, situam-se a estipulação de acréscimo na retenção, a cargo da empresa contratante, em fatura ou nota fiscal de prestação serviços,

mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, quanto aos empregados, que, de idêntico modo, fizerem jus à aposentadoria especial, e a atribuição de responsabilidade pelo desconto das contribuições do cooperado da cooperativa de trabalho à própria cooperativa, por equiparação da obrigação simultaneamente estabelecida para a empresa contratante de trabalhador segurado, na condição de contribuinte individual, o que preenche a outras lacunas legislativas, na cobrança de contribuições.

Não menos paradigmáticos são a possibilidade de redução ou aumento de contribuições adicionais para as empresas, cuja atividade configurar riscos ambientais, capazes de propiciar aposentadoria especial ou por invalidez, a partir do seu desempenho, como modulador de incentivos ou de agravamento de sua participação no custeio previdenciário, além da proibição de parcelamento das contribuições descontadas de segurados, suscetível de direta ou indiretamente representar apropriação indébita, da estipulação da obrigação de manutenção e preservação de arquivos e sistemas de natureza contábil, fiscal trabalhista e previdenciários, do incremento da efetividade no combate a irregularidades na concessão de benefícios, como elementos de moralização e suporte no combate da sonegação e da fraude.

Por fim, por dever de ofício, resta ainda mencionar a flexibilização de benefícios ao segurado recluso com atividade remunerada e seus dependentes, a reversão da perda da qualidade de segurado, a extinção da escala transitória de ~salário-base para enquadramento do salário-de-contribuição dos contribuinte individual e dos segurados facultativos e a extensão do prazo para os entes federados habilitarem-se à compensação entre regimes previdenciários, por questão de justiça e coerência com procedimentos adotados anteriormente, o que completa e valoriza o conteúdo deste trabalho, onde a seriedade e o critério tem seu lugar comum.

Como a Medida Provisória responde afirmativamente aos fins propostos, de ajustar a legislação e disciplinar a matéria nos seus aspectos essenciais, relegando para regulamentação o detalhamento da execução, especialmente o procedimental, considero-a, sob o ângulo do mérito, em condições de aprovação.

Não obstante a essas colocações, entendo fundamental para a plena eficácia do presente instrumento que a mesma seja regulamentada pelo Poder Executivo no menor prazo possível, especialmente no que tange ao art. 10, que trata do aumento ou diminuição das contribuições para financiamento do seguro de acidentes de trabalho e outros benefícios associados a condições ambientais de trabalho adversas. Assim, mesmo reconhecendo que a sua operacionalização desse dispositivo possa comportar alguma dificuldade em relação ao levantamento da situação individual das empresas, acho conveniente a fixação de um prazo não superior a trezentos e sessenta dias da sua publicação.

Por essa razão, apenas com caráter indicativo, proponho projeto de lei de conversão, com vistas à inclusão de um novo dispositivo, identificado como art. 14, renumerando-se os demais, a fim de que o governo considere a prioridade de regulamentação da matéria. Tal providência serve também tacitamente para delimitar a existência de disposições, sobretudo as vinculadas a benefícios, que são auto-aplicáveis, e outras, sujeitas à regulamentação, mas em prazo substancialmente menor, a critério do Poder Executivo.

De passagem, ao examinar o texto quanto aos prazos e forma de recolhimento de contribuições de cooperados, particularmente em relação às cooperativas de trabalho e de produção, detecte a falta, no primeiro caso, de uma maior correspondência de tratamentos com a situação dos seus cooperados, enquanto contribuintes individuais, e, no segundo, o assunto comportava maiores e mais aprofundadas discussões, dadas as suas peculiaridades. Ambas as constatações justificam: uma disciplinação compatível para as cooperativas de trabalho e a exclusão, das cooperativas de produção para abordagem desse assunto em nova oportunidade, ensejando a modificação a do art. 4º, § 1º, na forma do projeto de lei de conversão anexo, para atender as duas circunstâncias.

Afinal, deparei-me com uma lacuna conceitual no art. 1º da medida provisória, que, deixando de definir com precisão o que é uma cooperativa de produção, tende a suscitar dúvidas e dificuldades de entendimento ou de aplicação das suas disposições, merecendo por isso, ainda dentro do projeto de lei de conversão, o acréscimo de um § 3º no art. 1º, capaz de suprir essa omissão.

Conclusão

Em face do exposto, sem quaisquer óbices em contrário, voto pela aprovação do texto da Medida Provisória nº 83, de 2002, na forma do projeto de lei de conversão, por sua conformidade com a ordem jurídico-constitucional.

Sala das Sessões, de março de 2003. – Deputado **Rafael Guerra**, Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2003

(Da Medida Provisória nº 83,
de 12 de dezembro de 2002)
(Sr. Rafael Guerra)

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social aplicam-se, também, ao cooperado filiado à cooperativa de trabalho e de produção que trabalha sujeito a condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física.

§ 1º Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 2º Será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

§ 3º Considera-se cooperativa de produção aquela em que seus associados contribuem com serviços laborativos ou profissionais para a produção em comum de bens, quando a cooperativa detenha por qualquer forma os meios de produção.

Art. 2º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto que contribuir na condição de contribuinte individual ou facultativo não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

§ 1º O segurado recluso não terá direito aos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria durante a percepção, pelos dependentes, do auxílio-reclusão, ainda que, nessa condição, contribua como contribuinte individual ou facultativo, permitida a opção, desde que manifestada, também, pelos dependentes, ao benefício mais vantajoso.

§ 2º Em caso de morte do segurado recluso que contribuir na forma do § 1º, o valor da pensão por morte devida a seus dependentes será obtido mediante a realização de cálculo, com base nos novos tempos de contribuição e salários-de-contribuição correspondentes, neles incluídas as contribuições recolhidas enquanto recluso, facultada a opção pelo valor do auxílio-reclusão.

Art. 3º A perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão das aposentadorias por tempo de contribuição e especial.

Parágrafo único. Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo até o dia dois do mês seguinte ao da competência.

§ 1º As cooperativas de trabalho arrecadarão a contribuição social dos seus associados como contribuinte individual e recolherão o valor arrecadado até o dia quinze do mês seguinte ao do efetivo repasse a elas dos resultados de sua atividade laborativa ou profissional.

§ 2º A cooperativa de trabalho e a pessoa jurídica são obrigadas a efetuar a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS dos seus cooperados e contratados, respectivamente, como contribuintes individuais, se ainda não inscritos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao contribuinte individual, quando contratado por outro

contribuinte individual equiparado a empresa ou por produtor rural pessoa física ou por missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras, e nem ao brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo.

Art. 5º O contribuinte individual a que se refere o art. 4º é obrigado a complementar, diretamente, a contribuição até o valor mínimo mensal do salário-de-contribuição, quando as remunerações recebidas no mês, por serviços prestados a pessoas jurídicas, for inferior a este.

Art. 6º O percentual de retenção do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, a cargo da empresa contratante, é acrescido de quatro, três ou dois pontos percentuais, relativamente aos serviços prestados pelo segurado empregado, cuja atividade permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.

Art. 7º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais, as decorrentes da sub-rogação e as demais importâncias descontadas na forma da legislação previdenciária.

Art. 8º A empresa que utiliza sistema de processamento eletrônico de dados para o registro de negócios e atividades econômicas, escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária é obrigada a arquivar e conservar, devidamente certificados, os respectivos sistemas e arquivos, em meio digital ou assemelhado, durante dez anos, à disposição da fiscalização.

Art. 9º Fica extinta a escala transitória de salário-base, utilizada para fins de enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo filiados ao Regime Geral de Previdência Social, estabelecida pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Art. 10. A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do

trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social.

Art. 11. O Ministério da Previdência e Assistência Social e o INSS manterão programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, a fim de apurar irregularidades e falhas existentes.

§ 1º Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, a Previdência Social notificará o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, no prazo de dez dias.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º far-se-á por via postal com aviso de recebimento e, não comparecendo o beneficiário nem apresentando defesa, será suspenso o benefício, com notificação ao beneficiário.

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela notificação postal, sem que tenha havido resposta, ou caso seja considerada pela Previdência Social como insuficiente ou improcedente a defesa apresentada, o benefício será cancelado, dando-se conhecimento da decisão ao beneficiário.

Art. 12. Os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2004 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999, concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal.

Art. 13. Aplicam-se ao disposto nesta medida provisória, no que couber, as disposições legais pertinentes ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará o art. 10 desta lei no prazo de trezentos e sessenta dias.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto aos §§ 1º e 2º do art. 1º e aos arts. 4º a 6º e 9º, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da sua publicação.

Brasília, 26 de fevereiro de 2003. — **Rafael Guerra.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA			MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.					PODER EXECUTIVO (MSC 1101/02)
					Sancionado ou promulgado
					Publicado no Diário Oficial de
					Vetado
					Razões do veto-publicadas no
ANDAMENTO					
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					

MESA
 Despacho: Submeta-se ao Plenário.
 Prazos: para apresentação de emendas de 14.12 a 19.12.02; para tramitação na Comissão Mista de 13.12.02 a 22.02.03, na Câmara dos Deputados de 23.02 a 08.03.03 e no Senado Federal de 09 a 22.03.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 23 a 25.03.03; para sobrestar a pauta: a partir de 26.03.03; para tramitação no Congresso Nacional de 13.12.02 a 09.04.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 10.04 a 08.06.03.

PLENÁRIO
 Discussão em turno único.
 Retirada de pauta em face do acordo entre os Senhores Líderes.

PLENÁRIO
 Discussão em turno único.
 Aprovação do requerimento do Dep Samey Filho que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.

PLENÁRIO
 Discussão em turno único.
 Retirada de pauta em face do acordo entre os Senhores Líderes.

C' 'A...

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83		ANO 2002	(Verso da folha 01)
1	ANDAMENTO		
2			
3			
4	11.03.03		
5			
6			
7			
8	12.03.03		
9			
10			
11			
12			
13	13.03.03		
14			
15			
16			
17			
18	25.03.03		
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29	26.03.03		
30			
31			
32			
33			
34			
35			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 83 ANO 2002 (Folha 02)

ANDAMENTO

1	
2	PLENÁRIO
3	(Continuação da página anterior).
4	Discussão desta matéria pelos Deps Arnaldo Faria de Sá e Abelardo Lupion.
5	Encerrada a discussão.
6	Votação preliminar em turno único.
7	Aprovação, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, do parecer do relator da CMCN, na parte em que
8	manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua
9	adequação financeira e orçamentária.
10	Votação, quanto ao mérito, em turno único.
11	Encaminhamento da votação pelos Deps Dr. Rosinha e Colbert Martins.
12	Aprovação do PLV 000022003, ressalvado o destaque.
13	Prejudicada a apreciação desta MPV.
14	Em votação o parágrafo único do artigo 3º do PLV 000022003, objeto do requerimento de DVS da Bancada do PC do B.
15	Encaminhamento da votação do DVS pelo Dep Daniel Almeida.
16	Mantido o dispositivo.
17	Votação da redação final.
18	Aprovação da redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
19	A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.
20	(PLV 2-A/03)
21	
22	
23	MESA
24	Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.876, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providência.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – O Senhor Presidente da República adotou, em 26 de março de 2003, e publicou no dia 27 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 113, de 2003**, que “Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
<u>Bloco (PT/PSB/PTB/PL)</u>	
<u>Tião Viana (PT)</u>	1.Roberto Saturnino (PT)
<u>Antonio Carlos Valadares(PSB)</u>	2.Ana Júlia Carepa(PT)
<u>Magno Malta (PL)</u>	3.Flávio Arns (PT)
<u>Fernando Bezerra(PTB)</u>	4.Ideli Salvatti (PT)
<u>PMDB</u>	
<u>Renan Calheiros</u>	1.Sérgio Cabral
<u>Juvêncio da Fonseca</u>	2.Luiz Otávio
<u>Hélio Costa</u>	3.Ney Suassuna
<u>PFL</u>	
<u>José Agripino</u>	1.Demóstenes Torres
<u>Leomar Quintanilha</u>	2.Efraim Moraes
<u>Paulo Octávio</u>	3.Rodolpho Tourinho
<u>PSDB</u>	
<u>Arthur Virgílio</u>	1.Antero Paes de Barros
<u>Romero Jucá</u>	2.Lúcia Vânia
<u>*PDT</u>	
<u>Jefferson Peres</u>	1.Almeida Lima

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
<u>PT</u>	
<u>Nelson Pellegrino</u>	1.Fátima Bezerra
<u>Arlindo Chinaglia</u>	2.Iriny Lopes
<u>PFL</u>	
<u>José Carlos Aieluia</u>	1.Kátia Abreu
<u>Rodrigo Maia</u>	2.Antônio Carlos Magalhães Neto
<u>PMDB</u>	
<u>Eunício Oliveira</u>	1.Asdrúbal Bentes
<u>Mendes Ribeiro Filho</u>	2.Carlos Eduardo Cadoca
<u>PSDB</u>	
<u>Jutahy Júnior</u>	1.Eduardo Gomes
<u>Custódio Mattos</u>	2.Aloysio Nunes Ferreira
<u>PPB</u>	
<u>Pedro Henry</u>	1.Celso Russomanno
<u>PTB</u>	
<u>Roberto Jefferson</u>	1.Fernando Gonçalves
<u>PL</u>	
<u>Valdemar Costa Neto</u>	1.Bispo Rodrigues
<u>PSB</u>	
<u>Eduardo Campos</u>	1.Renato Casagrande
<u>PDT*</u>	
<u>Neiva Moreira</u>	1.Dr. Hélio

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 27-3-2003;
- Designação da Comissão: 28-3-2003;
- Instalação da Comissão: 31-3-2003;
- Emendas: até 2-4-2003 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 27-3-2003 a 9-4-2003 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 9-4-2003;
- Prazo na CD: de 10-4-2003 a 23-4-2003 (15º ao 28º dia);

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. 60-03/ SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o meu nome como membro titular, e o do Senador Marcelo Crivella, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 95, de 26-12-2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Magno Malta** Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 95, de 2002**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 61-03/ SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o meu nome como membro titular, e o do Senador Aelton Freitas, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 71, de 3-10-2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Magno Malta**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Magno Malta e Aelton Freitas para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 71, de 2002**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 62-03/ SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o meu nome como membro titular, e o do Senador Marcelo Crivella, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 101, de 30-12-2002**.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Magno Malta**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 101, de 2002**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 63-03/SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o meu nome como membro titular, e o do Senador Marcelo Crivella, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 106, de 23-1-2003**.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Magno Malta**, Líder do PF.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 106, de 2003**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.064-03/SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o nome do Senador Aelton Freitas, como membro titular, e o do Senador Marcelo Crivella, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 80, de 29-11-2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Magno Malta**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Aelton Freitas e Marcelo Crivella para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 80, de 2002**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 65-03/SF.LID-PL

Brasília, 25 de março de 2003

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2, de 200-CN e na condição de Líder do Partido Liberal-PL, indico o nome do Senador Aelton Freitas, como membro titular, e o do Senador Marcelo Crivella, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 83, de 12-12-2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – **Magno Malta**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – A Presidência designa os Srs. Senadores Aelton Freitas e Marcelo Crivella para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 83, de 2002**, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Heráclito Fortes e Amir Lando enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, com grande alegria, subo a esta Tribuna para registrar a premiação, pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, edição 2002, do Projeto Anike 2002, implantado no Estado de Roraima, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Trata-se de iniciativa que visa a fortalecer a auto-estima e a autonomia dos povos indígenas de Roraima, através da capacitação de professores indígenas e da produção de material didático diferenciado, a partir da própria história oral desses povos.

Aquela unidade da Federação, situada no extremo norte do nosso País, com área mais ou menos equivalente à da do estado de São Paulo, é habitado por 14 povos indígenas, ocupantes de 40% de seu território.

Na visão anterior ao Projeto Anike, a escola ensinava os índios a migrar para as cidades, a abandonar suas tradições e a absorver os conhecimentos baseados na realidade urbana. Assim, os aprendizes não raramente se entregavam às drogas e aos vícios, desvirtuando-se de suas origens antropológicas e culturais.

A realidade cruel começou a mudar na década de 90, quando o MEC obrigou as escolas a reconhecer a diversidade sociocultural e lingüística do país.

Com o surgimento da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, iniciou-se uma profunda mudança daquela realidade, pois a OPIR, além de ensinar a captação de recursos financeiros para as comunidades, passou a promover oficinas de elaboração de projetos. Esse foi o embrião do projeto Anike.

Esta proposta, baseada em crenças e mitos dos Makuxi, se desenvolveu a partir do ano 2000, quando o MEC propiciou curso de capacitação para 40 professores indígenas, enfatizando a história oral, por meio de entrevistas em aldeias de etnias diferentes, procurando ouvir os mais velhos ou os que soubessem relatar lendas e histórias de seu povo.

O material foi classificado em diversas categorias, partindo-se, daí, para a redação de textos históricos e ilustrações.

Dessas oficinas nasceu, na sua plenitude, o Projeto Anike, que ampliou a participação da comunidade na vida escolar, incluiu as atividades comunitárias no processo de aprendizagem, integrou crianças e adultos, valorizou a biodiversidade do local onde moram e resgatou conhecimentos tradicionais.

Enfim, Sr. Presidente, há uma revolução no sistema de educação indígena, que sai das salas de aula tradicionais e ganha dimensões muito mais amplas, com a participação de todos.

Por oportuno, convém registrar alguns dados do projeto:

Atualmente, já beneficia cerca de cento e trinta professores indígenas daquele Estado, pretendendo-se que alcance todos os onze mil alunos indígenas de Roraima.

Além disso, já foram editados dois livros de História, escritos na língua makuxi, destinados às 1^{as} e 2^{as} séries do Ensino Fundamental. Será lançado, ainda, um livro de História e Geografia, nas línguas makuxi, wapichana e português, para os alunos da 5^a a 8^a séries.

E mais: o projeto contará, em breve, com um curso universitário para a formação de professores indígenas, em parceria com a Universidade Federal de Roraima.

O projeto Anike, Senhoras e Senhores Senadores, é iniciativa que orgulha a todos os roraimenses e, por isso, mereceu a premiação que aqui registro, com alegria, esperando que seus frutos se espalhem por todos os povos indígenas do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim hoje a esta tribuna para deixar registrada uma importante análise feita por um conterrâneo, o Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, a respeito do momento delicado por que passa o Poder Judiciário no nosso País. Não poderia, no entanto, deixar de mencionar – porque todos os fatos em algum momento se tocam – a tentativa do Governo Federal, com a submissão anuência do Governo do Piauí, de reformar às pressas uma penitenciária em Teresina para que ela abrigue aqueles que ninguém quer ter por perto, como perigosos narcotraficantes. Reitero meu mais veemente protesto por essa iniciativa; torço para que ela não se concretize e enfatizo que o Piauí quer mais emprego, investimentos em saúde, educação, estradas, agricultura; presídio, não.

Vivemos um dos momentos mais graves da história recente do nosso País, com a escalada de afronta do crime organizado ao aparato estatal. Toda a sociedade se sente acuada, mas não há como deixar de destacar os assassinatos recentes de dois jovens juizes, que emocionaram todo o Brasil. O Judiciário parece ter se tornado a vítima preferencial desses criminosos, exatamente pelas suas qualidades, por estar agindo com rigor.

E, muitas vezes, o Poder Judiciário tem sido apontado como o responsável por boa parte das mazelas que insistem em freqüentar o cotidiano da vida

brasileira. Essas acusações são tanto mais veementes e recorrentes quanto mais desinformados são os críticos desse Poder, verdadeiro guardião do nosso ordenamento jurídico e dos nossos mais caros valores.

Na verdade, Sr. Presidente, o sistema judiciário brasileiro tem carências e imperfeições estruturais que requerem, para sua superação, um amplo esforço de toda a magistratura e de todos os setores representativos da sociedade. A despeito dessa constatação, não se pode desconhecer o empenho dos juizes, nas mais variadas instâncias, para tornar a Justiça acessível a todas as camadas da população e consentânea com seus anseios e suas necessidades.

Essas observações vêm a propósito da brilhante manifestação do Desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar, no discurso de Abertura do Ano Judiciário de 2003, no Tribunal de Justiça do Piauí.

Ao conclamar seus colegas magistrados para se empenharem na promoção da mais absoluta e rigorosa justiça, em mais uma etapa dos trabalhos forenses, o orador, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça para representar aquela Egrégia Corte na solenidade, fez brilhante defesa do Poder Judiciário, sem escapar, contudo, à visão crítica do descompasso entre o seu efetivo funcionamento e aquilo que dele esperamos.

À pecha de retrógrada e conservadora, ponderou que a postura dos magistrados, mais recentemente, vem compensando os dispositivos legais ultrapassados; à falta de boas leis, ou mesmo à lacuna de normas legais para julgar novas relações de consumo ou fatos relacionados com o avanço tecnológico, contrapôs que a Jurisprudência tem ajustado o arcabouço jurídico à realidade social; ao conservadorismo de normas concernentes a questões morais, opôs o entendimento equilibrado e flexível dos magistrados atentos com os novos tempos.

Sobretudo, Sr. Presidente, o Dr. Raimundo Nonato da Costa Alencar, ao desvendar o panorama do Judiciário brasileiro, demonstrou que as imperfeições do sistema não são de sua exclusiva responsabilidade, devendo essa ser compartilhada com o Poder Legislativo, que há muito vem postergando as deliberações sobre a propalada Reforma do Poder Judiciário; e com o Poder Executivo, freqüentemente responsável pela protelação ou pelo descumprimento de decisões judiciais, até mesmo de sentenças transitadas em julgado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o ilustre conterrâneo não ataca gratuitamente os demais poderes, mas, antes, esclarece que o Poder Judiciário, embora autônomo, é interdependente em relação aos demais, inferin-

do-se, daí, que os três segmentos do Poder Público devem evoluir de forma sincronizada e constante.

Ao destacar as palavras do Desembargador, quero cumprimentar toda a magistratura piauiense por seus esforços permanentes de qualificação dos juízes e dos serventuários, e apelar aos colegas deste Parlamento para que apreciemos, o mais rápido possível, as propostas que integram a Reforma do Poder Judiciário.

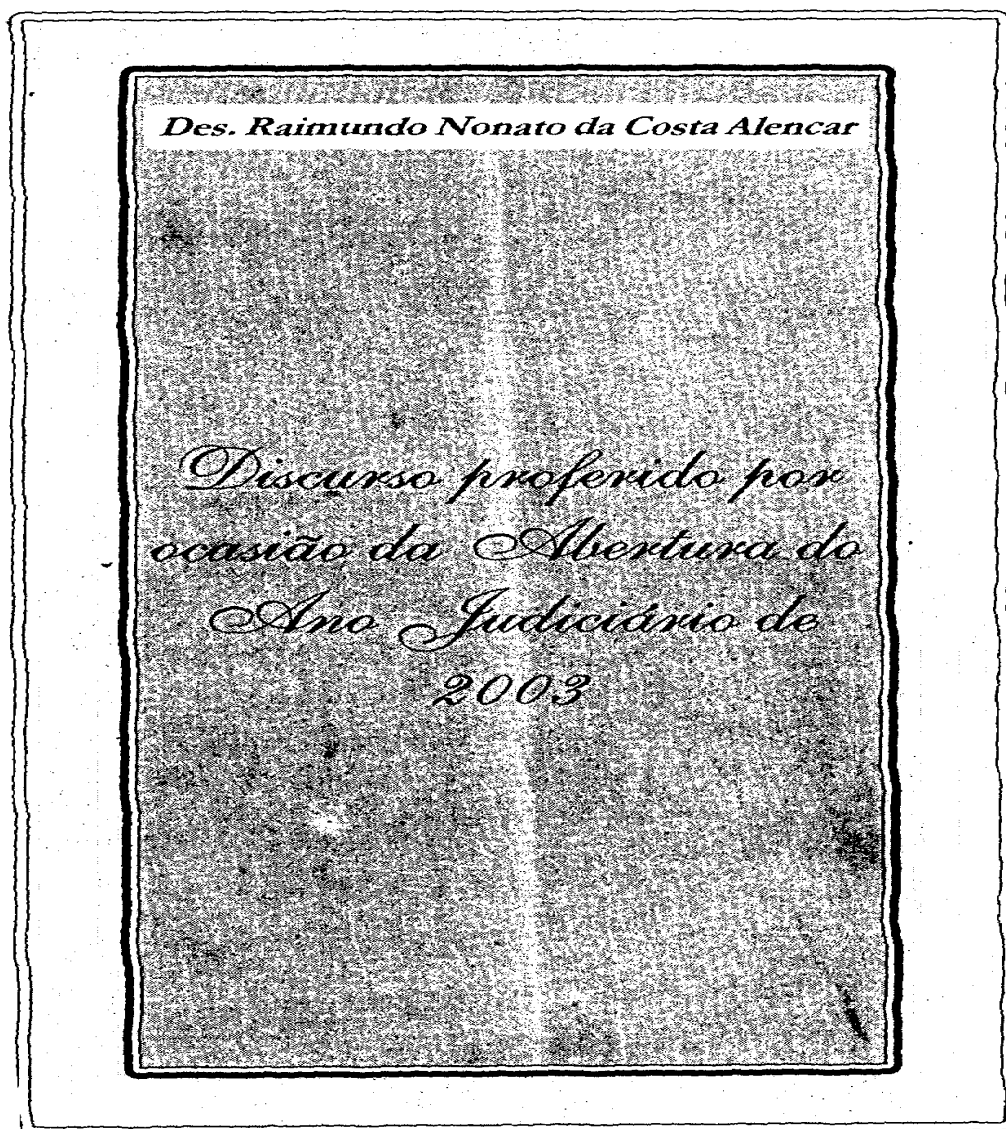
Finalmente, Sr. Presidente, solicito a transcrição nos Anais desta Casa Legislativa do discurso com que

o Dr. Raimundo Nonato da Costa Alencar abriu os trabalhos forenses do ano de 2003 na Justiça do Piauí, por acreditar que representa uma efetiva contribuição para a compreensão dos problemas que hoje afetam o sistema judiciário e setores diversos da vida brasileira.

Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*



Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar

EM PROL DA JUSTIÇA (¹)

Raimundo Nonato da Costa Alencar(²)

Inseriu-se no programa desta solenidade – o que já se tornou uma tradição – a entrega de certificados aos concludentes de mais um CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA realizado pela ESMEPI, instituição de ensino em nível de pós graduação *lato sensu* ligada à AMAPI e que muito me honra dirigir. Receberão os seus certificados neste ensejo os alunos do XVII Curso. Foi inserida, também, a entrega de certificados aos juízes de direito que participaram do *ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE* que o Tribunal, em convênio com a mesma ESCOLA, levou a efeito nos meses de novembro e dezembro últimos, visando ao treinamento dos juízes substitutos recém-ingressos na nossa Justiça, mas que serviu também – por oportuna lembrança de Vossa Excelência, senhor Presidente – para reciclar alguns magistrados de primeira entrância, só não alcançando a todos – como era ainda do seu desejo – porque, compor uma só turma com maior número de participantes àquela altura, poderia ser contraproducente.

Assim, senhor Presidente, ao tempo em que – ainda tomado por justificado orgulho – agradeço a gentil deferência de Vossa Excelência pela minha escolha, a fim de ser o intérprete dos sentimentos desta egrégia Corte de Justiça no limiar de mais um ano de trabalho do Judiciário Piauiense, peço vênias para, antes de tentar me desincumbir da honrosa e difícil tarefa, dirigir algumas palavras de congratulações e incentivo aos alunos e aos juízes que daqui a pouco serão laureados.

Aos primeiros, relembro o que muitas vezes lhes disse em sala de aula: ficarei também muito feliz no dia em que vocês, a exemplo de inúmeros outros ex-alunos da ESCOLA, ingressarem no Judiciário, de preferência no Judiciário do nosso Estado. Sei que são capazes de fazê-lo e que poderão ser bons magistrados, ainda mais agora, quando acabam de passar por um extenuante curso preparatório de setecentas

e vinte horas, praticamente um ano inteiro, a grande maioria, se não todos, com enorme sacrifício, como o de cuidar da faina diária em suas profissões e ter ainda que freqüentar aulas todas as noites.

Aos segundos, digo que muito me gratifica a certeza de que, mesmo tendo sido de curta duração, o estágio lhes será bastante útil. Certamente não os fez e nem poderia fazê-los da noite para o dia melhores juizes do que já são, mas lhes deu, sem dúvida, um norte mais seguro para o desempenho da função jurisdicional - que é onde o magistrado se lapida, realmente. De fato, o aprimoramento da função judicante não está apenas em cursos preparatórios ou de reciclagem, por mais dedicados que sejam os alunos que os freqüentem e brilhantes os professores que os ministrem. Está da mesma maneira - inclusive para os mais preparados intelectualmente - no próprio amadurecimento do julgador, na sua vivência e tirocínio, na experiência profissional, enfim, que só o tempo tem o condão de lhe oferecer.

A propósito da experiência e de outras virtudes que caracterizam o bom juiz, o legendário desembargador Edgar de Moura Bittencourt - um ícone entre os seus conterrâneos, os magistrados de São Paulo - deixou primorosos ensinamentos em seu livro "O Juiz", uma coletânea de crônicas que **"trata dos temas eternos da Magistratura, aplicados à realidade brasileira"**, na opinião do também desembargador paulista, Sidnei Agostinho Beneti, ex-diretor da Escola Nacional da Magistratura, em artigo na Revista "Aurora", publicação cultural da AMB ainda em seu primeiro número. De suas lições, todas igualmente preciosas, duas, no entanto, parecem-me ter sido dirigidas de forma especial aos magistrados mais jovens ou menos experientes. Portanto, deixem-me que as leia como encerramento das minhas palavras de felicitações a vocês e aceitem-nas como um incentivo a mais para a carreira que abraçaram.

Assevera uma dessas lições, com inteira propriedade: **"Em verdade, de todas as virtudes do juiz a que menos importa, no início da carreira, é sua bagagem cultural. Em havendo uma base, mesmo modesta, de conhecimentos, de par com o coeficiente**

moral e a vontade de realizar-se no mister dignificante de julgar, o jovem magistrado se aperfeiçoará com o tempo. Aliás, assim se tem verificado, pois o amadurecimento técnico na arte de aplicar o Direito, paulatinamente obtido, oferece melhores resultados do que o acúmulo de doutrinas e teorias que geram compromissos e põem em risco a justa decisão em cada caso trazido ao Pretório”.

A outra, com não menos acerto, instiga: “O homem talhado para juiz é geralmente uma criatura desprestigiada. Seu ideal purifica-se em ambições espirituais, pouco ou quase nunca desviadas para planos materiais e muito assentadas no âmbito da consciência. Pode e deve ser criatura sociável como as demais; em regra, porém, é desfeito às seduições do mundanismo que o cerca. Se não fosse assim, no estado atual da Magistratura brasileira, os bons elementos que nela se encontram não a teriam procurado, pela modéstia das condições pecuniárias que apresenta”.

Desejo, ainda, senhor Presidente, mais uma concessão, agora para evitar falta que reputaria imperdoável. Permita-me registrar os meus sinceros agradecimentos aos competentes professores da ESCOLA, muitos aqui presentes para satisfação de todos nós. Agradecimentos que estendo aos seus funcionários, os quais cumprimento na pessoa do seu supervisor, o ilustrado juiz - além de professor dileto e competente - Dr. José Bonifácio Júnior, meu particular amigo.

Sem a pronta e eficiente ajuda de todos eles - professores e servidores - não teria sido possível à ESCOLA colaborar para uma melhor qualificação profissional de mais de oitocentos bacharéis em Direito, nos dezessete cursos até agora realizados. Bacharéis, acentuo feliz, quase todos vitoriosos em concursos levados a cabo dentro e fora deste Estado para as mais variadas carreiras jurídicas - principalmente para a Magistratura, nos seus segmentos diversos.

Posto isso, tomo, finalmente, a incumbência honrosa que, repito, me foi deferida para, em nome desta colenda Corte de Justiça, saudar ao Judiciário e aos magistrados piauienses quando, oficialmente, com esta solenidade, recomeçam os trabalhos forenses do corrente ano.

A regularidade com a qual esse mister se renova a cada exercício sempre me leva a meditar profundamente na importância do papel do Poder Judiciário para a sociedade. Faz-me ter presente que nenhuma nação moderna pode ser considerada democrática, se não tiver uma Justiça feita por juízes vocacionados, independentes e imparciais; uma Justiça que tenha por primado a Constituição e as leis, única e saudável maneira de se impedir ou extirpar a arbitrariedade e o desrespeito aos direitos e garantias fundamentais do homem e da coletividade. Maneira ideal, portanto, de não se deixar que prevaleça o império do mais forte, do mais atrevido, do mais astucioso, do mais oportunista, de todos aqueles, enfim, cuja ambição não lhes permite enxergar além dos seus próprios interesses, geralmente mesquinhos ou escusos.

Tal constatação, embora seja motivo para envaidecer o magistrado, pois só a ele cabe a incomensurável tarefa de realizar a Justiça, deve trazer-lhe, antes, a consciência inabalável de que a responsabilidade do múnus é diretamente proporcional a sua grandiosidade. Quiçá não esteja aí a razão pela qual muitos juristas, beirando o romantismo por acendrado respeito e admiração à Magistratura, vejam na missão dos juízes um mister quase divino, ao ponto de dizer que só a eles, dentre os simples mortais, Deus reservou uma infinitésima parcela de sua transcendental Onipotência: julgar os outros homens.

Seja ou não assim, o certo é que - onde reina o Estado Democrático de Direito - cabe exclusivamente ao juiz decidir da liberdade humana, retirando ou trazendo do ou para o meio social aquele que delinqüiu. Cabe-lhe, também, unir legalmente o homem à mulher, bem como separá-los, desfazendo a sociedade conjugal; não sem se descurar da sorte dos filhos menores do casal, por acaso existentes, estabelecendo com quem eles devam ficar, sem que lhes deixe faltar o essencial a uma vida digna. Reserva-lhe mais a lei determinados e não menos relevantes encargos de interesse da sociedade em geral, como velar incessantemente pela criança e pelo adolescente em situação irregular, resguardando os seus direitos e punindo-os quando necessário. Incumbem-lhe os preceptivos legais, ainda, de

repartir o acervo hereditário, retirar do patrimônio do devedor inadimplente o que deva satisfazer ao credor, zelar pela equitativa e justa distribuição da terra, resguardar o acato à honra alheia, além de muitas outras ingentes tarefas.

As escrituras sacras ou leigas, por seu turno, desde os mais remotos tempos, proclamam a necessidade da Justiça para viabilizar a vida em sociedade, *habitat* natural do Direito. Converter o poder em autoridade, utilizar a força somente para a proteção dos seres humanos e promover a ordem tem sido o desejo dos homens de bem ao longo da História da Humanidade, sonho impossível sem a Justiça, o que só ratifica a convicção de que sem ela não existe cidadania.

Inegável que a Justiça tem as suas imperfeições, das quais, aliás, jamais se libertará, pois é praticada por seres humanos tão falíveis quanto qualquer outro. A despeito disso, sempre criticam-na dura e, não raro, injustamente. Tacham-na de excessivamente formal, esquecidos de que a solenidade é característica de que não se deve despir, pois se estaria despindo de parte de sua própria majestade. Atribuem-lhe a pecha de retrógrada e conservadora, olvidando que de um bom tempo para cá os magistrados passaram a assumir postura mais atuante e transparente perante a sociedade, livrando-se, por sinal, da idéia tímida e superada de que o “juiz só deve falar nos autos”. Acham-na morosa, mas não esclarecem que a morosidade - particularmente no Brasil - é consequência de variados fatores, que se conjugam e que dizem respeito, também, aos dois outros poderes da República, tornando-os igualmente responsáveis por ela.

Com efeito, a morosidade deve ser da mesma forma atribuída ao Legislativo porque esse Poder não procura, com a indispensável presteza, viabilizar a melhoria da Justiça, inclusive estruturalmente, tanto que até hoje - embora o projeto tramite ali há quase uma década - os nossos congressistas não se dignaram de votar a, segundo eles próprios, tão necessária e urgente “Reforma do Judiciário”; assim como não cuidam de votar, com a pressa igualmente esperada, leis mais compatíveis com

a celeridade que uma causa requer nos tribunais. Deve ser ao Executivo porque, além desse Poder jamais ter admitido de bom grado a autonomia financeira que a Constituição Federal de 88 deu ao Judiciário - a qual, diga-se de passagem, talvez por isso não seja respeitada como devia -, vem sendo a Administração Pública, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), a grande responsável pela protelação ou o descumprimento das decisões judiciais, até mesmo de sentenças transitadas em julgado.

Apesar de tudo, na falta de boas leis ou de leis - tanto de forma quanto de substância - capazes de alcançar os fatos jurídicos advindos, principalmente, do admirável e requintado avanço tecnológico, das modernas e insensíveis relações de consumo, intensificadas por práticas comerciais até pouco tempo impensáveis, e do próprio comportamento da sociedade, que não mais aceita por tabus determinados preconceitos, o Judiciário procura fazer a sua parte. Destarte, através das decisões reiteradas e uniformes dos tribunais, isto é, da Jurisprudência, tem ajustado leis vigentes - mas ultrapassadas - à realidade social, dando ao inusitado a solução que o Direito reclama. É como se estivesse - e de fato está - julgando *de lege ferenda*, ou seja, de acordo com a lei que está por vir. Mas não só isso. É como se estivesse dando ao Legislativo - o que efetivamente ocorre - a solução legal, pronta e acabada, que a norma em vigor não podia mesmo oferecer e que a falta de percepção do legislador, quando não a sua inércia, o impediu de encontrar.

Prova incontestável dessa colaboração para com a atualização e eficácia' do ordenamento jurídico pátrio pode ser retirada, dentre outras, das soluções que o Judiciário deu no campo do Direito das Obrigações, fazendo por onde evoluíssem, através de julgamentos vanguardeiros, teorias racionais, como a da imprevisão e da equação financeira do contrato, sem contar o notável avanço no desfecho das causas abrangentes do complexo tema da responsabilidade civil, de modo singular nas indenizações por danos morais. No do Direito de Família, tema delicadíssimo, face, sobretudo,

ao conservadorismo que ainda impera em alguns segmentos sociais, notadamente quanto ao casamento civil, conciliou o rigor excessivo de leis antiquadas com os avanços e imposições da hora presente, contribuindo, diga-se de passagem, para o reconhecimento - na própria Lei Maior do País - da união estável do homem e da mulher como entidade familiar. No do Direito Penal, humanizou a aplicação da pena e depurou conceitos, além de afastar preconceitos, visando, principalmente, reintegrar o criminoso à sociedade. Neste ponto mais do que nos outros, enfrentando - como enfrenta ainda - incríveis e injustificáveis dificuldades, a partir da ineficiência ou inexistência dos meios instrumentais de que deveria dispor, como estabelecimentos prisionais em número suficiente e verdadeiramente adequados à finalidade da pena.

Outra expressiva colaboração para com a atualização e eficácia legislativa no Brasil vem sendo dada pela ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA. Demonstrando que os juizes não querem ser simples espectadores da elaboração das leis ou seus frios e meros aplicadores, a referida entidade encaminhou - e continua encaminhando - ao Congresso Nacional anteprojetos de lei relacionados, sobretudo, com reformas imprescindíveis tanto ao Código de Processo Civil quanto ao de Processo Penal, objetivando aprimorá-los ainda mais. Vale ressaltar que, mercê da excelente técnica jurídica com que foram elaborados, quase todos converteram-se em leis que agora agilizam os procedimentos nessas duas áreas do Direito Público.

Lamentavelmente, o indiscutível e profícuo empenho da Magistratura brasileira na tentativa de ajudar a resolver os graves problemas da nossa Justiça não tem merecido o devido reconhecimento dos seus críticos. Conforta-me saber, no entanto, que as diatribes partem, geralmente, daqueles que, inconformados com decisões, cujos desfechos pretendiam conduzir ao seu talante, quando não de acordo com os seus escusos interesses, transformaram-se - por não terem conseguido - em impiedosos algozes do Judiciário.

Felizmente, existem - e em bem maior número - aqueles que, mesmo criticando o Judiciário, o fazem imparcialmente, demonstrando que outro intuito não têm, senão o de ver um Poder mais consentâneo com os anseios populares. Há ainda, embora não em número tão expressivo quanto desejado, os que se preocupam e denunciam, sempre que podem, a constante e velada intenção de se solapar as garantias da Magistratura, as quais, só os néscios não sabem, são, em verdade, menos garantias dos juízes e mais dos próprios cidadãos.

Só deploro não existir ninguém que, com a mesma regularidade e intensidade das críticas - construtivas ou não - leve ao conhecimento da sociedade as crônicas e ingentes dificuldades pelas quais passam o Judiciário e os juízes brasileiros, mesmo sendo inúmeras as pessoas que, além do pleno conhecimento da situação, têm de fato vez e voz neste País, inclusive pela mídia. Se existisse, o povo há tempos saberia que, ao contrário do que pensa, o juiz leva vida modesta e tem, historicamente, remuneração absolutamente desproporcional à dignidade e às responsabilidades do cargo, além de mourejar, invariavelmente, em precárias condições, a começar por fóruns que mais se assemelham a pardieiros. Saberá que, diferentemente de muitos no serviço público, ele só pode exercer, afora a sua, uma atividade remunerada - a de professor. Saberá que, além de não ter certas benesses conferidas a muita gente por aí, quase tudo de que ele necessita para o seu trabalho é adquirido a sua expensas.

Realmente, o erário não paga aos juízes códigos, livros ou revistas de Direito e nem lhes financia cursos de atualização profissional ou participação em eventos jurídicos. Também não lhes compra computadores, não lhes fornece meios para se vestirem elegantemente e não arca com as suas despesas telefônicas ou de correspondências pessoais. Não fosse suficiente, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79) lhes impõe vedações inexistentes para outras categorias funcionais, de sorte que não têm eles várias vantagens pecuniárias como: adicional de periculosidade, auxílio transporte, auxílio moradia, jetom por sessões ou audiências, horas extras, décimo quarto e décimo quinto salários e por aí afora ...

Soubesse o povo disso e também poderia deduzir que talvez estejam aí, no salário pouco atrativo e nas proibições incompreensíveis ou discriminatórias, os motivos que provocam, dentre outros malefícios, como a perda de gente qualificada, uma gritante inversão hierárquica, relativa ao Judiciário, detectada por Hédio Mosimann, ministro aposentado do egrégio Superior Tribunal de Justiça. Segundo ele, **“na União e em alguns estados, os membros das denominadas funções essenciais à Justiça - o MP, a Advocacia Geral e a Defensoria Pública - auferem vencimentos superiores aos dos magistrados, embora, ressalve-se, não tendo remuneração igualmente condigna”**.

Há, contudo, inversão hierárquica mais alarmante ainda, essa de todo absurda, sob todos os aspectos e que, por isso, o povo talvez nem imagine existir. É a consistente em que, no serviço público federal e dos estados, não são poucos os servidores integrantes do segundo e até terceiro escalões do Executivo - ou de funções subalternas do Legislativo e do próprio Judiciário - que ganham melhor do que os juízes e, em certos casos, do que os próprios ministros dos tribunais superiores e desembargadores.

Falando em perda de gente qualificada por conta de vencimentos incompatíveis com a função do magistrado, acho oportuno lembrar agora algo que está deixando-me bastante preocupado. Já perdeu a nossa Justiça, menos de um ano depois da realização, quatro dos trinta e quatro juízes aprovados no seu último concurso, todos, afirmo sem receio de errar, potencialmente talhados para a judicatura. Saíram não só porque preferiram ingressar nas justiças dos seus estados de origem, mas, principalmente, porque ali teriam melhor remuneração e rápida oportunidade de ascender na carreira. Outros quatro ou cinco estão prestes a deixá-la, se é que ainda não o fizeram, porque irão também ganhar melhor - ou na Magistratura ou em outra carreira jurídica da União. Entre eles, segue um piauiense, o Dr. Nazareno César, o primeiro colocado no

certame realizado aqui e que logrou novo primeiro lugar em concurso para a Justiça Federal da 1ª Região.

O grave é que, no caso do Dr. Nazareno, a sua saída não está se dando apenas por uma questão vencimental. Talvez a esteja forçando até mais a falta de perspectiva de promoção, outro fator que, ao lado do financeiro, está abalando visivelmente o entusiasmo de quase todos os colegas de primeiro grau. Digo isso porque o Dr. Nazareno, apesar dos pesares, não esconde de ninguém que a Justiça Comum Estadual é a que o realiza, certamente porque sabe que é nela que habita e moureja o genuíno mediador dos interesses humanos em conflito - o Juiz de Direito.

Urge, portanto, senhor Presidente, estancar a perda de juízes tão promissores, bem como soerguer a alta estima e o entusiasmo da nossa Magistratura, sentimentos que estão arrefecendo a olhos vistos, o que não é bom para ninguém. Por sinal, o primeiro passo Vossa Excelência já está dando para esse fim, ao determinar a implementação do aumento a partir deste mês. Esperou sabiamente – sem atropelos, de forma moderada, porém, firme, como sempre foi do seu feitio de homem e magistrado – que se consumassem os aumentos, tanto dos excelentíssimos ministros dos tribunais superiores quanto dos insígnis deputados deste Estado. Deixou pacientemente, enfim, que todos os possíveis óbices à adoção da medida desaparecessem, qualquer que fosse a situação paradigma a ser considerada – o teto salarial dos ministros do STJ, previsto na Lei 10.474/2002; ou os vencimentos conferidos aos integrantes do Legislativo Piauiense, através da Lei 5.286, de 27 de dezembro último, em vigor a partir de sua publicação.

O segundo passo, a consistir na agilização das promoções, com o preenchimento das varas e comarcas vagas ou criadas há algum tempo, também não tardará a ser dado, todos os magistrados confiam. Sabem, afinal, que Vossa Excelência é um dos que não concordam e acham um grande mal tanta demora nas promoções. Para os juízes que não são promovidos, deles há mais de dez anos, a demora, então, é com certeza bem mais insuportável, além de frustrante.

Concluídos esses marcantes passos, acho que pouco ou nada mais se constituirá empecilho sério a que o Judiciário do Piauí leve a bom termo, no ano forense que hoje se inicia solenemente, como sempre o fez ao longo de sua centenária e vitoriosa existência, aquela que é a sua tarefa primordial: fazer justiça, dando a cada um o que é seu por meio de uma prestação jurisdicional célere e eficaz. Penso, ainda, que todos ganharão. A Magistratura, pela permanência do sangue novo e bom que conseguiu injetar nos seus quadros, mediante um concurso público de indiscutível lisura e dos mais alto gabarito. Os magistrados, porque terão o entusiasmo renovado pela certeza de suas promoções e melhora de vencimentos. E, finalmente, os jurisdicionados, porque voltarão a ter juízes preocupados exclusivamente com as naturais e inevitáveis atribuições da função, que por si sós lhes bastam para já serem merecedores da maior segurança e tranquilidade possíveis.

Por fim, rogando ao Deus Supremo que guie e mantenha sempre no bom caminho aos que fazemos o Judiciário deste Estado, dando-nos a cada um luz e discernimento suficientes para que, em nossos julgamentos, não cometamos erros nem mesmo de entendimento, quanto mais de consciência, desejo aos colegas magistrados, de primeiro e segundo graus, aos serventuários e funcionários deste Poder, do mais humilde ao mais graduado, uma feliz e profícua etapa de trabalho. Sou reconhecido, ainda, pela paciência com a qual as ilustres autoridades aqui presentes e o seletó auditório me ouviram. Muito obrigado.

¹ Discurso proferido por ocasião da Abertura do Ano Judiciário de 2003.

² Desembargador do Tribunal do TJPI, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/PI, Diretor e Professor da Escola Superior da Magistratura do Piauí – ESMEPI.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o medo não pode vencer a esperança. O que o mundo assiste, em tempo real, pela televisão, não é um espetáculo de fogos de artifício. A guerra paralela da mídia impõe uma tempestade de areia sobre a verdade. Não há precisão cirúrgica que possibilite que toneladas de explosivos despenquem, como bolas de fogo, sobre uma cidade povoada por cinco milhões de civis aglomerados e causem apenas a quantidade anunciada de mortos e feridos. São outros, e maiores, os números: os que tombam, corpos mutilados pelas bombas incendiárias e todos nós, corações dilacerados pela covardia, pela insensatez e pela insanidade dos senhores da guerra. A ação “cirúrgica” dos mísseis vai ceifando vidas aos milhares.

As cenas, midiáticas, horrendas, poderiam ser narradas ao som do texto bíblico do Apóstolo João, no sintomático **Apocalipse**:

“Um anjo do abismo chamado Abaddon, em hebreu, Apollyon, em grego e, em latim, Exterminador.

Não será mera coincidência de personagem.

E tocou o sexto anjo a trombeta, e ouvi uma voz que vinha das quatro pontas do altar de ouro que estava diante de Deus, a qual dizia ao sexto anjo, que tinha a trombeta: solta os quatro anjos que estão presos junto ao grande rio Eufrates. E foram soltos os quatro anjos que estavam preparados para a hora, e dia, e mês, e ano, a fim de matarem a terça parte dos homens. E o número dos exércitos dos cavaleiros era de duzentos milhões; e ouvi o número deles. E assim vi os cavalos nesta visão; e os que sobre eles cavalgavam tinham couraças de fogo, e de jacinto, e de enxofre; e a cabeça dos cavalos era como cabeça de leão; e de sua boca saía fogo, e fumaça, e enxofre.”

Pena que a melhor inspiração persista nas páginas do **Apocalipse**.

Não se admite, também, vibrações eufóricas pela derrubada do bombardeiro de última geração, e de seus pilotos robotizados. O que o mundo quer, nas conversas de esquina, nas manifestações barulhentas ou nas orações contritas, é que os que se arvoram em donos do mundo coloquem em prática o dom divino que nos difere dos outros animais: a consciência.

Sem ela, nada nos difere das bestas-feras e de seus instintos.

Francesco Petrarca, poeta italiano do século XIV, considerado um dos precursores do humanismo na Itália, escreveu, em **Triunfo da Morte**:

“Que val ganhades reinos e cidades,
Fazerdes tributárias muitas gentes,
Forçades nações livres e vontades?
Que achais nessas vitórias eminentes?
Trocar sangue por terra e por tesouro?
Melhor sabe na paz aos prudentes.”

Beira o impossível, mas a busca por algo de positivo na crueldade do conflito nos remete às ruas do mundo. Quem sabe o grande “coral” dos prudentes, com todas as vozes, todas as línguas e todos os sotaques, neste solene hino à paz, penetre, enfim, na consciência coletiva e desperte o mundo do sono dos incautos, que inebria e aliena.

Mas, mesmo que todos entoem um mesmo “hino”, e que todos comunguem da mesma “partitura”, somente haverá a melhor afinação se ela for compartilhada e regida por “maestros” capazes de unir as diferenças de cada voz, na melodia de um canto uníssono. No caso, os “maestros” jamais estarão de costas para a platéia, porque é dela a voz. É assim a verdadeira democracia.

O povo brasileiro se uniu neste canto de paz. Mesmo antes das primeiras bombas sobre Bagdá, exigiu mudança de estruturas e elegeu o seu dirigente. O Presidente Lula, profundo conhecedor de todas as vozes e de todos os palcos da vida brasileira, deu o tom: o país também vive uma verdadeira guerra civil não declarada, fruto da exclusão social e dos desequilíbrios regionais e pessoais de distribuição de renda. No Brasil, estatísticas de mortos e de feridos pela violência urbana e rural, não empalmadas pela mídia, dão conta de que, aqui, se morre mais que em muitos conflitos bélicos. Trânsito, narcotráfico, latrocínios, chacinas de toda ordem são, também, o retrato mais que cruel do cotidiano brasileiro, na Rocinha ou em Corumbiara. Na linha Vermelha ou no Eixo Monumental. Em Vila Ângela ou em Eldorado dos Carajás. Nessas residências mais se parecem “autoprisionês” em regimes semi-abertos: saímos, diariamente, para o trabalho e quando (e se) retornamos à noite, trancafiamos-nos atrás de grades e cercas eletrificadas. Nas ruas, a paranóia coletiva transforma-nos em inimigo potencial, sentimento recíproco que se intensifica de acordo com a estratificação social e, desgraçadamente, a mera aparência dos miseráveis amedronta.

A dívida pública brasileira caminha, solenemente, para R\$ 1 trilhão. O país tornou-se refém dos credores. Os ministros das finanças que se sucedem se enredam na armadilha do déficit público. A tributação é espoliativa, principalmente para os assalariados e pequenos empreendedores. A questão da previdência social está a exigir um profundo debate, com todos os segmentos envolvidos na reforma que se dispõe a realizar. A reforma política, a mãe de todas as reformas, contrasta fortes interesses e permanece no arrasto de discussões intermináveis, imóvel e ancorada no vórtice do nada.

Pois bem: o Presidente deu o tom e segmentos importantes do país, uns desafinam, outros impõem condições para suas respectivas “entradas”. Alguns, por inércia e imobilismo; outros porque insistem, ainda, em cobranças de “cachês”, outros mais porque temiam em manter os usos e costumes anteriores.

O mundo está mergulhado, direta ou indiretamente, em uma guerra sangrenta. Os países geograficamente fora do raio dos **Tomahawks** sentem, via satélite, o temor do chamado “efeito orloff”, aquele do “eu sou você amanhã”, porque, além da insensatez e da insanidade, tomou conhecimento do tamanho das garras do invasor, e já se imagina a próxima vítima.

O Brasil foi arremessado nas unhas felinas da globalização. A especulação financeira internacional solapa a nossa capacidade de crescer, impingindo-nos ao nanismo econômico e a todas as suas já conhecidas seqüelas sociais.

Por isso, é inadmissível que fiquemos paralisados ante as mudanças que a população exigiu, através das urnas. Se o debuxo do Governo ainda não é o mais adequado para os mais exigentes, que se contribua na composição de projetos mais adequados. Não se pode negar que o país ainda reclama por um projeto de desenvolvimento nacional, com objetivos claros, de inclusão estrutural de sua população mais pobre e de fortalecimento e prioridade ao seu mercado interno. E, isso, jamais será alcançado com a paralisia de seus artífices mais balizados. Não há canção que agrade a ouvidos moucos, nem pintura, aos olhos vedados.

É esse o cenário onde comparece o PMDB, hoje. Mais uma vez, o partido é chamado a participar, ativamente, da vida política do País, em um momento singular de turbulência mundial e de busca de horizontes internos que permitam dar voz a quem, nem ao menos, é platéia. O PMDB, com Ulisses, enfrentou as garras dos cães da ditadura. Abriu, com Teotônio, as grades da perseguição política. Lutou, com o povo, pelas eleições diretas e esculpiu a Constituição. Não

pode, portanto, mesmo que no pleito legítimo por uma das “maestrias”, dar as costas ao povo que quer, pelo menos, um lugar nesta mesma platéia.

Não há como discordar das intenções do Presidente Lula. Quem seria contrário à idéia de matar a fome dos milhões de brasileiros que continuam à margem das mesas de refeições? Quem se oporia à idéia de alfabetizar os 16 milhões de conterrâneos que ainda continuam na escuridão do analfabetismo? Quem não gostaria de erradicar a dor das filas dos hospitais públicos? Quem discordaria da idéia de uma melhor distribuição pessoal e regional de renda? Quem não gostaria de viver em um país sem violência, onde o Estado respondesse, efetivamente, pela segurança de seus cidadãos? Quem não sonha, enfim, em ser um verdadeiro cidadão, em um país democrático e soberano?

São perguntas cujas respostas beiram o óbvio. São, todas elas, afirmativas. Mas, porque, então, na virada do terceiro milênio, em um país que ostenta todos os micro-climas do planeta, rico em recursos naturais, há fome, dor, analfabetismo, violência, insegurança, disparidades? Porque há, internamente, também, o império das elites, que se mantém há cinco séculos. É dela a terra que se quer dividida. É dela o poder de abrir mão, apenas, das migalhas. Submeteram, historicamente, sob suas rédeas, partidos e governos.

É por isso que o PMDB tem, em seu próprio nome e em sua concepção, a idéia de movimento. Ele nasceu da inquietude do povo brasileiro, na sua aversão natural contra a ditadura. Não se acomodou, nem se submeteu às benesses da elite e de sua sanha pelo poder. Ao contrário, moveu-se, braços dados com o povo, na união de forças mais importante da história brasileira, e que marcou todos os demais movimentos pela democratização do país, até os dias atuais.

Não se concebe, quando o povo elegeu a mudança e reclama pelo movimento, que o PMDB renege a sua história e seu próprio nome e permaneça inerte às sirenes de alerta da fome, da dor, do analfabetismo e da violência.

O PMDB, pela sua experiência histórica, tem que participar da reconstrução do Estado brasileiro. É inadmissível o Estado paralelo, que cala de morte as instituições democráticas. O PMDB, que sempre teve o condão de dar unidade de objetivos às diferenças, tem que contribuir na afinação de vozes, a princípio tão díspares, mas reunidas no uníssono de propósitos. As nossas diferenças são o nosso maior patrimônio. Enfim, o PMDB, pela sua caminhada pela demo-

cracia, tem que tomar parte da travessia. O povo brasileiro é, também, inquietude, movimento, esperança.

O PMDB nasceu sob a bandeira do “movimento democrático”. Num momento de extrema sensibilidade política, quando os porões da ditadura exalavam o odor fétido da tortura e da morte, o partido agasalhou todas as tendências democráticas, que foram às ruas, porque acreditaram na sua força contra os canhões. Portanto, não há outro partido com melhor “fisionomia” do Brasil: um partido e um país ricos nas suas diferenças, que mantêm a unidade na diversidade e que lutam, diuturnamente, por objetivos comuns. O PMDB não pode ser atrelado, sectariamente, a este ou àquele segmento econômico, político ou social: ele congrega, sob uma mesma bandeira, empresários, trabalhadores, representações da sociedade civil organizada, diferentes credos, raças e culturas. O Brasil, enfim.

Enquanto artífice da democracia, nos anos de chumbo, e partícipe de todos os movimentos populares da história recente do país, pelas eleições diretas, pela ética na política, o PMDB é chamado, hoje, a contribuir naquilo que, talvez, seja a consolidação de sua luta: conceber um projeto de desenvolvimento nacional, enquanto resposta ao reclamo das urnas, encampado no discurso oficial do atual Governo. Não se trata de participar, formalmente, da base de sustentação do Governo, mas de colocar em prática um discurso de Governo que coincide com os princípios doutrinários do partido e com os reclamos das ruas. A paralisia não significa, portanto, divergência de propósitos com o Governo. Eles são coincidentes. A paralisia é, de fato, um afronta aos próprios princípios que norteiam a existência do partido.

O Brasil ostenta todos os ingredientes necessários para se conceber esse projeto de desenvolvimento nacional. Mercado interno de 170 milhões de consumidores potenciais. Recursos edafo-climáticos sem similaridade internacional. Possibilidades de produção agropecuária em todas as épocas do ano, o que permite vantagens comparativas consideráveis no mercado externo. Parque industrial com significativa capacidade de expansão. Mão de obra abundante. O maior rio. A maior floresta. Centros de produção de conhecimento reconhecidos internacionalmente, principalmente nas universidades públicas e privadas. Postos os ingredientes, há que se delinear o “modo de fazer”. E, para essa empreitada, o PMDB tem, em seus quadros, os melhores formuladores. A hora é agora, ou não se pode apontar quando.

No grande coral brasileiro, de nada vale a dança da batuta, se tenores, sopranos e barítonos teimarem

em permanecer mudos, ou de cantarem, cada um, e ao mesmo tempo, canções diferentes das do programa concertado com a platéia. A música, não pode permanecer a dos rufos dos tambores do conflito deflagrado, nem a do gemido ensurdecedor da guerra não declarada. Muito menos o som do silêncio...

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 23 minutos).

**DISCURSOS PRONUNCIADOS PELO
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA
SESSÃO DO DIA 27 DE MARÇO DE 2003,
QUE, RETIRADOS PELO ORADOR PARA
REVISÃO, PUBLICAM-SE NA PRESENTE
SESSÃO.**

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria, inicialmente, saudar o Ministro Antônio Palocci Filho não apenas pela exposição consistente, mas, sobretudo, pela gestão serena, equilibrada, competente, que tem permitido ao País benefícios absolutamente visíveis e substanciais na área macroeconômica e na evolução da economia, num cenário externo muito adverso, em meio a uma guerra, tendo herdado um crise financeira internacional e um País extremamente vulnerável do ponto de vista das contas externas e fragilizado do ponto de vista das suas contas públicas e ainda agredido por uma inflação excessivamente elevada para o esforço de estabilização que foi empreendido.

No entanto, hoje estamos aqui, depois de um pouco mais de 80 dias de governo. O déficit de transações correntes já vinha caindo e era o núcleo do modelo neoliberal anterior, porque é por onde se gera a dependência de capital externo, a necessidade de financiamento de novo capital. Esses empréstimos foram sendo financiados pelas privatizações, pela desnacionalização da economia e pelos juros altos.

No final de 2001, o déficit de transações correntes era de US\$24 bilhões e, em 1998, chegou a US\$34 bilhões; no início do Governo Fernando Henrique Cardoso, era de apenas US\$1,7 bilhões e, agora, está caminhando para algo em torno de US\$5 bilhões. Ou seja, o Brasil está diminuindo a necessidade de financiamento externo, por isso não precisa

mais continuar privatizando, nem desnacionalizando a economia.

É verdade que, para fazer esse ajuste, é necessária não apenas a taxa de câmbio, mas uma política exportadora agressiva, uma nova política de financiamento para as exportações, para a cadeia produtiva exportadora, algo que impulse a pequena e a microempresa a participarem do mercado externo, substituindo-se importações, para dar consistência à superação dessa crise cambial.

À medida que a taxa de câmbio vem cedendo, benefícios inestimáveis têm sido observados em relação à dívida pública, e a própria inflação começa a ceder. Como consolidar esse movimento que V. Ex^a tem o papel fundamental de imprimir ao País? Enfrentando problemas estruturais que estão acumulados, com coragem e determinação, particularmente a reforma previdenciária, que foi discutida aqui, em primeiro lugar, porque é prioridade deste Governo.

Neste ponto, quero dialogar, de forma muito franca, com o ilustre Senador Tasso Jereissati, um dos Líderes da Oposição ao Governo.

V. Ex^a vem à tribuna e diz: a reforma tributária é uma matéria tão complexa, tão difícil, que o único caminho que o País tem é a inércia; mantém-se tudo como está, porque não é possível mudar.

Ora, esse foi o discurso, durante oito anos, do Ministro da Fazenda e do competente Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que trouxe contribuições inestimáveis a este País, mas, do ponto de vista da reforma tributária, foi, diria, absolutamente tímido e não demonstrou nenhum esforço criativo, para enfrentarmos uma matéria que é, sim, como V. Ex^a disse, complexa, porque gera um conflito de interesses entre Municípios, Estados e União, entre o setor privado, entre os assalariados.

No entanto, nós somos eleitos pelo povo para administrar os conflitos. O pacto federativo não é outra coisa senão acomodar as diferenças, conviver com elas, diminuir o desequilíbrio regionais, e a instância da Federação privilegiada por essa gestão é este Plenário, o Senado Federal.

Assim, o que quero afirmar nesta Casa é que, mesmo num cenário de grave fragilidade financeira, com toda a vulnerabilidade herdada, há um caminho para a reforma tributária, promissor, necessário, urgente e inadiável, e acho que o Ministro aponta para esse caminho.

Em primeiro lugar, a criação do IVA* – Imposto sobre Valor Agregado, que unificará 27 Códigos Tributários. Cada Código Tributário no Estado tem entre

1.000 e 1.200 páginas. Isso é irracional economicamente, burocratiza a vida das empresas, permite o planejamento da sonegação fiscal. E há experiência: a Europa criou um único IVA para um continente que opera um PIB de US\$10 trilhões, um único imposto entre nações. O nosso pacto federativo tem que caminhar para um único tributo; o ICMS tem que ser unificado – eu diria – em torno de cinco alíquotas, dando-se espaço e autonomia tributária aos Estados, mantendo-se, portanto, aquilo que a Constituição assegura aos entes federativos, mas simplificando-se a legislação, desburocratizando-se. Esse é um passo de racionalização fundamental para evoluirmos numa nova estrutura tributária.

E mais: assisti ao depoimento do Governador Lúcio Alcântara na reunião dos Governadores. O apoio dos 27 Governadores significa a possibilidade de aprovarmos isso, para que se crie o ICMS único nacional.

Em segundo lugar, o Ministro traz a proposta de reduzir a tributação sobre a folha de pagamentos, que hoje está em torno de 20%, ou seja, de reduzir e transferir essa carga tributária para o valor adicionado, que é o fato gerador, segundo a literatura tributária, internacional, mais adequado, mais racional, economicamente, mais apropriado para os tributos. Então, nós a reduziríamos, de forma progressiva, em 10%, provavelmente.

Ora, isso significa estimular o emprego formal. Mais da metade da classe trabalhadora está na economia informal, sem qualquer direito previdenciário. Quarenta milhões de brasileiros não estão na Previdência Social e vivem sem carteira de trabalho, sem direitos, sem possibilidades. Se reduzirmos a carga tributária sobre a folha, estaremos estimulando o emprego formal dando direito de cidadania e oportunidade de emprego, que tem que ser um objetivo da política econômica no século XXI. Infelizmente, passou a ser um objetivo fundamental gerar emprego formal de qualidade. Assim, as empresas mais automatizadas deverão contribuir mais para a Previdência Social, para que, aquelas que podem empregar mais o façam. Com isso as empresas poderão se sentir estimuladas a gerar mais empregos organizados e formais. Isso é justiça social, sim; é essencial, fundamental e inadiável.

Em terceiro lugar, o Ministro propõe a redução da Cofins, um fator incidente sobre o faturamento que tem prejudicado, pela cumulatividade, as exportações brasileiras. A saída para a crise brasileira é o aumento das exportações. Essa atitude tem racionalidade macroeconômica, porque, à medida que desoneramos o

faturamento, impulsionamos as exportações. Com maior volume de importações, mais dólares são gerados, com emprego e renda, o que diminui nossa dependência de financiamento externo e permite que o País supere a crise cambial com a redução da taxa de câmbio, condição para a redução da inflação e da taxa de juros. É essencial para um sistema tributário racional que o País reduza a cumulatividade.

Há um assunto cujo debate é muito difícil, mas essencial para o País e sobre o qual o Ministro apresentou uma sugestão. Refiro-me à progressividade do Imposto de Renda. A leitura conservadora diz que isso não é possível. Como não é possível, se os Estados Unidos, países da Europa, o Japão, enfim, todos os países industrializados e desenvolvidos têm progressividade superior à nossa? Trata-se de um instrumento de justiça social. O imposto mais justo que existe é o direto, porque, em última instância, incide sobre toda a renda do indivíduo. Quando se estabelece a progressividade, quem tem mais paga mais, para que seja possível implementar políticas sociais para quem tem menos. É verdade que não pode haver uma abertura muito grande do leque, porque isso estimula a sonegação. Mas, dentro dos padrões tributários internacionais, este País precisa de mais justiça tributária, mais imposto direto e mais progressividade. V. Ex^a tocou num outro imposto que a elite brasileira também não quer discutir, que é o imposto sobre herança. Esse é o imposto mais justo da literatura tributária. O cidadão paga uma vez depois que morre. Então, por definição, é o mais justo. É evidente que havemos de permitir que a herança seja transferida para os filhos, para os netos. O direito dos pais poderem deixar o patrimônio para a família. Mas, num país em que uma multidão não tem esperança alguma, é fundamental que o imposto sobre a herança tenha uma perspectiva de solidariedade social, que dê condições para você fazer políticas sociais de inclusão para aqueles que nascem sem qualquer tipo de herança. Hoje, imposto sobre herança é estadual. À medida que você aumenta no Estado o imposto sobre a herança, o defunto morre no outro. Isso é o que a elite quer: vamos continuar assim porque aí o pacto federativo empurra para baixo a carga tributária sobre a herança e nós não fazemos distribuição de renda.

É evidente que não se pode abusar do imposto sobre herança. Os Estados Unidos e a Europa têm como instrumento que, parte do imposto sobre herança pode ser transformada em fundação para educação, saúde, meio-ambiente, ciência e tecnologia. Poderíamos incorporar, também, essa visão.

Em cima desses princípios que foram, aqui, apresentados, entusiasticamente, apoiados pelos Governadores na reunião da qual participei temos a base de uma reforma tributária. Alguns propõem, como o Senador Paulo Octávio, o imposto único. O imposto único é um grande imposto para fazer campanha eleitoral. Vender para a sociedade a ilusão que terá um único tributo, a pessoa já pensa que vai pagar menos, porque é um só, é muito mais fácil.

Por que será que a história econômica nunca criou essa possibilidade e a literatura séria da matéria jamais trabalhou com essa hipótese? Porque não é viável. Quer dizer, vamos pegar a CPMF como único imposto no País. A carga tributária será muito alta nos cheques e vamos “desintermediar” as relações financeiras. Vamos criar papagaio, ouro, e outras formas de administração. O sistema financeiro que é um serviço da economia moderna fica impedido de tornar-se efetivo. Toda carga do País estará no cheque. A Argentina já pôs o imposto sobre o cheque em 2% e inviabilizou a economia, teve que tirar o imposto porque “desintermediou” totalmente o sistema financeiro. E mais: a estrutura tributária não é só para arrecadar, é para distribuir melhor a carga tributária, fazer justiça. Quem consome bens de luxo tem que pagar mais para que os bens essenciais não tenham a carga tributária. A política tributária é também para alocar os recursos, racionalizar a economia, estimular atividades e punir outras.

Então, eu diria que temos, sim, Sr. Ministro, uma base, o alicerce de uma reforma tributária promissora. Vamos sonhar com a reforma tributária acabada, fantástica, essencial para não fazer nada hoje, o País conhece dos últimos oito anos. Prefiro, neste momento, como faço parte daquele movimento de que a esperança derrotou o medo – o Brasil precisa de esperança com o pé no chão – encarar a reforma tributária e dar um passo, firme, concreto, viável, possível, que traga mais justiça, mais inclusão social, mais simplificação tributária, mais exportação, menos cumulatividade, mais homogeneização da nossa estrutura e que vai fazer aproximar o nosso sistema do que tem de mais moderno, mais avançado e mais promissor na economia internacional.

Parabenizo V. Ex^a pela seriedade, pela sobriedade e pela consistência da proposta que está sendo apresentada. E quero fazer um apelo sincero no sentido de que possamos realmente tratar as reformas tributária e previdenciária como essenciais ao País. Há uma imensa expectativa no Brasil em torno disso. Faremos a reforma que dará oportunidade para o avanço de outras reformas no futuro. É um passo sensível.

mente melhor do que essa herança perversa que herdamos, qual seja, essa estrutura burocrática, cumulativa, injusta socialmente e irracional do ponto de vista dos investimentos e da produção.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou ser muito breve, Sr. Presidente. Primeiramente, queria reafirmar que a tese da inércia, diante da reforma tributária, não apareceu neste Plenário hoje; ela foi hegemônica durante os oito últimos anos. Quer dizer, o argumento de que era tão complexa que não era possível mudar predominou, e o País viveu, eu diria, a omissão diante de uma reforma, possível, necessária, urgente e prioritária, ainda que complexa. E creio que o caminho está traçado, e é por onde podemos avançar.

A segunda discussão que foi reapresentada é a tese de que, para podermos avançar na discussão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, temos que ter instrumentos de desenvolvimento regional. Concordo com a tese de que precisamos desses instrumentos. Agora, o IVA único com alíquotas, mantida a autonomia dos Estados, não prejudica a distribuição entre a União e os Estados e nem entre os Estados. O que pode alterar a distribuição entre os Estados é o IVA no destino, nisso, sim, vai haver uma alteração. Portanto, essa é uma matéria que este Plenário tem a responsabilidade histórica de discutir com muito rigor, questionando os mecanismos de compensação e como se preservar os interesses da Federação. Mas o IVA, por si só, simplifica, desburocratiza, racionaliza e evita essa possibilidade.

Por último, Sr. Presidente, sobre a tese do imposto único. Vou fazer um cálculo simples, Senador Paulo Octávio, para mostrar por que acredito que não procede a insistência nessa tese. Hoje a arrecadação da CPMF está em torno de R\$20 bilhões. A carga tributária total dos entes federativos – Municípios, Estados e União – é projetada para R\$406 bilhões este ano; da União, isoladamente, para R\$253 bilhões. Portanto, a alíquota para o IVA, para substituir todos os impostos do País – desculpem-me –, é de 7,2%. A cada cheque, teríamos que pagar 7,2% sobre operação financeira, mas, no caso, não estão incluídos a desoneração das exportações e outros incentivos fiscais. Se incluirmos a desoneração das exportações, precisaremos de uma alíquota de 12%. Ora, se o cidadão utilizar o sistema financeiro pagando 12% por toda e qualquer operação financeira, torna-se inviável o mercado de capitais, a bolsa de valores, boa parte da intermediação financeira – um serviço necessário

numa economia moderna e contemporânea –, e parte do fluxo de capital estrangeiro para o País, porque cada operação tem que pagar 12%. Nem o James Tobin jamais sonhou com essa possibilidade.

Não há fundamento teórico, não há consistência empírica, nem tradição na literatura. Portanto, é uma idéia simplificadora, mas sem consistência. Por isso, solicito que prossigamos no debate, incorporando o que existe de mais avançado na experiência tributária internacional, transformando isso em uma possibilidade concreta para o País: reduzir a carga sobre a contribuição e a folha de pagamento, desonerar a cumulatividade, simplificar e racionalizar o IVA, aumentar um pouco mais de progressividade para fazer justiça social. Esse caminho é promissor, seguro e consistente, com o qual os países desenvolvidos progrediram.

Por último, Sr. Presidente, tenho imenso respeito pelos Senadores Tasso Jereissati, Jefferson Péres e Paulo Octávio, mas, particularmente, penso que vivemos um momento na história em que temos que ter muito rigor intelectual e político porque dizemos o que propomos ao País. Não podemos mais enfrentar uma crise desse tamanho sem o rigor e a exigência de um debate transigente nas idéias, para que possamos, de fato, superar nossas dificuldades. Jamais o debate das idéias significa diminuir o interlocutor ou a qualidade da referência que temos aqui. Mas a força da democracia é o pluralismo, é a crítica, é o debate. É isso que estimula a sociedade a olhar com tanto respeito para este Plenário, com a mesma reverência que tenho pelos interlocutores que aqui vêm com tanta recorrência, com tanto brilho e com tanta sabedoria.

Muito obrigado.

ATA DA 18ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE MARÇO DE 2003

(Publicada no Diário do Senado Federal de 18 de março de 2003)

RETIFICAÇÃO

1) Na página nº 03732, 2ª coluna, imediatamente após o despacho ao Projeto de Lei nº 1, de 2003-CN, inclua-se por omissão o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário par tramitação do projeto:

até 22-3 – publicação e distribuição de avulsos;
até 5-4 – prazo para realização de audiências públicas;

até 10-4 – prazo para apresentação, distribuição e publicação do parecer preliminar, perante a comissão;

até 13-4 – prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

até 19-4 – prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;

até 4-5 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;

até 9-5 – prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas;

até 30-5 – prazo para e votação dos pareceres setoriais;

até 19-6 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;

até 24-6 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

até 29-6 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2003

Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 18 de março de 2003, terça-feira, às 17h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

Juvêncio da Fonseca (Presidente *pro tempore*)
João Alberto Souza
Ramez Tebet
Luiz Otávio

PFL

Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho

PT

Heloísa Helena
Sibá Machado
Flávio Arns

PSDB

Sérgio Guerra
Antero Paes de Barros

PDT

Jefferson Péres

PTB

Geraldo Mesquita Júnior (PSB)

PSB/PL/PPS

Magno Malta (PL)

Assinaram também a lista de presença os Senadores Suplentes **Pedro Simon** (PMDB), **Eduardo Suplicy** (PT), **Reginaldo Duarte** (PSDB), **Augusto Botelho** (PDT) e **Fernando Bezerra** (PTB).

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr^{as} e Srs. Senadores, há número legal, mas o Conselheiro mais idoso, que é o Senador Romeu Tuma, está para chegar. S. Ex^a terá a missão de presidir a Mesa quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente e já está com as instruções para a votação. Quando S. Ex^a chegar, iniciaremos a reunião.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PFL – MA) – O Senador Romeu Tuma é membro do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – S. Ex^a é Corregedor. É membro nato. S. Ex^a também tem direito a voz e voto. Sempre se inclui o Corregedor como membro do Conselho.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Como o Senador Romeu Tuma é costumeiramente tido como partícipe do Conselho e é o mais idoso, estamos elegendo-o Presidente da Mesa. Se houver alguma divergência de entendimento, faremos outra indicação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PFL – MA) – De minha parte, não há impedimento algum.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr^{as} e Srs. Senadores, há número legal.

Esta reunião foi convocada em decorrência do disposto no art. 23, § 4º, da Resolução nº 20, de 1993, que criou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A direção dos trabalhos da reunião será feita pela Presidência anterior, por aplicação subsidiária do art. 3º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Nesse momento da transição – vamos

dizer assim –, o Presidente do Conselho anterior, segundo procedimento das próprias Comissões, preside a primeira reunião para eleição da nova composição.

Eleita a nova composição do Conselho na sessão de 13 de março último, cabe-nos proceder à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente. Antes, porém, aproveito a ocasião para apresentar breve relato da atuação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sob minha presidência no último ano e meio, mais ou menos. Trata-se de um relato bem sucinto, mas necessário.

Fui eleito Presidente no dia 13 de setembro de 2001, em substituição ao Senador Gilberto Mestrinho, que renunciara à função para tratamento de saúde, após período de interinidade do então Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff.

No ano de 2001, quando assumi, tramitavam no Conselho seis processos, todos encerrados naquele mesmo ano, quando nos reunimos por cinco vezes. Havia também, em processamento, um recurso para decisão da Presidência anterior, que foi confirmado pelo Plenário do Conselho. Foram, ainda, recebidas três petições: uma delas sugerindo a publicação de declarações de bens, renda e atividades econômicas dos integrantes do Conselho; as outras duas requerendo providências sobre medidas disciplinares, todas processadas regimentalmente.

Duas decisões tomadas pela Presidência do Conselho foram objeto de recurso, ambas confirmadas pelo Plenário. No período, foi decidida importante questão de ordem – é bom fazermos referência a essa questão de ordem –, versando sobre o direito de ampla defesa no processo sumário de que dispõe o art. 17 da Resolução nº 20 de 1993, o qual iremos aplicar ao caso presente.

Indeferido o pedido de ampla defesa, em razão de não prevalecer esse direito, houve recurso para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em que foi confirmado o entendimento da Presidência do Conselho sobre esse assunto. É um relatório sucinto, breve, que traz apenas dados estatísticos para o conhecimento de V. Ex^{as}.

Qual seria o Senador mais idoso neste instante? Mais velho não, da melhor idade? Pedro Simon? V. Ex^a é suplente. (Pausa)

Senador Jefferson Peres, o de melhor idade é V. Ex^a, então convido-o a assumir a Presidência, nos termos regimentais, a fim de que se processe a eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Há duas indicações na Mesa: para a Presidência, o nome indicado pelo PMDB é este Senador que está na Presidência; e para a Vice-Presidência, o Senador Demóstenes Torres.

Neste instante, passamos à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Preside a reunião, a partir de agora, o ilustre Senador Jefferson Péres, a quem passo a palavra.

O SR PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senador Jefferson Péres já poderia ser, depois, o relator, não é?

(Neste instante, assume a cadeira da Presidência o Senador Jefferson Péres.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Eu votaria no Senador Pedro Simon.

Na forma regimental, designo os Senadores Antero Paes de Barros e Geraldo Mesquita como escrutinadores; e como fiscal, a Senadora Heloísa Helena.

Como já foi dito pelo Senador Juvêncio da Fonseca, o PMDB indicou o seu nome para Presidente, e o PFL indicou o Senador Demostenes Torres para Vice-Presidente.

Chamarei os Senadores por ordem de Bancada. Cada um apanhará a cédula, que será rubricada pela Presidência.

Pelo PMDB, Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador João Alberto Souza. (Pausa.)

Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Na ausência do Senador Ramez Tebet, Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Pelo PFL, Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

Senador Demostenes Torres. (Pausa.)

Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Na ausência do Senador Paulo Octávio, Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Também ausente. O PFL não indicou os outros dois suplentes.

Pelo PT, Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Pelo PSDB, Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Antero Paes de Barros. (Pausa.)

Pelo PDT, eu mesmo. (Pausa.)

Pelo PSB, Senador Geraldo Mesquita. (Pausa.)

E pelo PL, Senador Magno Malta. (Pausa.)

Os candidatos indicados pelo Partido são: Senador Juvêncio da Fonseca, pelo PMDB, Presidente;

Senador Demostenes Torres, pelo PFL, Vice-Presidente. (Pausa)

Encerrada a votação.

Convido os escrutinadores a procederem à apuração e a fiscal a acompanhá-la.

Houve 13 votos para a chapa indicada e um voto em branco, no total de 14 votos, portanto.

Proclamo eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca e Vice-Presidente o Senador Demostenes Torres.

Convido S. Ex^{as} a tomarem posse. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Srs. Senadores, vencida a etapa da eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, marcamos para daqui a cinco minutos a realização da reunião do Conselho para examinar a pauta desta tarde, com referência ao recurso que está colocado para apreciação. Contudo, antes que se inicie a reunião, gostaria de me dirigir aos companheiros para dizer da minha alegria, embora com muito senso de responsabilidade, por estar novamente à frente deste Conselho e, principalmente, por estar junto com o Senador Demostenes Torres, Senador ilustre, preparado para a direção de qualquer instituição, homem de larga experiência, que enriquece o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Este Conselho, cada vez mais, tem de mostrar eficiência no seu trabalho e consciência do seu papel.

Quando somos designados para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, temos sempre uma preocupação, uma vez que aqui se trata de uma disciplina que se aplica contra ou a favor de companheiros, mas devemos ter em mente que este Conselho é um instrumento importante da democracia brasileira, principalmente porque está no Senado Federal, instituição do regime democrático que representa os Estados, onde se reúnem as figuras mais ilustres da Nação, todos homens experientes, competentes, acostumados à lida social e política. Por isso temos consciência do papel que exercemos aqui hoje como Membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Sei que ser Presidente do Conselho não é fácil, estamos sempre muito expostos, mas a vida política é, antes de tudo, uma vida de exposição, porque o político tem que ser transparente, sua vida é um livro aberto que se lê de trás para frente ou de frente para trás, como bem se entender, porém fica-se sempre muito exposto às críticas, o que é natural e não arrefece o nosso ânimo, a nossa vontade e a nossa deter-

minação de bem representar aqui os nossos pares e o Senado Federal nesta luta ética que a população está desejosa que seja vencedora.

Um País que tem esse potencial de crescimento, de trabalho e que está aflorando no sentido do grande desenvolvimento nacional precisa, para que aconteça o mais rápido possível esse desenvolvimento com justiça social e com qualidade de vida, da postura ética das instituições, das pessoas e das autoridades.

Agradeço muito a indicação do meu nome pelo meu Partido e a eleição pelos meus pares, com a consciência de que temos uma grande missão a ser cumprida pela frente.

Antes de instalar a segunda reunião desta tarde, gostaria de ouvir o nosso ilustre Vice-Presidente, Senador Demostenes Torres.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Demostenes Torres) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão de Ética, criada pelo Código de Ética, é encarregada de fazer a fiscalização da correção do trabalho parlamentar e mesmo do trabalho extraparlamentar. É algo extremamente severo e se assemelha à tarefa de um juiz e até de um promotor quando está atuando em um inquérito civil público ou mesmo como fiscal da lei. Isso muito me envaidece.

Estou chegando agora ao Senado Federal. Fui Procurador-Geral de Justiça no meu Estado, Goiás, por duas vezes, fui Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público por duas vezes, e a indicação do PFL, acatada por todos os Senadores, faz crescer a minha responsabilidade de aqui prestar um bom serviço.

A atividade parlamentar engrandece qualquer pessoa, é uma atividade respeitável e respeitosa. E o desempenho do Conselho de Ética, entre outros fatores, pode fazer voltar a credibilidade ao mundo político. Eu, sinceramente, me presto a isso.

Não tenho o monopólio da virtude, mas estamos aqui para decidir com coragem, em nome do Senado e de todos aqueles que nos elegeram. Agradeço, repito, a confiança que os senhores depositaram em mim. Muito me honra estar ao lado de um homem como Juvêncio da Fonseca, que tem larga experiência no Senado Federal e na vida pública e que certamente conduzirá com muito brilhantismo todos os trabalhos que lhe serão confiados, os quais já vem desempenhando a contento há tanto tempo.

Agradeço a responsabilidade e espero que decidamos sempre em nome da ética, que, afinal, empresta o nome a este Conselho. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h10min.)

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2003**

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 18 de março de 2003, terça-feira, às 18h15, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a tratar assuntos de competência do Conselho.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

Juvêncio da Fonseca (Presidente)
João Alberto Souza
Ramez Tebet
Luiz Otávio

PFL

Demóstenes Torres (Vice-Presidente)
Paulo Octávio
Rodolpho Tourinho

PT

Heloísa Helena
Sibá Machado
Flávio Arns

PSDB

Sérgio Guerra
Antero Paes de Barros

PDT

Jefferson Péres

PTB

Geraldo Mesquita Júnior (PSB)

PSB/PL/PPS

Magno Malta (PL)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Assinaram também a lista de presença os Senadores Suplentes **Ney Suassuna** (PMDB), **Pedro Simon** (PMDB), **Reginaldo Duarte** (PSDB), **Arthur Virgílio** (PSDB), **Augusto Botelho** (PDT) e **Fernando Bezerra** (PTB).

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) –

Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a Segunda Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal desta Sessão Legislativa.

Em respeito ao Conselho e aos demais integrantes, cabe-me prestar os seguintes esclarecimentos para que preparemos a discussão e votação do assunto que está em pauta: faremos um relatório não tão breve quanto o anterior, mas necessário, para que possamos chegar à discussão do mérito da pauta com todos os esclarecimentos para uma boa decisão.

Como V. Ex^{as} vivenciaram conosco, o Conselho de Ética, no final do ano passado, foi desconstituído em razão do final da Sessão Legislativa e somente tivemos a oportunidade de reconstituí-lo na semana passada, quando foram votados os novos integrantes. Anteriormente, de 1º de janeiro até a semana passada, o Conselho não tinha condições de funcionamento, porque remanesciam menos da metade dos seus titulares do último mandato. Dentro dessas circunstâncias, recebemos um requerimento, datado de 18 de fevereiro, assinado por diversos Senadores – 23 ou 25 Senadores – de diversos partidos, que dizia o seguinte:

“Requeremos, nos termos do parágrafo 4º do art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, seja solicitado que o Conselho de Ética do Senado Federal promova o acompanhamento das apurações dos fatos relativos aos episódios de gravações ilegais, por responsabilidade do Estado da Bahia, de inúmeros telefonemas ocorridos nos últimos anos e que tenham sido respaldadas sem autorização judicial indevida. Tal providência faz-se impositiva, uma vez que reportagens publicadas na imprensa, nos últimos dias, induzem à participação de Senador na solitação das citadas gravações. Brasília, 18 de fevereiro de 2003.”

Em razão desse requerimento, instituímos, por determinação da Presidência do Senado, uma comissão para o acompanhamento do inquérito policial, que se realiza pela Polícia Federal em Salvador, no Estado da Bahia. Foram designados três Senadores: o Presidente do Conselho, acompanhado dos Senadores Jefferson Péres e João Alberto.

Nesse período, presenciamos depoimentos, inclusive de uma Promotora de Justiça do interior da

Bahia. Quando iniciávamos nossos trabalhos, ouvindo as primeiras testemunhas, a Procuradoria-Geral da República, em razão de o inquérito policial estar correndo em segredo de justiça, obteve, da 17ª Vara Federal, com sede na Bahia, uma liminar impedindo-nos de participar do inquérito policial, porque éramos corpo estranho. Isso ocorreu numa sexta-feira. Embarcamos para Brasília e aqui alavancamos toda a estrutura do Senado a fim de que pudéssemos, de sexta-feira para domingo, revogar a liminar da Justiça Federal da Bahia, o que foi feito e nos permitiu retornar ao acompanhamento **in loco** do inquérito policial.

Em razão dessa decisão do Tribunal Regional Federal de Brasília, foi quebrado o segredo de justiça por requerimento da própria Procuradoria, pois dali para frente o inquérito policial caminhava sem segredo de justiça. Foi justamente o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nesse trabalho de acompanhamento, que conseguiu isso.

Nesse período, até o final da semana passada, recebemos da Polícia Federal de 13 a 16 depoimentos, que passamos às mãos dos Srs. Senadores Conselheiros. Distribuiremos cópias de toda a documentação coletada pela Polícia Federal no inquérito da Superintendência na Bahia, em Salvador, a todos os Srs. Senadores. Não há cópias suficientes para os suplentes, mas vamos providenciá-las; serão entregues neste instante aos titulares e, em seguida, vamos providenciar para que os suplentes também recebam toda a documentação.

Até o presente momento, cumprimos a determinação de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acompanhasse o inquérito policial, travando, inclusive, luta judicial para tanto. E passamos a documentação às mãos de V. Ex^{as}, pois não é mais segredo de justiça, a fim de que todos tomem conhecimento das provas até aqui produzidas pela Polícia Federal.

Apesar de estarmos caminhando nesse acompanhamento, no dia 27 de fevereiro, foi encaminhado ao Conselho de Ética um requerimento nos seguintes termos:

“Exm^o Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvenício da Fonseca,

considerando os graves episódios referentes aos grampos telefônicos que envolvem a Secretaria de Segurança Pública da Bahia e que são de amplo conhecimento público;

considerando que o Ministério da Justiça instaurou inquérito policial com o objetivo de identificar os autores dos graves delitos;

considerando os indícios envolvendo um Senador da República neste episódio, publicados em vários veículos de comunicação e que levaram o Conselho de Ética do Senado Federal a constituir uma comissão de três Senadores para acompanhar os inquéritos da Polícia Federal e do Ministério Público;

considerando que os Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e Heloísa Helena foram informados pelos Jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista **IstoÉ**, da existência de provas testemunhais e documentais que apontam para o envolvimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nos grampos telefônicos da Bahia;

considerando a gravidade dos fatos relatados;

Com amparo no art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, requeremos que todas as providências sejam tomadas pelo Conselho de Ética do Senado Federal para esclarecer o referido episódio.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2003.”

Recebemos esse requerimento e o encaminhamos à Mesa Diretora do Senado Federal, porque o Conselho não tinha como proceder a expediente de investigação, não tinha como deferir esse processo, abrir a instrução sumária e dar prosseguimento à investigação, em razão da sua desconstituição.

Em seguida, já no dia 6 de março de 2003, recebemos requerimento assinado por seis ou sete Senadores da Bancada do PT, dizendo o seguinte:

“No dia 27 de fevereiro último, foi encaminhado a V. Ex^a, com base no art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, requerimento para que fossem tomadas providências pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com vistas a apurar e esclarecer o envolvimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nos episódios conhecidos como grampos telefônicos da Bahia.

Ao despachar a petição, V. Ex^a encaminhou a petição à Mesa.

Salvo melhor juízo, e à luz, mais uma vez, do disposto no art. 17 da referida Reso-

lução nº 20, de 1993, competia exclusivamente ao Conselho o exame preliminar da denúncia, não cabendo, antes de se esgotar esta instância, que o assunto fosse submetido à Mesa.

Assim, recorremos, para o Plenário deste Conselho de Ética, do despacho de V. Ex^a, para que este Colegiado reformule a decisão inicial e dê seguimento à denúncia apresentada pelo Senador Tião Viana e outros membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Deve-se esclarecer, por oportuno, que tanto a petição inicial, quanto este Recurso estão embasados no art. 17 do Código de Ética, que assegura a qualquer Senador, Deputado, cidadão ou pessoa jurídica a apresentação de denúncia. Isto posto, salvo melhor juízo, não pode o Presidente do Conselho retirar a denúncia da esfera deste Órgão. Além disso, nos termos do § 4º ainda do mencionado art. 17, sequer a denúncia era necessária para que o Conselho agisse, pois aquele dispositivo prevê que a apuração de ato ou omissão atribuída a Senador independe de denúncia ou representação. Senado Federal, 6 de março de 2003.”

Seguem as assinaturas da Senadora Heloísa Helena e de outros Srs. Senadores.

Então temos três documentos: o primeiro, de acompanhamento; o segundo, de abertura de uma instrução sumária para a verificação dos fatos em razão, justamente, daquela reportagem da Revista **IstoÉ** em que os dois jornalistas falaram das provas que tinham em suas mãos; e o terceiro documento é um recurso para que o Presidente do Conselho receba aquele requerimento primeiro, para a abertura da instrução sumária dessa investigação.

Na verdade, neste momento, em que estamos eleitos pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, é o primeiro instante em que tenho competência para analisar o requerimento de abertura dessa instrução sumária, ou não, e, ao mesmo tempo, analisar o recurso, porque eu não havia recebido ainda esse requerimento.

Entendo que meu despacho à Mesa Diretora, naquela época, que mereceu reparo de alguns dos Srs. Senadores, tinha até certa razão, porque eu tentava provocar a Mesa para a reconstituição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Era preciso que este Conselho fosse reconstituído, e eu não tinha

competência para dar seguimento a nenhum pedido de abertura de sindicância aqui no Conselho, mesmo porque não havia **quorum** suficiente. Menos da metade dos Srs. Conselheiros, titulares e suplentes, sobram praticamente para este período legislativo.

Diante disso, entendo que tenho, ainda, a prerrogativa de decidir sobre esse requerimento. E é justamente sobre essa prerrogativa que quero falar e decidir, dizendo sempre o seguinte: todas as decisões proferidas por esta Presidência, juntamente com o meu companheiro da Vice-Presidência, serão sempre submetidas ao Colegiado. Com decisão monocrática, nem sempre se alcança o objetivo, principalmente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem que ser transparente, cujas decisões devem ser, na verdade, a média do pensamento de todo o Colegiado.

Portanto, em primeiro lugar, entendo que ainda tenho competência para conhecer esse requerimento de abertura de sindicância, o que faço, neste instante, deferindo o pedido.

Está aberta, nos termos do § 2º do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, a investigação preliminar sumária para a apuração dos fatos relatados no requerimento e no recurso com referência à eventual responsabilidade de Senador, com assento nesta Casa, quanto ao fato dos grampos ilegais telefônicos no Estado da Bahia. Portanto, está decidida pelo Presidente do Conselho a abertura da sindicância que foi requerida. Entretanto, gostaria que esta minha decisão fosse submetida ao Plenário, porque todas as nossas decisões não serão solitárias, mas sempre coletivas. Chamo à votação cada Senadora e Senador para dizer se concordam com a nossa decisão de abertura já dessa sindicância, segundo o art. 17 da Resolução nº 20.

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Abstenção.

Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, estou de acordo com a manifestação de V. Ex^a, pela abertura.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

São quatro suplentes.

Senador Ney Suassuna, do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, voto com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sim.

Senador Romeu Tuma, Corregedor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, quero fazer uma exposição, pela ordem, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador, estamos em votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, creio que houve um equívoco. Não preciso votar, porque, com V. Ex^a, são quatro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Ah, sim! Está certo. Mas eu não voto, então não há esse voto do Senador Ney Suassuna. É verdade. Está esclarecido.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Vou fazer uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem V. Ex^a a palavra, para uma declaração de voto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, fui convidado pelo Sr. Presidente desta Casa, Senador José Sarney, para continuar como Corregedor. Procurei o Presidente José Sarney, pois, devido ao término do período legislativo, queria saber como deveria proceder, em função de ter surgido um fato citando um Senador da Casa e já havia algumas manifestações. S. Ex^a disse que gostaria que eu continuasse como Corregedor. Então eu lhe disse que tomaria as providências que considerava corretas. Imediatamente, fiz um ofício ao Delegado da Polícia Federal, solicitando-lhe todas as informações sobre o andamento do processo. Em nenhuma vez, houve qualquer indicativo de que ele me negaria a informação para não quebrar o sigilo de justiça que estava ocorrendo. Tenho todos os depoimentos, mais os indiciamentos dos dois, tudo aqui, e um relatório preliminar que traria hoje para apresentar, além de todos os documentos resultantes da sindicância no Judiciário, juntados ao inquérito policial.

Hoje pedi que se buscassem informações, para trazer ao conhecimento do Conselho, sobre o andamento das investigações e em quanto tempo ele poderia calcular que se concluiria o inquérito policial, porque não é possível realizar uma sindicância sem se basear nas peças que estão no inquérito policial.

A informação foi de que ocorrerá no máximo em 30 dias, tempo que a Justiça concedeu. Durante o período em ele requereu prorrogação de prazo, continuou o seu trabalho e está voltando à Bahia para ouvir os policiais envolvidos no caso que ouviram as fitas – não os dois responsáveis já indiciados no inquérito: o

delegado e o Alan, um técnico que fazia as operações de grampo.

A minha proposta é de que se aguarde o término do inquérito, uma vez que a sindicância, em tese, não vai ajudar a antecipar o que o delegado já está conseguindo, porque não há suspeita sobre o inquérito dirigido pelo Delegado Gomes, um rapaz de alta confiabilidade, a quem o Diretor da Polícia Federal deu toda a liberdade para trabalhar com seriedade. Ele está realizando todos os procedimentos necessários para a busca da verdade. Acredito que a sindicância poderia esperar o resultado do inquérito. Em 25 ou 30 dias, a sindicância daqui não conseguirá alcançar a velocidade com que o delegado está conduzindo o inquérito. Portanto, na minha opinião, seria muito mais prudente e com mais certeza do resultado das apurações, se aguardássemos o inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Qual é o voto de V. Ex^a?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Meu voto é no sentido de que se aguarde o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Mas o voto tem que ser “sim”, “não” ou “abstenção”.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Segundo a minha declaração, fico aguardando o resultado do inquérito, porque confio no delegado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Seria abstenção?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não! Não posso me abster numa hora dessas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pelo PFL, Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, acompanho o voto do Senador Romeu Tuma.

Aliás, o art. 19 da Resolução nº 20, de 1993, prevê que a atuação da Polícia Federal deve subsidiar os trabalhos do Conselho, apurando fatos e responsabilidades. Meu voto é “não”.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pois não, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, votei por “abstenção”. Diante da argumentação do Senador Romeu Tuma, muito justa, gostaria que V. Ex^a considerasse o meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Demostenes Torres,

O SR. VICE-PRESIDENTE (Demostenes Torres) – Voto “não”, mas gostaria de dar a minha declaração de voto.

Sr. Presidente, entendo que estamos enfrentando um grave momento neste País, em que denúncias sérias são feitas contra um Senador da República. Acredito que isso não pode ficar impune; temos que fazer a investigação, mas o que me dá a impressão de que não é correta a abertura agora dessa sindicância pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar provém de uma argumentação jurídica.

A Resolução nº 17 criou a Corregedoria Parlamentar no mesmo dia em que a Resolução nº 20 instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aqui no Senado. Quais são as atribuições da Corregedoria e do Conselho?

A Corregedoria tem como atribuição, entre outras, conforme o art. 2º, inciso IV:

“Art. 2º.....

IV – fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores”.

O art. 5º da mesma Resolução diz o seguinte:

“Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.”

Parece-me que o art. 5º deixou bem claro que, se o crime cometido por Senador ocorrer dentro dos prédios do Senado, será feito um inquérito policial presidido pelo Corregedor, para que, efetivamente, o Senador seja punido ou esclarecido o fato.

Já o inciso IV do art. 2º diz que caberá ao mesmo Corregedor fazer sindicância no âmbito do Senado para apurar ilícitos envolvendo Senadores. Então essa expressão “no âmbito do Senado” obviamente não pode ser compreendida como sendo nos prédios do Senado, porque já há uma disposição expressa. Tanto o inquérito quanto a sindicância são atribuições da Corregedoria do Senado, enquanto que o Código estabelece que qualquer que seja a infração cometida pelo Senador, inclusive a quebra de decoro parlamentar, que possa ocasionar perda de mandato será objeto de investigação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Daí alguns Senadores se aproveitarem da oportunidade oferecida pelo art. 17 da Resolução nº 20 para pedir a apuração concomitante por este Conselho.

Então minha dúvida é só jurídica: será que, neste momento, tanto a Corregedoria quanto o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar devem ser acionados para que se faça a investigação contra um membro da Casa ou é atribuição exclusiva da Corregedoria? Além disso, existe um inquérito policial em andamento. Por isso, a abertura de uma sindicância – ou, como diz a lei, a abertura para apurar fato cometido por um Senador, descrito no art. 17 – com o objetivo de antecipar ou de dar celeridade ao procedimento de investigação contra o Senador talvez possa, na verdade, retardar esse procedimento. O inquérito policial já está em fase de conclusão; possivelmente, dentro dos próximos 20 ou 30 dias, estará absolutamente concluído e deverá lastrear a investigação a ser feita pelo Senado, na Corregedoria ou no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Daí por que imagino que, com essa decisão, ao invés de acelerarmos o procedimento, vamos retardá-lo.

Como a prática imputada ao Senador Antonio Carlos Magalhães é mais do que falta do decoro parlamentar – foi-lhe imputada a prática de um crime –, acredito que a investigação deva ser conduzida pelo Corregedor da Casa. Se este chegar à conclusão – inclusive lastreado pelo inquérito policial – de que o Senador efetivamente cometeu os delitos a ele imputados, que remeta o caso ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que se abra o procedimento para perda do mandato parlamentar.

Em decorrência disso, é oportuno deixar com o Corregedor a investigação do procedimento. Em seguida, se for o caso, aproveitando-se inclusive das provas já produzidas no inquérito policial, o Corregedor remeterá o processo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para que se possa abrir procedimento contra o Senador para perda do seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Qual é o voto de V. Exª?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Demostenes Torres) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou de acordo com a argumentação dos Senadores Romeu Tuma e Demostenes Torres. Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senadora Heloísa Helena, do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – O voto é “sim”, Sr. Presidente, com a mais absoluta tranquilidade de que estamos respeitando a ordem ju-

rídica vigente, a Resolução nº 20 e as normas internas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O voto é “sim” também. E quero ressaltar que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado tem por objetivo não só acusar as pessoas, mas também defendê-las. Muitos Senadores desta Casa, quando há notícias sobre sua pessoa divulgadas nos meios de comunicação, pedem que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se manifeste sobre essas notícias. O próprio Senador Antonio Carlos Magalhães tem declarado, em várias ocasiões, que não está envolvido com os grampos. Então nada mais adequado do que ele próprio, como já foi inclusive sugerido, pedir que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se manifeste sobre o assunto. Seria impensável, do ponto de vista da Instituição Senado, que esta Casa não acompanhasse um caso com essa dimensão.

Tem que haver, da parte do Senado, um processo de investigação, que, na verdade, não atrapalhará o inquérito em andamento, porque a investigação, num primeiro momento, sem dúvida alguma, refere-se à juntada do material, ao seu conhecimento, ao contato com o delegado coordenador do inquérito, para que todos nós, Senadores, nos inteiremos do que está acontecendo neste caso específico.

Ressalto que esse procedimento não deve ser específico para o Senador Antonio Carlos Magalhães. Esse procedimento que estamos adotando é previsível, correto, tranquilo, de aprofundamento no caso, de manutenção da ética, de preservação da Instituição em relação a qualquer Senador.

Então, com muita tranquilidade, baseado no Regimento Interno, na ética, naquilo que, na verdade, deveria estar acontecendo, não tenho dúvidas em votar a favor. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, voto “sim”, com a convicção de que denúncias devem ser examinadas com tranquilidade e serenidade, processos não podem ser atropelados nem pela emoção nem por pressões e com a certeza

de que vamos atuar, neste caso, da forma mais sóbria, menos preconceituosa e mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Antero Paes de Barros. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, creio que um processo dessa natureza requer, de fato, que tenhamos sobriedade, que sejamos isentos neste momento, até porque a lei diz que todo cidadão é honesto até que se prove o contrário. Todos esses indicativos apontam para o Senador, que os rebate, dizendo que não há envolvimento da sua parte com essa questão dos grampos. Penso que a investigação é muito mais salutar para o próprio Senador do que para o Senado, porque, em não havendo envolvimento da sua parte, certamente isso lhe dará a carta de alforria desse processo pesado. Penso que, quanto mais rápido andarmos com esse processo, certamente aliviaremos a carga que está sobre o Senador, uma vez que S. Ex^a declara que nada tem com esse processo.

Imagino que, nesse período de trinta dias a que se referiu o Senador Romeu Tuma, quando teríamos acesso a essa documentação...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Podem ter acesso agora.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – ... requerida pelo delegado...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pode ter tudo. Está quebrado o sigilo desde a decisão...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Romeu Tuma, estamos em processo de votação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É apenas para dar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Como estamos em processo de votação, não há discussão paralela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Estou apenas dando uma explicação, porque...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador, desculpe-me. Respeito V. Ex^a, que é um Senador experiente, que nos dá grandes lições...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas o esclarecimento não prejudica o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sim, pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Poderíamos aproveitar esse período de trinta dias em função daquilo que já existe, para ouvir o delegado que está presidindo o inquérito e para examinar os pontos que consideremos ser de maior gravidade. Entendo que, daqui a trinta dias, todos nós, a exemplo do final do inquérito, teríamos formado um juízo juntos. Imaginem V. Ex^{as} se, daqui a trinta dias, o juízo da Polícia Federal seja um, e nós, depois desse prazo, comecemos outro processo investigativo sofrido, quando estamos caminhando para votações de reformas nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, sou a favor, voto "sim". Penso que, quanto mais nos apressarmos neste pro-

cesso, mais produziremos um alívio para esta Casa, para a Instituição e também para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Está encerrada a votação. (Pausa.)

São 15 votos, sendo 6 "Não" e 9 "Sim".

Está aprovado.

Meu voto somente seria dado em caso de empate. Decidi, no início, pela abertura do processo.

Em razão do resultado da votação do Plenário, nos termos do § 2º do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, declaro recebida a denúncia relativa a eventual descumprimento legal por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães quanto ao fato de interceptações telefônicas indevidas de que dá notícia o Inquérito Policial IPL nº 01-0037/2003, da Superintendência Regional da Polícia Federal do Estado da Bahia. Por consequência, determino a apuração preliminar e sumária dos fatos. Também como consequência desta votação, já nomeio Relator o ilustre Senador Geraldo Mesquita. S. Ex^a já trabalhará como Relator a partir de agora, porque temos bastante trabalho pela frente. Se possível, já haverá reunião na quinta-feira próxima, às 10h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
2ª REUNIÃO DE 2003

Em 18 de março de 2003, terça-feira, às 18 h 10, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO DA DECISÃO DO PRESIDENTE DE DAR SEGUIMENTO
AS INVESTIGAÇÕES RESGATADAS NA DENÚNCIA.

Presidente	Sim	Não	Abstenção	Vice-Presidente	Sim	Não	Abstenção
Juvêncio da Fonseca				Ney Silveira			
João Alberto Souza		X		Padro Simon			
Raméz Tebet	X			Cláudio Camata			
Luiz Chiburo		X		Alberto Silva			
PFL				PFL			
Paulo Octavio		X		Jonas Pinheiro			
Demóstenes Torres		X		Ivagoi			
Rodolpho Tourinho		X		Ivagoi			
PT				PT			
Flávia Figueira	X			Ann Julia Cerqueira			
Sibé Machado	X			Fátima Glória			
Pavão Ama	X			Eduardo Suplicy			
PPS				PPS			
Sérgio Guerra	X			Requinaldo Duarte			
Antônio Passos de Barros	X			Arthur Virgílio			
PDT				PDT			
Jefferson Peres	X			Augusto Botelho			
PTB				PTB			
Geraldo Mesquita Junior (PPB)	X			Fernando Barreto			
PPB, PL e PPS				PPB, PL e PPS			
Magno Malta (PL)	X			Marmelo Correia (PL)			
Corregedor (Membro nato)							
Romeu Tuma (PT)		X					

TOTAL 15

SIM 09

NÃO 06

ABSTENÇÃO =

VISTO:

SALA DE REUNIÕES, EM 18 DE MARÇO DE 2003

Sugiro, como Presidente da Mesa, ouvirmos os dois jornalistas da revista **IstoÉ**. É justamente essa oitiva o objetivo da denúncia:

“Considerando que os Srs. Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e Heloísa Helena foram informados pelos Jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, da revista **IstoÉ**, da existência de provas testemunhais e documentais que apontam para o envolvimento do Senador Antonio Carlos Magalhães nos grampos telefônicos da Bahia...”

Essa sindicância não poderia ter um resultado realmente efetivo e dinâmico se não começássemos já a produzir aquela prova que é requerida pelo próprio recurso impetrado perante a Mesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, sei que V. Ex^a fez uma sugestão ao Relator. Muitos de nós teríamos outras sugestões a fazer, mas é evidente que, como em todos os outros casos da Casa, cabe ao Relator a prerrogativa de identificar quais os primeiros passos a serem dados. Entendo que a sugestão de V. Ex^a é excelente, tenho várias outras sugestões e poderia fazê-las, mas é evidente que cabe ao Relator definir os primeiros passos, oitivas, requerimento e busca de documentos. Então, com certeza, caberá ao Relator identificar quais os primeiros passos, quais os documentos a serem solicitados e quais serão os primeiros depoimentos, embora não necessariamente seja caracterização de depoimento, a serem feitos na Casa.

Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, gostaria de fazer uma consideração. Não sei se alguém ainda vai tocar nesse assunto, mas eu gostaria de fazer uma consideração sobre uma matéria que foi publicada na edição da **Folha de S.Paulo** de sábado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Eu gostaria de encaminhar o assunto específico. Poderíamos tratar desse assunto posteriormente.

Convido o Senador Geraldo Mesquita a usar da palavra como sua primeira orientação para início dos trabalhos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero declarar que me sinto hon-

rado por ter sido escolhido para relatar esse inquérito, que, por sinal, deverá merecer – como qualquer outro – de todos nós, que fazemos parte deste Conselho, absoluta isenção, seriedade, objetividade e compromisso com a verdade.

Estou tomando conhecimento, pela primeira vez, como a maioria dos Membros deste Conselho, de informações apuradas a partir de um inquérito policial. Dessa forma, para que possamos construir uma linha de atuação desta relatoria com tranqüilidade, solicito um prazo de 24 horas, após o qual submeterei ao Conselho e direi quem ouviremos pela primeira vez e em seguida, para que os trabalhos deste Conselho transcorram na maior normalidade.

Requeiro, portanto, um prazo de 24 horas para apresentar uma linha de investigação. Ao término desse prazo, relacionarei as pessoas que deverão ser ouvidas pelo Conselho, de modo que possamos levar esse trabalho a bom termo.

Era o que tinha a dizer no momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Geraldo, faço uma sugestão que V. Ex^a poderá acatar ou não: poderíamos marcar para a quinta-feira, às dez horas, portanto, quase 48 horas depois, reunião em que poderíamos aprovar a agenda de trabalho que V. Ex^a submeterá ao Conselho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, de minha parte não há qualquer óbice.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Fica, portanto, convocada para quinta-feira, às dez horas, neste mesmo local, a próxima reunião do Conselho para a apreciação da agenda de trabalho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu ainda gostaria de fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena. Antes de encerrar os trabalhos, quero fazer algumas considerações finais, rápidas, mas necessárias.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, não tive oportunidade de ver essa matéria, que apenas me foi passada agora. No sábado, dia 15, foi publicada matéria na **Folha de S.Paulo** da qual vou tratar, até porque tanto eu como o Senador José Eduardo Dutra nela fomos citados, mas tenho absoluta clareza de que é só especulação. Não que a Jornalista tenha mentido, mas as pessoas que a ela

fizeram considerações devem tê-lo feito no campo da especulação, até porque, na matéria, é dito: “Ameaças do PFL inibem medida contra ACM”.

E a matéria é extremamente problemática, porque faz considerações sobre o nosso Governo, afirmando que o nosso Governo prefere evitar um atrito com a Bancada Carlista no Congresso, que os desdobramentos da investigação podem respingar no PMDB, diz que foi feito um levantamento de Senadores que são alvo de processos criminais no Supremo Tribunal Federal, que seriam 14, e que os Senadores que se valeram de conversas telefônicas gravadas ilegalmente para fazer denúncias contra adversários políticos seriam cerca de dez, faz considerações sobre o Senador Saturnino, afirma que a investigação do conteúdo das conversas gravadas no grampo bairano atinge setores do Governo FHC, levantando suspeitas de irregularidades na gestão tucana e traz, entre as ameaças veladas, a hipótese de reabertura do caso de violação do painel, que poderia comprometer os Senadores José Eduardo Dutra e Heloísa Helena.

Devo dizer, logicamente, que tenho certeza de que se trata de especulação, até porque, se existissem todos esses fatos, o odor fétido, redundância necessária, seria tão grande que não agüentariamos aqui estar.

Farei algumas considerações sobre o Senador José Eduardo Dutra. Tenho certeza de que o Senador José Eduardo Dutra, com quem não tive oportunidade de falar, está preocupadíssimo com o preço da gasolina.

No meu caso específico, Sr. Presidente, já tive a oportunidade de fazer considerações na Casa sobre o tema. Aliás, solicitei, diante dessa matéria, um estudo que passarei depois ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tratando, inclusive, da reabertura do chamado Caso do Painel. Já me pronunciei várias vezes sobre o tema e sei que ninguém gosta de viver com uma espada na cabeça.

Há um fato que gostaria de comentar, Senador Jefferson Péres. Quando eu era “piveta” – pequena, não, porque sempre fui baixinha -, lá no interior de Alagoas, em minha casa não havia quadros na parede. Coisa de casa de pobre. A única coisa que tinha era uma gravura, com uma moldura velha, de um anjo, anjo da guarda, Rafael, aquele que acompanha. O Anjo Gabriel é o que anuncia. Mas, meu anjo sempre foi outro: o Arcanjo Miguel. V. Exª sabe quem é! Aquele que lida com a espada. Então, se colocar uma espada sobre a minha cabeça, tenho certeza, como

muitos aqui, de que a pegarei e arrancarei a cabeça de quem queira me intimidar.

Sr. Presidente, todos sabem que sou uma pessoa cheia de ternura, movida pela ternura, mas medo não tenho. Tenho certeza de que a matéria foi construída não pela mentira da Jornalista, porque tive a oportunidade, inclusive, de ligar para ela, mas com especulação, o que é absolutamente comum em uma Casa Legislativa. Se alguém pensa em fazê-lo, estarei auxiliando, a partir de agora, inclusive solicitando um estudo sobre a questão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Srs. Senadores, gostaria de fazer duas observações finais.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar o eficiente trabalho da Polícia Federal, por meio da presidência daquele inquérito, realizada pelo Delegado Gesival Gomes de Souza. S. Sª foi muito prestativo com o Conselho de Ética, abrindo todas as portas e trazendo ao meu gabinete os documentos produzidos. Isso nada mais é do que a credibilidade que a Polícia Federal tem no trato das questões de interesse social e policial. Fica aqui o registro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e nossa homenagem à Polícia Federal pela eficiência e pela maneira cordial com que tratou este Conselho.

Como consideração final, diria que a designação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PSB, significa também uma homenagem à antiga Oposição, atual Situação desta Casa, que tanto batalhou para que esta investigação chegasse lá. Aí está a revelação de que realmente estamos interessados em que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realmente funcione, em que todos os casos que aqui cheguem sejam esclarecidos e que não haja, de forma alguma, qualquer outra forma de agir, a não ser a busca da verdade.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h30min.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2003

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 20 de março de 2003, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a apreciar a Agenda de Trabalho do Conselho para instrução da Denúncia nº 1, de 2003.

*ESTIVERAM PRESENTES OS SRS.
SENADORES TITULARES:*

PMDB

Juvêncio da Fonseca (Presidente)
João Alberto Souza
Ramez Tebet
Luiz Otávio

PFL

Paulo Octávio
Demóstenes Torres (Vice-Presidente)
Rodolpho Tourinho

PT

Heloísa Helena
Sibá Machado
Flávio Arns

PSDB

Sérgio Guerra
Antero Paes de Barros

PDT

Jefferson Péres

PTB

Geraldo Mesquita Júnior (PSB)

PSB/PL/PPS

Magno Malta (PL)

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Assinaram também a lista de presença os Senadores Suplentes **Pedro Simon** (PMDB), **César Borges** (PFL), **Reginaldo Duarte** (PSDB) e **Arthur Virgílio** (PSDB).

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do Senado Federal, em 2003, destinada a apreciar a agenda de trabalho do Conselho para instrução da Denúncia nº 1, de 2003, que será oferecida pelo relator, ilustre Senador Geraldo Mesquita Júnior. Informo, nesta oportunidade, que, além da composição inicial de 13 de março, foram eleitos para compor o Conselho, como Suplentes, o Senador Eduardo Suplicy, pelo PT, na sessão de 18 de

março, e os Senadores César Borges e Renildo Santana, pelo PFL, na sessão de 19 de março do corrente ano.

Submeto à apreciação do Plenário as Atas da 1ª e da 2ª Reunião, realizadas no dia 18 de março, e também a dispensa da sua leitura.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as duas Atas.

A pauta de hoje, como já foi dito, é a aprovação da agenda de trabalho que será oferecida pelo nosso ilustre Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, quero revelar a minha tristeza e a minha angústia com o fato de estarmos, mais uma vez, diante de um ato de bestialidade perpetrado por uma nação que tem o dever, perante a Humanidade, de ter um comportamento de avanço. No entanto, estamos diante de mais um ato em que a Humanidade dá um passo para trás e entra numa situação de tremendo risco para a segurança e para a tranquilidade dos povos.

Não poderia dar início ao nosso trabalho sem externar e manifestar não só a minha tristeza, como a minha angústia, a minha extrema decepção com o início de uma agressão de um país a outro, sem que esse ato fosse referendado por um organismo que foi criado, muitos anos atrás, exatamente para que, eventualmente, não nos tornássemos bárbaros.

Saúdo a todos, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Corregedor, funcionários, assessores e imprensa.

Trouxe aqui, de forma elaborada, a minha proposta, que submeterei ao Conselho, para que isso fique bem claro, bem assentado, e que não reste dúvida sobre a linha de atuação que pretendo imprimir a partir desta Relatoria.

Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprindo determinação da Presidência deste Conselho, ratificada pelo Plenário, foi instalado, nos termos do § 2º do art. 17 do Código de Ética, procedimento de apuração preliminar sumária para averiguar fatos, já do conhecimento público, imputados ao Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães.

Na qualidade de Relator, cabe-me submeter a V. Ex^{as} as providências preliminares que julgo cabíveis para que essa apuração esteja concluída no prazo regulamentar de trinta dias. Para esse fim, requeiro à Presidência sejam anexadas aos autos do procedi-

mento em curso as cópias de todos os depoimentos já prestados pelas testemunhas ouvidas pelo Delegado encarregado do inquérito instaurado pela Polícia Federal, tendo em vista a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspendeu a decretação do segredo de Justiça determinado pelo Juiz titular da 17ª Vara Federal da Bahia.

Também como medida preliminar, proponho que, no próximo dia 26 de março, às 10h, este Conselho ouça o Delegado Gesival Gomes de Souza, presidente do inquérito policial, a fim de que S. Exª informe ao Conselho o andamento das investigações, o prazo previsto para a conclusão das mesmas, quem mais será ouvido e o que mais for considerado relevante, desde que não prejudique o andamento dos trabalhos a seu encargo e a sua conclusão. Para tanto, há que se expedir convite àquela autoridade policial.

Atendidas essas preliminares, estarei em condições de trazer ao Plenário outras sugestões de diligências consideradas imprescindíveis à completa apuração dos fatos, a fim de que, cumpridas essas diligências, possamos dar seguimento ao disposto no § 2º do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, ouvindo ao final o Sr. Senador a quem são feitas as imputações já de nosso conhecimento, em data a ser marcada.

Ainda que sumária e brevemente, cumpro o dever de justificar perante V. Exªs as medidas por mim propostas. Para a economia processual de nossas investigações, em princípio considerarei os depoimentos já tomados no âmbito da Polícia Federal, mas, se necessário, ouviremos, mais uma vez quem quer que seja. Da mesma forma, se a oitiva de uma outra testemunha se mostrar necessária, não hesitarei em convocá-la a comparecer perante este Conselho.

O convite a ser encaminhado ao Delegado encarregado do inquérito policial torna-se, a meu ver, indispensável, tendo em vista tratar-se de processo ainda em andamento, no curso do qual já se colheu abundante material. Por suas informações, poderemos ter idéia do andamento dos trabalhos, das próximas etapas e de eventuais conclusões que as investigações até agora realizadas possam permitir.

Além disso, após ouvirmos o Sr. Delegado e nos certificarmos dos atos que já tenham sido praticados no âmbito daquele inquérito, até o momento do seu depoimento, estarei em melhor condição para recomendar a este Conselho a realização das demais diligências que entender necessárias e a tomada de tantos depoimentos quantos sejam imprescindíveis para a formação do meu convencimento acerca dos fatos expostos à nossa apreciação.

São essas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as considerações que julguei indispensável trazer, por ora, ao conhecimento de V. Exªs.

Muito obrigado.

É O SEGUINTE, NA ÍNTEGRA, O DOCUMENTO APRESENTADO PELO SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, RELATOR DA DENÚNCIA Nº 1, DE 2003:

Senhor Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca,

Senhoras e Senhores Senadores,

Cumprindo determinação da Presidência, ratificada pelo plenário deste Conselho, foi instalado, nos termos do § 2º do art. 17 do Código de Ética, procedimento de apuração preliminar sumária para averiguar fatos já do conhecimento público imputados ao Sr. Senador Antônio Carlos Magalhães.

Na qualidade de relator, cabe-me submeter a V. Exas. as providências preliminares que julgo cabíveis, para que esta apuração esteja concluída no prazo regulamentar de trinta dias. Para esse fim, requeiro à Presidência sejam anexadas aos autos do procedimento em curso, a cópia de todos os depoimentos já prestados pelas testemunhas ouvidas pelo Delegado encarregado do Inquérito instaurado pela Polícia Federal, tendo em vista a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que suspendeu a decretação do segredo de justiça determinado pelo Juiz Titular da 17ª Vara Federal da Bahia.

Também como medida preliminar, proponho que no próximo dia 26 de março, às 10:00 horas, este Conselho ouça o Delegado Gesival Gomes de Souza, presidente do inquérito policial, a fim de que S.S. informe à Comissão o andamento das investigações, qual o prazo previsto para a conclusão das mesmas, quem mais será ouvido e o que mais for considerado relevante, desde que não prejudique o andamento dos trabalhos ao seu encargo e sua conclusão. Para tanto há que se expedir convite àquela autoridade Policial.

Atendidas essas preliminares, estarei em condições de trazer ao plenário outras sugestões de diligências consideradas imprescindíveis à completa apuração dos fatos, a fim de que, cumpridas, possamos dar seguimento ao disposto no § 2º do art. 17

da Resolução do Senado 20/93, ouvindo, ao final, o sr. Senador a quem são feitas as imputações já de nosso conhecimento, em data a ser marcada.

Ainda que sumária e brevemente, cumpro o dever de justificar perante Vs. Exas. as medidas por mim propostas. Para economia processual de nossas investigações, em princípio considerarei os depoimentos já tomados na Polícia Federal. Mas, se necessário, ouviremos mais uma vez quem quer que seja. Da mesma forma, se a oitiva de alguma outra testemunha se mostrar necessária, não hesitarei em convocá-la perante este Conselho.

O convite a ser encaminhado ao Delegado encarregado do inquérito policial torna-se indispensável, tendo em vista tratar-se de processo ainda em andamento, no curso do qual já se colheu abundante material. Por suas informações, poderemos ter idéia do andamento dos trabalhos, as próximas etapas e eventuais conclusões que as investigações até agora realizadas possam permitir.

Além disso, após ouvirmos o Sr. Delegado e nos certificarmos dos atos que já tenham sido praticados no âmbito do inquérito até o momento do seu depoimento estarei em melhor condição para recomendar a este Conselho a realização das demais diligências que entender necessárias e a tomada de tantos depoimentos quantos sejam imprescindíveis para a formação do meu convencimento acerca dos fatos postos à nossa apreciação.

São estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as considerações que julguei indispensável trazer ao conhecimento de Vs. Exas.

Sala das Sessões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em 20 de março de 2003.

(Assina o Senador Geraldo Mesquita Júnior, Relator.)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de estabelecer algum critério rápido para que possamos seguir na análise da proposta feita.

Primeiramente, o Relator tem sempre prioridade nas suas propostas, porque será de S. Ex^a a lavra final do relatório conclusivo de toda essa instrução

sumária. Portanto, a direção do trabalho, sendo ela feita pelo Relator, propicia ao mesmo facilidade de decisão final no seu relatório.

Em segundo lugar, se houver contradições ou se se estabelecer um contraditório de pretensões entre Plenário e Relator, naturalmente o Plenário será o limite decisório da ação livre do Relator. Se de parte do Plenário houver alguma proposta, ela será, em primeiro plano, submetida à apreciação do Relator. Se S. Ex^a a aprovar, ela estará, em princípio, aceita. Se houver contradições, se se estabelecer um contraditório pelo Plenário, este, outra vez, será o limite da decisão.

Penso que, com esses critérios, podemos dar tranqüilidade e começar a trabalhar com segurança para a nossa decisão final.

Em razão dessas colocações, passo a palavra ao Senador Magno Malta. Ainda estamos fazendo o encaminhamento.

Sobre esses critérios, e apenas com referência a eles, gostaria de ouvir o Senador Magno Malta, que pediu a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de falar sobre as colocações feitas pelo nosso Relator, não exatamente sobre os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador, para a boa condução dos trabalhos, estamos enfocando os critérios. Depois disso, passaremos para outras proposições.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Tem a ver, Sr. Presidente, pois o Relator falou em trinta dias, que é o interesse de S. Ex^a. Devido a esse prazo, e em função de esse tipo de matéria ir tomando corpo, eu queria dizer que, havendo necessidade, em face dos interesses da Nação – porque temos que votar uma reforma ainda, e tendo em vista que tudo nesta e na outra Casa acontece ao mesmo tempo –, talvez pudessemos também trabalhar no final de semana, para acelerar o processo, para que não haja nenhum desgaste para esta Casa e para que não sejam prejudicadas as reformas. Espero que haja essa disposição deste Conselho. Isso dentro dessa proposta de trinta dias do nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Perfeito, Senador Magno Malta, mas acho que vamos apreciar essa questão mais adiante. Estamos estabelecendo critérios, o que coloquei em discussão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – É só para que fique claro. O nosso Relator citou a decisão judicial, um incidente jurídico pelo impedimento que V. Ex^a teve na Presidência da comissão designada para acompanhar as investigações. Pergunto: essa comissão passou a não existir mais diante da indicação do Relator? E a documentação toda está sendo transferida para o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Senador Romeu Tuma, quando chegarmos à decisão sobre os critérios, poderemos abordar esse assunto, que é diferente do critério de como vamos trabalhar para a aceitação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Mas acho que está dentro do critério. Sei que S. Ex^a quer todas as peças, então estou perguntando se está extinta a comissão. Acho que essa é uma questão que está dentro dos critérios.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Eu gostaria de ser bem claro: a minha proposta é a análise do critério. Senão vamos falar muito e não resolver praticamente nada. É o critério de aceitação das propostas de encaminhamento do processo.

Primeira colocação, vou repetir: a prioridade é do Relator. Se for estabelecido o critério do Relator com o Plenário, prevalecerá o limite estabelecido pela decisão plenária. Se o critério sair do Plenário, sendo aceito pelo Relator, pois a prioridade é dele, está adotada a norma, salvo se houver o contraditório novamente. Se houver o contraditório novamente, outra vez o Plenário será o limite da decisão. Acho que sempre a decisão plenária será o limite de todas as decisões.

É apenas esse critério que quero colocar em discussão. O restante, vamos discutir depois, senão o processo não irá caminhar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, é evidente que tanto o Senador Tuma como o Senador Magno, em função de experiências que têm em outros fóruns de investigação, estão fazendo proposições absolutamente conseqüentes e inseridas no debate que está sendo realizado. Acho que os mais antigos no Conselho de Ética já têm, inclusive – talvez o Senador Juvêncio da Fonseca esteja a lembrar ao Plenário –, alguns critérios criados pela própria história do Conselho. Diante do que não está absolutamente escrito e, portanto, da hermenêutica, do ponto de vista gramatical, do que está escrito

no nosso Código de Ética, o Relator tem a prerrogativa, a autoridade, a liberdade para solicitar depoimentos, oitiva ou qualquer nome que a esse procedimento seja dado no Conselho de Ética. S. Ex^a tem plena liberdade, mesmo que a testemunha que ele entenda ser necessário ouvir seja contraditada pelo Conselho. Das decisões de S. Ex^a não cabe recurso.

É evidente que se algum membro do Conselho de Ética quisesse ouvir uma testemunha ou quisesse solicitar um documento e se o Relator não concordasse, é evidente que alguém estabeleceria um recurso ao pleno do Conselho de Ética para que esse requerimento fosse votado no Conselho de Ética. Mas das decisões tomadas pelo Relator efetivamente não cabe recurso no Conselho de Ética. Se o Relator quiser ouvir uma determinada testemunha e alguém do Conselho de Ética diz que essa testemunha não deve ser ouvida, não cabe recurso ao Plenário. Agora, e sempre foi assim, se algum Senador quiser ouvir alguma testemunha e o Relator não concordar, é evidente que podemos fazer um recurso da decisão do Relator ao Conselho de Ética para que essa testemunha possa ser ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, tomei conhecimento da proposta do Relator. Quero felicitá-lo porque acredito que S. Ex^a está absolutamente correto.

Há um trabalho que foi feito, toda informação que temos é resultante do trabalho da Polícia Federal, que é de alta competência, de isenção e é um trabalho sério. Se eu chamar o delegado para vir aqui depor, e se o Relator tomar conhecimento de tudo o que ele tem para, depois, discutirmos o que se vai fazer, penso que é uma medida 100% correta. Quero dizer que estou inteiramente de acordo. Felicitó o Relator pela capacidade de que está demonstrando no seu trabalho.

Em segundo lugar, com todo o respeito, creio que o Senador Romeu Tuma tem razão. Aquela comissão que havia de acompanhamento está extinta. Agora estamos em pleno desenvolvimento, já foi aceito. O que pode acontecer é que, no decorrer dos trabalhos, designemos outra comissão para fazer isso ou aquilo. Aquela era anterior ao nosso trabalho, quer dizer, amanhã ou depois podemos designar uma comissão para ir à Bahia, por exemplo. Nesse caso, V. Ex^a designa. Mas aquela, com aquela atividade de acompanhamento, foi uma atitude altamente positiva. E, diga-se de passagem, tem um trabalho muito importante e muito significativo, creio que não há mais razão, porque agora é o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Aquela comissão realmente está extinta pela abertura dessa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É muito simples a questão de ouvir ou não. Quem decide é o Plenário. O relator propõe – ele não tem autonomia para decidir –, mas é o Plenário quem decide. Um membro da comissão pede para mudar ou não mudar, o relator pode aceitar ou não, mas o Plenário é quem decide. Aliás, esse é o espírito de V. Ex^a e foi o das comissões. A soberania é do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – O que me inspirou essa proposição é o que está estabelecido no art. 412 do Regimento Interno, que diz que toda e qualquer decisão de comissão será sempre colegiada. Se é colegiada, tem que ser decisão do Plenário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se há uma unanimidade na Casa é com relação à competência e à seriedade do Senador Tuma, inclusive na Corregedoria, no cargo que desempenha com o mais alto gabarito. Primeiro, é um homem sério, competente e, cá entre nós, porque conhece tudo. É a área que conhece mais que todos nós juntos.

Mas quero chamar a atenção para o seguinte: o Senador Romeu Tuma já foi indicado pelo Presidente Sarney, mas creio que devemos votar no plenário, e de uma vez, porque está demorando essa votação. Portanto, quero propor que se peça e que se coloque em votação, o mais breve possível, no plenário, a indicação feita pelo Presidente Sarney do Senador Romeu Tuma, que tem a unanimidade da Casa, mas devemos votar a matéria, em votação secreta, como sempre se fez.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Mas o Conselho desconhece qualquer indicação. Eu, pessoalmente, desconheço qualquer indicação do Presidente da Casa em relação ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fique sabendo que ele indicou para corregedor.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tudo bem. Pensei que fosse outra pessoa para assento no Conselho como Conselheiro. Se não é isso, então tudo bem.

Senador Pedro Simon, temos enorme consideração pelo Senador Romeu Tuma. Ele é a nossa grande autoridade, tem grande experiência; é um mestre inclusive dos nossos trabalhos, tanto que está sentado ao nosso lado, no Conselho de Ética, como Corregedor do Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, eu queria propor a V. Ex^a que se dirigisse ao Presidente

para votarmos logo, no plenário, a indicação, que é uma unanimidade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – V. Ex^a permite uma explicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Comuniquei ao Presidente José Sarney que estava esgotado, pelo menos em tese, o mandato, em razão do encerramento do prazo legislativo. E S. Ex^a disse que gostaria que eu continuasse, em razão do surgimento desses fatos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Várias pessoas sabem disso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Então, o que fiz, Senador Pedro Simon? Fui ao meu gabinete, fiz um ofício à Polícia Federal e pedi que me mandasse cópia de todos os documentos das apurações. Não houve negativa de nenhum depoimento, mesmo quando sob sigilo. Eu não poderia apresentar, mas fui mantendo... Tenho o relatório preliminar resumindo todos os depoimentos – o que disse cada um; o que fez; as diligências feitas. Tenho conversado com ele. Não descurei da minha função de Corregedor da Casa.

Acompanhei a iniciativa brilhante do Presidente, quando foi impedido de acompanhar os depoimentos. E tenho o despacho do juiz onde ele diz que seria um prejuízo inestimável para o Conselho se impedisse a continuidade das apurações – é o termo que S. Ex^a usou – feitas pela Casa Maior, que é o Senado.

Então, estava sob investigação dessa comissão, reconhecida e com poder judicial de exercê-la. Por isso, naquele dia, argumentei que não deveria haver uma outra sindicância, pois eles estavam conduzindo com toda a qualidade – os três membros indicados são de primeira grandeza e já tinham experiências anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Senador Demóstenes Torres.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Demóstenes Torres – PFL/GO) – Sr. Presidente, a proposta feita por V. Ex^a é absolutamente correta e tem amparo regimental. Como bem frisou o Senador Romeu Tuma, secundado por outros participantes, é óbvio que o Plenário decide em caso de confronto entre Relator e Plenário. É óbvio também que esses confrontos devem ser mínimos, mesmo porque o objetivo é que a apuração transcorra da forma mais ampla possível. Alguém pode, no entan-

to, tentar uma manobra procrastinatória, por exemplo, e o Plenário teria amplos poderes para decidir contra o voto do Relator, o que não é a hipótese, imagino eu.

Também penso que o plano apresentado pelo Relator é absolutamente jurídico, conseqüente, em contra amparo no Código de Processo Penal e no Regimento. O Relator propõe buscar todas as provas produzidas até agora, para análise dele, e ouvir a autoridade encarregada de presidir o inquérito policial, para que, então, ele decida que passos deverá dar em seguida, como, por exemplo, ouvir uma gama imensa de testemunhas, ao mesmo tempo em que já estabeleceu também um rito que guarda consonância com o ordenamento processual penal. Ou seja, ao final, dar a oportunidade de o Senador investigado poder tanto vir a Plenário fazer a sua defesa oral, apresentar os seus esclarecimentos, bem como apresentar a defesa por escrito e quaisquer outros documentos que lhe sejam convenientes.

Então, acho que está bem postada a propositura. O que V. Exª propôs é adequado, e o que o Relator propôs também é absolutamente adequado. E devemos votar, até para agilizar esse procedimento. Devemos escolher a data e o horário para a oitiva do delegado, ver se o prazo escolhido é o adequado para que ele possa comparecer aqui e apresentar essa documentação, e dar início aos trabalhos do Conselho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, manifestamos nossa inteira confiança, mas entendemos que este Plenário tem também o direito de saber o que apenas três Senadores desta Casa sabem. Penso que seria importante, em determinado momento, que essa comissão, integrada pelo Presidente Juvêncio da Fonseca, pelo Corregedor Romeu Tuma e pelo Senador Jefferson Péres, pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Pelo Senador João Alberto. Foi distribuída na primeira reunião, para todos os conselheiros, cópia de todos os depoimentos. Foi uma grande preocupação do Conselho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, a Comissão tem conhecimento exatamente daquilo que está ali.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Foi uma grande preocupação do Conselho.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Tem mais dois depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Há mais três depoimentos que foram encaminhados, também. Já devem estar chegando à mão de V. Exª.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – É que está fazendo mais dez oitivas agora, na Bahia.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Tudo bem, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse distribuída também, aos integrantes do Conselho, a proposta do Relator. Solicitei, inclusive, ao Senador Geraldo, que providenciasse isso, no sentido de que pudéssemos decidir logo sobre a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Não havendo mais quem queira discutir, submeto ao Plenário a proposta de critérios que foi por mim feita.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O critério é prioridade para decisão de propostas do Relator.

Estamos numa fase de votação, precisamos atender o Regimento desta Casa. Começamos o processo de votação, então é difícil voltarmos a explicar tudo que já foi explicado. Mas, em deferência a V. Exª, sempre atencioso e com vontade de acertar, explico a V. Exª: primeiro item do critério, Relator, plena liberdade de fazer suas propostas, porque S. Exª é o responsável pelo relatório final, a condução do processo; segundo, o limite do Relator, das suas propostas, havendo contradição no Plenário, será decisão plenária. Se houver proposta do Plenário, ela será, primeiro, encaminhada à apreciação e aceitação do Relator; se S. Exª concordar, está aceita a proposta, salvo se houver contraditório novamente, caso em que volta ao Plenário, sempre dentro do princípio de que a decisão será sempre colegiada.

Feitos esses esclarecimentos, submeto à apreciação de V. Exªs outra vez.

Quem estiver de acordo com esses critérios, permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovados.

Com referência à proposta já feita e lida pelo ilustre Senador Geraldo Mesquita, Relator, esta Presidência defere, de início, a requisição de todos esses documentos da Polícia Federal, conforme foi pedido. Muito embora já tenhamos praticamente todos os documentos que serão encaminhados pelo Conselho de Ética aos Titulares e Suplentes, é interessante que se formalize para dar ao inquérito o aspecto legal da natureza documental.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Estão nos enviando os depoimentos e todos os fatos dos quais a polícia está tomando conta, mas há, no bojo dos autos, a sindicância que foi feita na Justiça em razão de ter a Juíza algumas dúvidas sobre as cartas. Então, também, essa parte está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Perfeito. Seria interessante que, na hora de elaborar o ofício, o nosso Corregedor, Senador Romeu Tuma, nos ajudasse na elaboração da requisição, juntamente com o Relator.

Superada esta primeira fase do requerimento, submeto ao Plenário a aprovação da oitiva do Delegado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Data para que o Delegado possa estar aqui.

Hoje, tive a preocupação de falar com o Delegado, porque S. S^a está sempre em contato com o Conselho de Ética, num trabalho muito integrado da Polícia Federal e do Conselho de Ética. Como já havia o clima de ouvi-lo, S. S^a disse-me: “Se necessário, virei a qualquer momento”. S. Ex^a interromperá sua agenda para vir, mas prefere o dia 10, porque está em intensa investigação de testemunha nesta e na semana que vem.

Não sei se para nós é um dilatado prazo, então eu sugeriria uma proposta para analisarmos.

A proposta do Relator é que seria dia 26 de março, uma quarta-feira. Sabemos que quarta-feira é sempre um dia muito atabalhado aqui, é difícil trabalhar. Vamos antecipar para terça ou sexta-feira?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sexta-feira é excelente. Ou quinta ou sexta.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Vamos fazer segunda-feira, dia 24.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – O dia 27 estaria bom para todos? (Pausa.)

Sugeri essa data para permitir que o convite fosse formulado ao Sr. Delegado e para que ele tivesse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que dia é hoje?

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Hoje são 20 de março.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Sr. Relator, é preciso somente perguntar se ele não tem audiência e, caso tenha, dar-lhe tempo de desmarcá-la.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Mas, segundo o Sr. Presidente, ele interromperia...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Não, para ele poder desmarcar a audiência.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Ah, sim! É por isso que dei um prazo um pouquinho...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma – PFL/SP) – Se ele tem audiência, ele tem que desmarcá-la.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Na quinta-feira à tarde, de manhã ou à noite, está ótimo.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Para mim, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – A reunião poderia ser feita na quarta-feira mesmo.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Demóstenes Torres – PFL/GO) – Sr. Presidente, vamos estabelecer uma data e deixar que V. Ex^a e o Relator entrem em contato com o Delegado, já que se trata de um convite, para verificar se ele pode vir na data que designamos. E fica V. Ex^a e o Relator com autoridade para modificar a data, caso o Delegado não possa comparecer aqui no dia que imaginamos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Na outra fala, V. Ex^a me deu uma repreensão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Porque estava fora do objeto da discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Creio que não estava fora da discussão. Mas eu queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Então, peço desculpas a V. Ex^a por ter cerceado a sua palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu o desculpo e peço a V. Ex^a que não me repreenda em público. A reunião está sendo televisionada ao vivo, e

isso não é afeito a mim. Sou Senador, como V. Ex^a, e lhe desculpo.

Mas o que eu falava estava dentro do assunto: o prazo de 30 dias estipulado pelo nosso nobre Senador. Se perdermos agora seis ou sete dias, se a reunião for marcada para a próxima semana – e o ponto de partida é a audiência do Delegado –, vamos sair perdendo cinco dias futuramente. Mas todo mundo está defendendo a realização da reunião na próxima semana. A meu juízo, se o ponto de partida é a oitiva do Delegado, a reunião deveria ser realizada amanhã.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Por mim, seria amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Para que V. Ex^a tenha tempo dentro do prazo de 30 dias, porque, senão, V. Ex^a já sairá perdendo sete dias. V. Ex^a só disporá de 23 dias. Essa é uma colocação pessoal. É o meu entendimento. O Relator é que vai dizer o que lhe é mais afeito dentro desse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Senador Magno Malta, V. Ex^a tem absoluta razão: quanto mais tempo ganharmos nessa empreitada, melhor será para todos. Por mim, ouviríamos o Delegado hoje à tarde. Mas há que se considerar que ele está envolvido na presidência de um inquérito pesado, e não sei a sua disponibilidade de tempo. Coloquei esse pequeno prazo, para que o convite pudesse ser formulado e para que o Delegado pudesse se situar dentro dessa nossa necessidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Relator, a minha palavra se refere à preocupação com o prazo de 30 dias que V. Ex^a estipulou. O Presidente acabou de dizer que, ao entrar em contato com o Delegado, este lhe disse: “Na hora em que a Comissão me chamar, deixo tudo aqui e vou”.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Em princípio...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Uma outra testemunha, dentro de uma oitiva, pode ser ouvida depois ou até no mesmo dia, porque o Delegado pode vir aqui, ser ouvido e voltar.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Com certeza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – De maneira alguma, não estou querendo arrebrantar com a agenda dos meus colegas, dos meus companheiros, Sr. Presidente. A minha preocupação é relativa ao

fato de que V. Ex^a disse que pretende dentro de 30 dias...

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – E, como o ponto de partida é o depoimento do Delegado, creio que V. Ex^a já sai perdendo.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Nesse ponto, V. Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir... Falo pelo José Agripino aqui.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – O Arthur Virgílio. Pensei que fosse... Posso trocar, posso trocar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Depois, falará o Senador Paulo Octávio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fico muito honrado, Sr. Presidente, com a confusão. O Senador José Agripino é uma figura estimada, querida.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – É que há um grande número de Senadores novos aqui, o que nos causa dificuldade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é verdade: fico honrado. Nada há a reparar.

Sr. Presidente, tenho certeza de que é meritória a preocupação do Senador Magno Malta e, por outro lado, não consigo ver, racionalmente, que de hoje para amanhã se consiga mobilizar o depoimento do Delegado.

A minha idéia é que nós todos aqui, até pela unanimidade com que agimos aprovando o Relator, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, como eu, é recém-chegado ao Senado e ao Congresso, uma figura que, na minha região, conheço como respeitável, equilibrada e correta – reafirmo aqui a plena consciência de que a sua indicação foi merecida –, concordemos, o mais rápido possível, com a data que for acertada entre o Relator e o Delegado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Estou propondo, inclusive, que suspendamos a nossa reunião por cinco minutos, para que possamos entrar em contato telefônico com o Delegado. Caso ele concorde em estar aqui, no menor prazo possível...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, entendo que o próprio Delegado precisa de tempo para se preparar.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, o Delegado, para chegar a esta Casa, tem que se preparar. Não pode chegar aqui amanhã para dar um depoimento tão importante. Portanto, acredito que ele deva dispor de, pelo menos, uma semana para se preparar, para estar aqui conosco. Nós também devemos nos preparar para ouvi-lo. Creio que temos que ler atentamente todo o processo, tudo o que está envolvido nessa importante investigação. Devemos levar em consideração o prazo, não temos que correr tanto.

Quinta-feira é um dia ideal para reuniões, tal como estamos fazendo hoje. Na próxima quinta-feira, pela manhã, poderíamos ouvir o Delegado. Ele teria tempo, e nós também.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Tem a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, imagino que a maioria de nós acredita que quarta-feira e quinta-feira são dias apropriados para essa audiência prevista. Há tempo suficiente para que o Delegado se mobilize e há tempo suficiente para que o Relator trabalhe no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Relator, que havia solicitado a palavra.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – O Senador Paulo Octávio reproduziu exatamente a minha preocupação. Propus ao Conselho a data do dia 26 deste mês para que tivéssemos prazo para fazer o convite, para que o Delegado se preparasse e para que estivéssemos aptos a ouvi-lo.

Considerarei uma data razoável.

Em princípio, ficaremos com essa data. Mantenho essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Se for dia 26, que é uma quarta-feira, faremos depois da Ordem do Dia.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiramente, elogio o Sr. Relator pela maneira como está conduzindo o assunto, pela seriedade e pelo procedimento. Acredito que esse processo evidentemente tem que se iniciar – o Senador Demostenes Torres reforçou essa expectativa e o Senador Pedro Simon também – por todo o trabalho que já foi feito.

Na realidade, não estamos começando um trabalho que tem prazo de apenas trinta dias. Temos dois meses de investigação pela Polícia Federal, acompanhada por alguns membros – V. Ex^a e o Senador Romeu Tuma. Houve várias oitivas e depoimentos. Mediante essa investigação que está em andamento, já se identificou a autoria. Há ainda outros indícios, que estão nos autos, e com os quais o Relator vai poder elaborar a sua estratégia de apuração e o seu processo de convicção para oferecer o seu relatório.

Creio que a proposta de ouvir primeiro o Delegado está correta, uma vez que ele poderá trazer todas as informações do que foi feito, do que poderá ser feito, do que se pretende fazer. Para que a Comissão se posicione, é necessário que saibamos sobre o que foi apurado no início do trabalho.

Penso que poderíamos definir que, até quinta-feira da semana que vem, de preferência dia 26, será ouvido o Delegado. E o Relator, entrando em contato com o Delegado, marca o horário e comunica a toda a Comissão, pois se trata de prioridade absoluta para todos os Senadores que estão aqui.

Então, até quinta-feira da semana que vem haverá a oitiva do Delegado. O Relator e o Presidente marcarão o horário e o local, e todos os Senadores estarão disponíveis para esse trabalho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, está encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que a minha sugestão está ultrapassada. Creio que a Mesa já deveria designar a data, porque o Delegado, segundo V. Ex^a falou, disse que vem a qualquer hora. Então, a Mesa designa a data para a próxima semana e, se o Delegado alterar, V. Ex^a comunica.

Essa é a decisão da Mesa e do Relator, no meu entender.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Consultei o nosso ilustre Relator, e S. Ex^a prefere o dia 26, que é uma quarta-feira. Fica designada essa data a princípio. Pode ser até que mude, mas vamos somente comunicar. Na quarta-feira, dia 26, após a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h.)

(O.S 11510/03)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001 (capital estrangeiro nas TVs a Cabo) (constituída na Reunião de 17/03/2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** ² Vice-Presidente: Senador **DEMÓSTENES TORRES** ²

PMDB					
<u>Titulares</u>		Ramal	Suplentes		Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Flávio Arns	PR	2402	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	AC	1078	1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.03.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3114605 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Íris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n° 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
(vago)	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 27/03/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n ° 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Atualizada em 24/03/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: mariadul@senado.br .
Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) ¹
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

10 Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n.º 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: VAGO
Vice-Presidente:
Secretário-Geral:
Secretária-Geral Adjunta:
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
Vago					1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
Vago				323 4063	2.				
Vago				223-6191	3.				
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1.				
Vago					2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1.				
Vago				3112387	2.				
PT/PPS (1)									
Vago					1.Jefferson Péres(PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
Vago		*			1. VAGO				

(1) O PDT se desliga do Bloco, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
BLOCO PFL/PST									
PMDB									
PT									
PPB									
BLOCO PSB/PcdoB									

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 02/07/2002

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
<u>Senadora Íris de Araújo¹</u>	<u>GO</u>	<u>3148</u>
PFL		
<u>Senadora Roseana Sarney¹</u>	<u>MA</u>	<u>3070</u>
PT		
<u>Senadora Serys Slhessarenko¹</u>	<u>MT</u>	<u>2291</u>
PSDB		
<u>Senadora Lúcia Vânia¹</u>	<u>GO</u>	<u>2038</u>
PDT		
<u>Senador Augusto Botelho³</u>	<u>RR</u>	<u>2041</u>
PTB		
<u>Senador Papaléo Paes¹</u>	<u>AP</u>	<u>3253</u>
PSB		
<u>Senador Geraldo Mesquita Júnior²</u>	<u>AC</u>	<u>1078</u>
PL		
<u>Senador Magno Malta¹</u>	<u>ES</u>	<u>4164</u>
PPS		
<u>Senadora Patrícia Saboya Gomes¹</u>	<u>CE</u>	<u>2301</u>

Atualizada em 12.3.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS